



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

JULIANO DE CASTRO SILVESTRE

**ECONOMIA DA CULTURA E OS SEUS DESAFIOS PARA A
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PEQUENOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**

**GOIÂNIA
2019**

JULIANO DE CASTRO SILVESTRE

**ECONOMIA DA CULTURA E OS SEUS DESAFIOS PARA A
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PEQUENOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Tereza Borghi Leite

GOIÂNIA

2019

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

S587e Silvestre, Juliano de Castro
Economia da cultura e os seus desafios para a promoção
do desenvolvimento regional em pequenos municípios
do estado de Goiás / Juliano de Castro Silvestre.--
2019.
147 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Goiânia,
2019
Inclui referências: f. 125-131

1. Cultura - Goiás (Estado). 2. Planejamento regional
- Goiás (Estado). 3. Comunidades - Desenvolvimento
- Goiás (Estado). 4. Política cultural - Goiás (Estado).
I. Leite, Aline Tereza Borghi. II. Pontifícia Universidade
Católica de Goiás. III. Título.

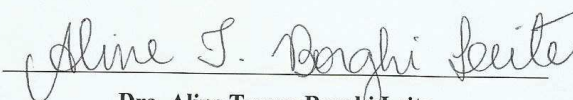
CDU: Ed. 2007 -- 338.1(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

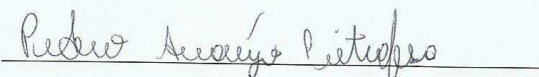
JULIANO DE CASTRO SILVESTRE

**ECONOMIA DA CULTURA E OS SEUS DESAFIOS PARA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE GOIÁS**

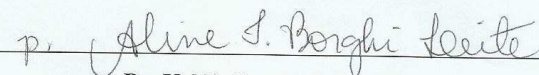
Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás defendida como parte das exigências para obtenção do título de mestre. Aprovada em 15/03/2019 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Dra. Aline Tereza Borghi Leite
Orientador – PUC Goiás



Dr. Pedro Araújo Pietrafesa
Examinador interno – PUC Goiás

p. 

Dr. Valdir Roque Dallabrida
Examinador externo - UnC

FOLHA DE APROVAÇÃO

(Web)



**PUC
GOIÁS**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 - Setor Universitário -
Caixa Postal 86 - CEP 74606-016
Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (62) 3946 1070 - Fax: (62) 3946 1070
www.pucgoias.edu.br - propeg@pucgoias.edu.br

ATESTADO DE PARTICIPAÇÃO VIA WEBCONFERÊNCIA

Eu, Professora **Dra. Aline Tereza Borghi Leite**, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, intitulada "ECONOMIA DA CULTURA E OS SEUS DESAFIOS PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS", apresentada e defendida pelo candidato mestrando **Juliano de Castro Silvestre**, **ATESTO** que o examinador externo, **Professor Dr. Valdir Roque Dallabrida** - Universidade do Contestado - esteve temporalmente presente durante a sessão supracitada, ocorrida no dia 15 de março de 2019, das 15h00 às 18h00, por meio de web conferência. Sendo assim, transcrevo o julgamento transmitido de viva voz e assino os documentos relativos à qualificação em lugar do referido professor e dou fé.

Profa. Dra. Aline Tereza Borghi Leite
Presidente da Banca

Aos meus pais, pelo incentivo à educação, e em especial a minha mãe Divina por todo apoio, a minha amada esposa Vivian, pessoa de fé e companheirismo e a nossa filha Júlia pela inspiração. Dedico a vocês meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça da vida e por sempre ter me acompanhado e iluminado na minha jornada evolutiva aqui na Terra.

Ao professor e coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Dr. Antônio Pasqualetto, que com sua sabedoria e experiência me ajudou a enfrentar às minhas limitações, e seu apoio em todos os momentos difíceis pelo qual passei durante a permanência no programa de mestrado. Gratidão imensurável por todos os conselhos e ajuda.

À professora e orientadora Dra. Aline Tereza Borghi Leite por sua orientação neste trabalho, no qual tive a possibilidade de compreender as dinâmicas territoriais e o tema do profissionalismo no mercado de trabalho, além de exercer a paciência nos momentos mais agudos desta dissertação.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC-GO pela inesgotável fonte de conhecimento que proporcionaram na construção do conhecimento acadêmico.

Aos membros avaliadores da banca, prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa pelo seus comentários e observações que contribuíram para o fortalecimento deste trabalho e ao prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida, reconhecido pesquisador, por ter aceitado o convite para compor a banca examinadora, sendo que seus trabalhos acadêmicos foram fundamentais para embasar esta dissertação.

À diretora do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (ITEGO) em Artes Basileu França, professora mestra Lóide Batista Magalhães Silva, por entender e apoiar esta pesquisa acadêmica como fundamental para a melhoria da formação acadêmica dos docentes do ITEGO, bem como para a área cultural goiana. E em seu nome estendo

os meus agradecimentos a todos os coordenadores, professores e administrativos deste Instituto.

Aos colegas docentes do curso superior de Tecnologia em Produção Cênica do ITEGO em Artes Basileu França, em especial, aos professores Adriana Brito, Rafael Blat e Thiago Santana, e aos professores de Teatro, Onira Tancrede e Elcivan Luciano pelo incentivo no desenvolvimento do tema desta pesquisa.

Ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) pelo papel relevante que desempenha no estado de Goiás, constituindo uma importante fonte de dados para o aprimoramento das políticas públicas.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)” - Código de Financiamento 001

Aos colegas de mestrado meus agradecimentos pelo incentivo e troca de conhecimentos.

À classe cultural do estado de Goiás que sempre se dispôs a ajudar nas consultas e pesquisas culturais.

À minha família por entender as ausências e as inquietudes resultantes do processo de construção deste trabalho. A todos o meu muito obrigado!

Qual é a melhor parte de ser artista?

A liberdade.

- E a pior parte?

A liberdade pode significar pouco dinheiro.

(Antônio Dias)

RESUMO

O desenvolvimento, expresso em suas diversas formas, envolve as transformações estruturais ocorridas em termos econômicos, sociais e humanos, estando, dessa forma, intimamente relacionado à economia e à cultura. Neste contexto, este estudo tem como objetivo investigar a economia da cultura como fator desencadeador ou propulsor do desenvolvimento regional em pequenos municípios do estado de Goiás. A análise desses municípios foi fundamentada em duas dimensões: economia e trabalho que compõem o Índice de Desempenho dos Municípios (IDM) do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), e que tem o objetivo de comparar os desempenhos dos municípios a fim de propor melhorias em políticas públicas e no planejamento da administração pública. O recorte espacial para esta pesquisa considerou as cinco mesorregiões geográficas do Estado. Em cada uma delas escolheu-se um município e que apresentasse alguma atividade cultural além de possuir uma população estimada em 2016, pelo IBGE de até 30 mil habitantes. O recorte temporal para análise de dados compreendeu o intervalo de 2003 a 2016. Os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Goiás, Nova Veneza, Piracanjuba e Pirenópolis situados em cada mesorregião do Estado foram selecionados por atenderem aos critérios desta pesquisa. A problematização deste estudo analisa como as atividades culturais desenvolvidas nesses municípios impactam na economia local e de que forma o mercado de trabalho absorve essas novas formas de desenvolvimento. A abordagem do estudo é quali-quantitativa, utilizando-se de dados secundários e entrevistas semiestruturadas com os representantes locais da área da cultura sobre a temática. A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo dos entrevistados. Como resultado, observaram-se neste trabalho situações que demonstram as dimensões da economia e do trabalho local aplicadas à dinâmica cultural numa perspectiva de promover o desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento; economia da cultura; pequenos municípios; políticas públicas culturais.

ABSTRACT

Development, expressed in its various forms, involves the structural transformations that occur in economic, social and human terms, being thus closely related to the economy and culture. In this context, this study aims to investigate the culture economy as a triggering factor or propeller of regional development in small municipalities in the state of Goiás. The analysis of these municipalities was based on two dimensions: economy and work that make up the Municipality Performance Index (IDM) of the Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), which aims to compare the performances of municipalities in order to propose improvements in public policies and public administration planning. The spatial clipping for this research considered the five geographic mesoregions of the State. In each one of them was chosen a municipality, that presented some cultural activities, and with a population estimated in 2016, by the IBGE of up to 30 thousand inhabitants. The temporal cut for data analysis comprised the interval between 2003 and 2016. The municipalities of Alto Paraíso de Goiás, Goiás, Nova Veneza, Piracanjuba and Pirenópolis located in each mesoregion of the State were selected because they met the criteria of this research. The problematization of this study analyzes how the cultural activities developed in these municipalities impact on the local economy and how the labor market absorbs these new forms of development. The approach of the study is qualitative-quantitative, using secondary data and semi-structured interviews with local representatives of the field of culture on the subject. The analysis of the data was performed through the content analysis of the interviewees. As a result, we have observed in this work situations that demonstrate the dynamics of local economy and work applied to the cultural dimension with a view to promoting regional development.

Keywords: development; culture economy; small towns; cultural public policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aspectos Econômicos e Demográficos das Mesorregiões do estado de Goiás

56

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Características dos entrevistados no município de Alto Paraíso de Goiás | 72 |
| Quadro 2 - Características dos entrevistados no município de Goiás | 72 |
| Quadro 3 - Características dos entrevistados no município de Nova Veneza | 72 |
| Quadro 4 - Características dos entrevistados no município de Piracanjuba | 72 |
| Quadro 5 - Características dos entrevistados no município de Pirenópolis | 73 |
| Quadro 6- Distribuição de Microempreendedores Individuais (MEI) | 73 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapa com a localização das mesorregiões do estado de Goiás | 55 |
| Figura 2 - Mapa territorial do estado de Goiás dividido por mesorregiões geográficas e municípios | 71 |
| Figura 3 - Mapa territorial do município de Alto Paraíso de Goiás | 80 |
| Figura 4 - Mapa territorial do município de Goiás | 86 |
| Figura 5 - Mapa territorial do município de Nova Veneza | 93 |
| Figura 6 - Mapa territorial do município de Piracanjuba | 98 |
| Figura 7 - Mapa territorial do município de Pirenópolis | 103 |

LISTA DE GRÁFICO

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Ranking dos dez países mais desenvolvidos (IDH) | 31 |
| Gráfico 2 - Ranking dos dez países mais ricos (em trilhões R\$) | 32 |
| Gráfico 3 - Participação do setor de serviços no PIB brasileiro | 52 |
| Gráfico 4 - Evolução das despesas públicas na função cultura do estado de Goiás (2003-2016) | 60 |
| Gráfico 5 - Despesas discriminadas dentro do Programa Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura do Orçamento do Estado (%) | 62 |
| Gráfico 6 - Ranking de Estados que têm a maior proporção de cidades que não conseguem gerar receita para bancar a máquina pública | 77 |
| Gráfico 7 - Índice de Desempenho do Município de Alto Paraíso de Goiás – dimensão: Economia e Trabalho | 82 |
| Gráfico 8 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica– Alto Paraíso de Goiás (2003-2016) | 82 |
| Gráfico 9 - Convênios Federais do Ministério e Fundo Nacional de Cultura Alto Paraíso de Goiás | 83 |
| Gráfico 10 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Alto Paraíso de Goiás (2003-2014) | 84 |
| Gráfico 11 - Índice de Desempenho do Município de Goiás – dimensão: Economia e Trabalho | 87 |
| Gráfico 12 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Goiás (2003-2016) | 88 |
| Gráfico 13 - Convênios Federais do Ministério e Fundo Nacional de Cultura - Goiás (2003-2016) | 90 |
| Gráfico 14 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Goiás (2003-2014) | 91 |
| Gráfico 15 - Índice de Desempenho do Município de Nova Veneza – dimensão: Economia e Trabalho | 94 |
| Gráfico 16 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Nova Veneza (2003-2016) | 95 |
| Gráfico 17 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Nova Veneza (2003-2014) | 96 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 18 - Índice de Desempenho do Município de Piracanjuba – dimensão: Economia e Trabalho | 99 |
| Gráfico 19 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica - Piracanjuba (2003-2016) | 100 |
| Gráfico 20 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Piracanjuba (2003-2014) | 101 |
| Gráfico 21 - Índice de Desempenho do Município de Pirenópolis – dimensão: Economia e Trabalho | 104 |
| Gráfico 22 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Pirenópolis | 105 |
| Gráfico 23 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Pirenópolis (2003-2014) | 106 |
| Gráfico 24 - Distribuição em (%) dos trabalhadores da economia da cultura por faixa etária nos municípios pesquisados | 113 |
| Gráfico 25 - Distribuição em (%) dos trabalhadores por nível de instrução nos municípios pesquisados | 114 |
| Gráfico 26 - Rendimento médio mensal dos trabalhadores culturais nos municípios pesquisados | 115 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AGEPEL | Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira |
| CODEGO | Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás |
| CF | Constituição da República Federativa do Brasil |
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas |
| CNAE | Classificação Nacional de Atividades Econômicas |
| DASP | Departamento de Administração do Serviço Público |
| FAC | Fundo de Arte e Cultura do estado de Goiás |
| FIRJAN | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro |
| FICA | Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FPM | Fundo de Participação dos Municípios |
| FNC | Fundo Nacional de Cultura |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDM | Índice de Desempenho dos Municípios |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IFG | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás |
| IMB | Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos de Goiás |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| MEI | Microempreendedores Individuais |
| MINC | Ministério da Cultura |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |
| RMG | Região Metropolitana de Goiânia |
| SATED | Sindicato dos Artista e Técnico em Espetáculos e Diversões |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SECULT | Secretaria de Estado de Cultura |

| | |
|--------|--|
| SED | Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação |
| SEDUCE | Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes |
| SEGLAN | Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUDECO | Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| SMC | Sistema Municipal de Cultura |
| SNC | Sistema Nacional de Cultura |
| UEG | Universidade Estadual de Goiás |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 20 |
| CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA DA CULTURA | 25 |
| 1.1 As distintas dimensões existentes no processo de desenvolvimento | 28 |
| 1.2 O papel da cultura na nova economia | 36 |
| 1.3 O Estado brasileiro e o desenvolvimento do setor cultural em um contexto de mudanças | 39 |
| 1.3.1 A Reforma do Estado nos anos de 1990 | 40 |
| 1.3.2 Políticas Públicas Culturais | 42 |
| CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS NUMA ABORDAGEM TERRITORIAL E CULTURAL | 47 |
| 2.1 O desenvolvimento regional do estado de Goiás, suas dinâmicas territoriais e o potencial do setor da economia da cultura | 47 |
| 2.2 Obstáculos ao desenvolvimento: os diferenciais do setor da economia da cultura | 53 |
| 2.2.1 Aspectos Gerais das mesorregiões goianas | 54 |
| 2.2.2 As políticas públicas culturais do estado de Goiás | 58 |
| 2.2.3 O desempenho dos gastos em cultura pelo estado de Goiás | 59 |
| 2.3 Os desafios da profissionalização dos trabalhadores da cultura como alternativa ao desenvolvimento local | 63 |
| CAPÍTULO 3 – AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA | 67 |
| 3.1 Aspectos metodológicos e caracterização do objeto de observação | 69 |
| 3.1.1 Tipos de pesquisa | 70 |
| 3.1.2 Dados quantitativos e qualitativos | 71 |
| 3.2 A importância dos pequenos municípios para a promoção do desenvolvimento | 74 |
| 3.3 Análise dos aspectos financeiros, econômicos e sócios-culturais dos municípios pesquisados | 78 |
| 3.2.1 Alto Paraíso de Goiás | 79 |
| 3.2.2 Goiás | 85 |
| 3.2.3 Nova Veneza | 92 |
| 3.2.4 Piracanjuba | 97 |
| 3.2.5 Pirenópolis | 102 |
| 3.3 Profissionalização do mercado cultural: uma alternativa de desenvolvimento regional | 107 |

| | |
|--|-----|
| 3.3.1 Entrevistas e análise com os trabalhadores da cultura nos municípios pesquisados | 108 |
| 3.4 Resultados apurados | 115 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 120 |
| REFERÊNCIAS | 125 |
| APÊNDICES | 132 |
| A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 132 |
| B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS | 133 |
| ANEXOS | 135 |
| A - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS | 135 |
| B - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE GOIÁS | 138 |
| C - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE NOVA VENEZA | 142 |
| D - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE PIRACANJUBA | 143 |
| E - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE PIRENÓPOLIS | 146 |

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, os municípios alcançaram um protagonismo no cenário político e administrativo, ao definir na carta magna sua independência, competência e autonomia atribuindo-lhe novas funções, no ordenamento jurídico brasileiro, de acordo com o artigo 18 da Constituição Federal (CF) que define os entes federativos sendo a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 1988). Ao elevar seu *status* ao mesmo patamar da União e Estados, os municípios ganharam responsabilidades nas execuções das políticas públicas definidas pela União.

A autonomia dos municípios adquirida na nova CF trouxe maiores competências, inclusive, no âmbito territorial e cultural. No artigo 30 da CF respectivamente, nos incisos VII e VIII, o município passa a ser responsável pelo ordenamento territorial e pela promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local. Segundo Santos (2012) ao se criar uma terceira esfera de ente federativo sem considerar as enormes heterogeneidades dos 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2017) os de maior peso econômico e demográfico se beneficiaram com suas especificidades em detrimento dos menores municípios.

Este trabalho tem como propósito apresentar em que medida à cultura pode se relacionar com o desenvolvimento, especificamente em pequenos municípios do estado de Goiás. Entender que a cultura é um processo de construção do resgate da autoestima da população, da produção de bens e serviços materiais e imateriais, da criatividade e da geração de emprego e renda, elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões, seja ela econômica, social, humana, sustentável e regional.

Com as reformas do Estado brasileiro a partir da década de 1990, a indústria brasileira apresentou queda na participação do produto interno bruto (PIB), mas longe de indicar um processo de desindustrialização conforme Bonelli e Pessôa (2010). Esse processo foi ocasionado pelas reformas estruturantes, a abertura do mercado, as privatizações, a desregulamentação de diversos setores econômicos e a diminuição do papel do Estado no processo de desenvolvimento

O crescimento econômico nunca foi suficiente para gerar desenvolvimento. O simples aumento do PIB *per capita* e da renda não contemplam a população como um

todo e nem promove um desenvolvimento homogêneo. Em muitos casos alarga os graves problemas de desigualdades regionais, não produzindo desenvolvimento humano e social afim de melhorar a qualidade de vida da população. A concentração industrial na região sudeste do Brasil iniciado após a segunda guerra mundial (1939-1945) levou teóricos como Myrdal, Perroux e Hirschman a estudarem as causas que levam à concentração industrial num determinado espaço geográfico e seus efeitos para a economia regional. Para Sassen (1998, p.36) “a dispersão territorial” como se verifica no Brasil, ajuda aprofundar as desigualdades gerando territórios que podem ser considerados inclusivos e exclusivos, dentro do processo econômico de desenvolvimento.

Este panorama que foi apresentado levou às grandes economias mundiais, notadamente, a Inglaterra no final do século XX, a propor um novo conceito de desenvolvimento fundamentado na criatividade, nos recursos naturais e no desenvolvimento tecnológico como estratégias desenvolvimentistas para esse novo século. E a cultura como estratégia de desenvolvimento precisa estar inserida no debate político, fortalecendo à democracia, à economia, e o trabalho no combate às desigualdades (BRANT, 2009).

A ampliação do conceito de desenvolvimento para uma amplitude mais social, humana, tecnológica e sustentável permitiu novas formas de abrir caminhos para outros estudos a respeito da promoção do desenvolvimento. De acordo com Dallabrida (2011, p.297) “[...] a concepção de desenvolvimento, não só há uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento. A dimensão econômica e a cultura, são elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento [...]”. A partir dessa concepção de economia, cultura e desenvolvimento foram abordadas duas dimensões: economia e trabalho, para serem trabalhadas nos municípios selecionados por esta pesquisa.

Essas duas dimensões compõem o Índice de Desempenho dos Municípios (IDM) medida que parte do contexto socioeconômico dos municípios, com o objetivo de facilitar o diagnóstico e propor um planejamento para as ações governamentais. Essas duas dimensões foram aplicadas nos municípios dessa pesquisa a fim de entender as dinâmicas da economia e do trabalho numa escala local.

Utilizou-se neste estudo o termo município, ao invés de cidades, por se tratar de estudos que englobam além da cidade e o seu espaço urbano, os aglomerados e povoados contemplados dentro de um mesmo espaço geográfico. Ademais alguns

municípios pesquisados guardam uma relação cultural e histórica com seus antigos ou atuais distritos, ampliando a investigação para espaços não urbanos.

O recorte temporal e espacial selecionados nesta pesquisa compreendeu o período entre os anos de 2003 a 2016 quando o Brasil registrou ciclos de crescimento, estagnação e queda na produção de bens e serviços. A espacialidade seguiu as divisões por mesorregiões geográficas do estado, definidas pelo IBGE¹. A intenção é identificar até que ponto as economias com escala local adaptam e reagem às dinamicidades econômicas surgidas numa escala global. E no espaço a ser trabalhado definiu-se as cinco mesorregiões do estado de Goiás: o Centro Goiano, o Leste, o Noroeste, o Norte e o Sul. E, em cada uma delas foram selecionados um município, com até 30 mil habitantes e com características locais e regionais na produção de bens e serviços culturais.

A economia da cultura relacionada ao processo de desenvolvimento surgiu da conscientização de que as atividades culturais constituiriam um setor em expansão, junto com a preservação dos recursos naturais, o que levaria à cultura a ser compreendida como um fator de estímulo ao desenvolvimento (REIS, 2007). Um outro aspecto abordado nessa relação economia-cultura-desenvolvimento é a desarticulação política e social para a definição de ações que permitam diminuir os graves problemas regionais e sociais, integrando a cultura na construção dessas propostas (CUNHA, 2007). Este trabalho tem como objetivo analisar as questões relativas à constituição da cultura, tendo como foco principal a compreensão do desenvolvimento local em pequenos municípios.

Baseando-se nessas problemáticas as perguntas que se fazem são as seguintes: i) qual a relação das atividades culturais desenvolvidas nos municípios pesquisados exercem sobre a economia local, e de que modo o mercado de trabalho se comporta na geração de emprego e na profissionalização da classe cultural ? ii) até que ponto a falta de articulação política e cultural entre os entes federativos impedem as políticas públicas de desempenharem o seu papel de formulador e executor dos programas e ações culturais nos pequenos municípios de Goiás?

Para responder estas questões buscou-se verificar as hipóteses a seguir: de que forma as atividades culturais têm relação com as vocações territoriais desses

¹ Resolução da Presidência do IBGE nº 11 de 05 de junho de 1990

municípios; e em que medida a ausência do poder público municipal inibe o fomento cultural local como estratégia de desenvolvimento regional.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro será feita uma revisão bibliográfica dos temas de desenvolvimento, economia e cultura, apresentando inicialmente um contexto das dimensões acerca do desenvolvimento. Em seguida será analisado o papel da cultura na nova economia abordando a tecnologia e a inovação como instrumentos de promoção ao desenvolvimento. O Estado brasileiro é apresentado dentro de um contexto do desenvolvimento da cultura, passando pela reforma do Estado ao longo do último século e como isso afeta a implementação e execução das políticas públicas culturais em pleno século XXI, além de fazer um breve histórico das políticas culturais do Brasil.

O segundo capítulo irá abordar o desenvolvimento regional no estado de Goiás e a relação que exerce à cultura nos municípios goianos. Esse capítulo abrange as questões territoriais do estado de Goiás, iniciando desde a sua colonização até chegar ao processo de industrialização da economia goiana. As características das mesorregiões geográficas nos seus aspectos demográficos e gerais serão analisadas, além das políticas públicas estaduais no âmbito cultural, e o desempenho das despesas do estado de Goiás com a cultura no período de 2003 a 2016. O capítulo encerra discutindo os desafios da profissionalização dos profissionais da cultura e os caminhos para alcançar um nível de profissionalismo no campo da economia da cultura.

O terceiro capítulo irá evidenciar todos os dados e informações levantadas pela pesquisa, principalmente nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Goiás, Nova Veneza, Piracanjuba e Pirenópolis que foram escolhidos a partir de procedimentos metodológicos que busquem abranger as políticas culturais desses municípios e testar as dimensões economia e trabalho sob as variáveis de renda definidas pelo IMB sendo o PIB *per capita*, a evolução do PIB, a geração de recursos próprios na composição da receita municipal. Na dimensão trabalho será discutida os empregos formais gerados pelo mercado de trabalho, a remuneração média do trabalhador, o nível de escolaridade e a evolução dos postos de trabalho formais. Nestes procedimentos além da pesquisa bibliográfica será aplicada entrevistas semiestruturadas com o objetivo de entender como funcionam as relações de trabalho da cultura numa escala local. Também nesse capítulo será feita uma abordagem da importância dos municípios para o processo de desenvolvimento regional e seus desafios para promoverem o

desenvolvimento respeitando às vocações culturais e territoriais do município. Aqui serão apresentados os depoimentos e as análises de discursos dos entrevistados que trabalham com a cultura nos municípios desta pesquisa. Por último, serão apresentados os resultados obtidos, testando as dimensões economia e trabalho em cada município. Nas considerações finais o tema da economia da cultura em pequenos municípios será abordado num enfoque da promoção do desenvolvimento regional destas localidades utilizando-se as políticas públicas culturais municipais, a profissionalização dos trabalhadores culturais e as vocações e tradições culturais como estímulo para a economia e o trabalho local.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA DA CULTURA

Este capítulo trata da relação economia e cultura enfatizando as dimensões de desenvolvimento humano, econômico, sustentável e regional, e relacionando os seus conceitos e estudos na economia local de pequenos territórios. À busca pelo crescimento acompanhado pelo desenvolvimento fez crescer o interesse da sociedade, em tentar encontrar um equilíbrio que promova o crescimento sem esgotar os recursos naturais disponíveis no território, trazendo uma melhoria na qualidade de vida da população. Nessa ótica, a cultura é colocada como um campo do conhecimento que possibilita à interface com novos modelos de negócios inspirados numa ideia de desenvolvimento.

Para Bresser-Pereira (2008) o que faz distinguir crescimento de desenvolvimento é a capacidade do primeiro em aumentar a renda *per capita*, beneficiando poucas pessoas de forma limitada e desigual. Já o segundo promove além do bem-estar outros objetivos como a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do meio ambiente. Na opinião de Anjos (2016, p.16) “ [...] pensar em desenvolvimento é colocar-se diante de um debate que é essencialmente multidisciplinar, multifacetado e absolutamente transversal”, possibilitando à inserção do desenvolvimento em áreas do conhecimento até então pouco exploradas em determinados territórios.

Ao trabalhar o desenvolvimento numa perspectiva territorial surgem duas abordagens: a globalista e a regionalista. A primeira abordagem baseia-se nas relações do território com o mercado e o processo de globalização, cujas regiões tendem a se subordinar às regras do mercado consumidor e da livre competição. Na abordagem regionalista, a territorialização do desenvolvimento permite que regiões e territórios trabalhem as suas especificidades, em sintonia com a economia global junto com seus atores locais. Por um lado, os pequenos territórios veem nessa abordagem regionalista, uma perspectiva de promover o desenvolvimento mesmo distante de grandes centros urbanos, mas por exigir uma concentração e união da sociedade local, nem todos os territórios têm condições de estimular e trabalhar o desenvolvimento (DALLABRIDA; RUGARD SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2004).

O desenvolvimento territorial pode ser buscado por meio da produção de bens e serviços culturais oriundos das manifestações regionais da sociedade, no qual, permitem desenvolver a troca de bens simbólicos num viés econômico. Segundo Reis

(2007, p.2) a cultura estudada dentro da economia gera “a influência dos valores, das crenças e dos hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas”. A própria autora afirma que dependendo da tradição cultural advinda dessa sociedade, a cultura pode funcionar como estímulo ou resistência ao desenvolvimento, em razão, dessas tradições não poderem ficar fragilizadas para abrir espaço ao desenvolvimento econômico mudando os seus costumes e hábitos locais.

Para atingir um desenvolvimento menos desigual, a cultura pode estabelecer uma alternativa viável, objetivando provocar alternativas de desenvolvimento aos territórios. O conceito adotado por Botelho (2001,p.76) que denomina cultura “numa dimensão antropológica sendo produzida através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades, diferenças e rotinas”, perfazem um contexto de pertencimento dos valores e identidades que cada território possui, valorizando às suas origens, etnias, raças e costumes.

Com o término da segunda guerra mundial (1939-1945), as nações mais desenvolvidas economicamente começaram a determinar o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos sobrepondo os fatores globais aos fatores locais e regionais destes territórios. A entrada de grandes indústrias transnacionais e a padronização dos produtos e serviços diminuíram o poder da cultura local, face ao poderio dos grandes meios de comunicação e das indústrias culturais. O distanciamento das tradições regionais por parte da sociedade local permitiu uma “ineficácia dos mecanismos de ajuda dos países industrializados aos países periféricos” o que acabou desfazendo a ideia de um desenvolvimento que buscasse à equidade, sem se apoiar num conceito pluridimensional de nação (SACHS, 2005, p.158).

A padronização dos produtos e bens vindos de países industrializados foi permitido através das indústrias culturais, cuja origem parte da Teoria Crítica de Comunicação dos filósofos Adorno e Horkheimer, oriundos da Escola de *Frankfurt*. Na obra *Dialética do Esclarecimento* publicado em 1944 e citada por Zuin (2001), a indústria cultural é considerada como meio de controle social por parte do sistema capitalista. O processo criativo passaria a ser submetido à lógica de mercado, no qual o lucro se sobressairia em detrimento da estética artística. Em alguns casos há dúvidas, por entender que a cultura pode ser expressa simplesmente por um veículo

de comunicação, substituindo o papel da cultura popular ou regional, advinda da tradição e vocação da população residente em territórios tradicionais.

Na década de 1950, os países subdesenvolvidos começaram a incentivar sua industrialização por meio dos Estados Unidos e da Inglaterra, cujo domínio científico e tecnológico das suas indústrias, mostravam ao mundo níveis satisfatórios de desenvolvimento e qualidade de vida para sua população. Contudo o que se observou nessa industrialização, em países periféricos, foi um aumento das desigualdades regionais e sociais favorecendo acumulação e concentração do capital. Myrdal (1965) justifica essas desigualdades ao comentar que a industrialização favoreceu somente os países desenvolvidos por considerar o alto nível de renda, a integração nacional e a infraestrutura local. Segundo Scatolin (1989) a industrialização era compreendida como uma resposta aos problemas vivenciados pelos países da América Latina, os quais compreendiam que poderiam alcançar o desenvolvimento econômico estimulando a oferta de empregos e o aumento no nível de renda.

Ao pensar a cultura numa dimensão econômica, em 1965 dois economistas William Baumol e Bowen receberam “o título de precursores da economia da cultura” (REIS, 2007, p.15) ao desenvolverem um pensamento econômico que a cultura e todas as suas manifestações são dependentes das subvenções públicas. Segundo Benhamou (2007) existem três fatores que contribuíram para o reconhecimento da economia da cultura, por meio de pesquisas publicadas no *Journal of Economic Literature*: i) a geração de fluxos de renda ou de empregos; ii) a necessidade de avaliação das decisões culturais; iii) a evolução da economia política para campos novos. Esses fatores permitiram levar à discussão cultural para o campo econômico ao associar à geração de emprego e renda como elementos da economia, que buscam compreender a cultura como mais uma alternativa na promoção do desenvolvimento regional e sustentável.

Quando se visualiza a cultura além das suas características regionais parte-se do pressuposto de repensar a cultura com um olhar mais direcionado aos “processos de produção, distribuição, troca, uso ou consumo” (BRANT, 2009, p.76), a economia e o desenvolvimento dialogam com a cultura, procurando estabelecer conexões para o surgimento de atividades econômicas que respeitem a regionalidade do território e suas manifestações culturais

No Brasil, de acordo com Cano (1985) esse processo de desenvolvimento territorial econômico concentrado na região Sudeste do país, acelerou a urbanização

de capitais, como exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro. A industrialização provocou um rápido movimento da população rural para as áreas urbanas. Dados do IBGE apontavam em 1940 uma taxa de população urbana em 31% e na década de 1980, o Brasil já possuía 66% da sua população residente em zonas urbanas. O crescimento econômico trouxe para estes municípios desenvolvimento, porém acompanhado de um movimento excludente e limitado.

Desse modo, a cultura pode ser considerada segundo Dallabrida, Covas e Covas (2017, p. 367) “novos sistemas voltados à criatividade tecnológica e ao empreendedorismo” podendo desenvolver espaços urbanos que sejam atrativos para o desenvolvimento, por meio do fortalecimento cultural e regional, e também das suas particularidades geográficas, perfazendo um ambiente que estimule à criação de trabalhos criativos.

1.1 As distintas dimensões existentes no processo de desenvolvimento

O termo desenvolvimento sempre guarda relações com o crescimento econômico. Este último é entendido como um meio de alcançar o desenvolvimento caracterizado como fim, ou seja, o bem-estar e a qualidade de vida da população são funções abarcadas pelo desenvolvimento. No sistema capitalista, a livre concorrência e a propriedade privada são pilares do pensamento liberal, tornando o mercado consumidor mais competitivo e tecnológico. Entretanto, segundo Furtado *et al* (1979) este sistema carrega no seu cerne a acumulação de capital, o que faz gerar uma “heterogeneidade estrutural”, em razão dos países periféricos não terem o domínio das novas tecnologias, o que agrava os problemas sociais e a dependência econômica perante aos países desenvolvidos.

Com a globalização, o sistema capitalista ganhou mais espaço ao penetrar em países cujos mercados consumidores se encontravam fechados. Essa quebra de barreiras protecionistas e o “estreitamento” das fronteiras entre os países permitiu o aparecimento de mais desigualdades pelo mundo, e um maior domínio tecnológico e financeiro das grandes nações mundiais sobre as demais.

Não é intenção aprofundar nesse debate, mas sim em referenciar e apresentar autores, que estudaram novas dimensões de desenvolvimento atraídos pela busca incessante em tentar compreender e buscar soluções que visam à retomada do desenvolvimento com menos desigualdades. Algumas denominações vão se

formando, através de processos de desenvolvimento abarcados numa dimensão: humana, econômica, sustentável e regional, as quais serão abordadas.

Ao se discutir o tema desenvolvimento, ele passa a ser entendido como um processo que permeia todas as dimensões citadas ao longo deste trabalho, com o objetivo de buscar possibilidades para a diminuição das desigualdades regionais. Lefebvre (1991) aponta que o território é uma produção do espaço, cujo processo de crescimento e desenvolvimento modifica suas características revelando uma dominação marcada pelo poder. Para Raffestin e Santana (2013, p.9) o “Estado existe quando uma população instalada num próprio território exerce a própria soberania”. Trabalhar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial é respeitar as particularidades e as vocações regionais e locais destes atores, que compõem os processos de mudanças econômicas, sociais e culturais que vem sofrendo as economias locais ao longo das últimas décadas.

Essas mudanças e o acelerado processo de desenvolvimento industrial levou o homem a refletir sobre a necessidade de se buscar um crescimento que levasse à melhoria da qualidade de vida da população. A dimensão humana do desenvolvimento está intrinsecamente ligada às questões sociais e políticas de um território, no qual se constitui uma estratégia de desenvolvimento ancorada numa matriz que valorize o homem não apenas como processo-meio para o alcance de níveis de produção e produtividade, mas também como processo-fim, na compreensão de um sistema mais justo e igualitário.

As desigualdades provocadas pelo crescimento econômico e as consequências geradas pela má distribuição de renda, incentivou Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, apresentar o conceito de desenvolvimento como liberdade, seja ela coletiva ou individual. Na concepção de Sen (1999) somente o aumento na renda *per capita* da população, a industrialização e o avanço tecnológico não poderiam ser configuradas como registro de desenvolvimento.

Segundo o autor, para atingir o desenvolvimento, a população precisa usufruir da liberdade para acessar às garantias sociais e humanas, o direito individual de se expressar e a oportunidade de combater às privações impostas por regimes autoritários. As bases do índice de desenvolvimento humano (IDH) estão alicerçadas em três variáveis: i) saúde – mede a expectativa de vida; ii) educação – analisa a média de permanência nas escolas e as taxas de matrícula; iii) renda – média do PIB *per capita* expressa em poder de compra. Essas três variáveis permitem analisar o

IDH, seu principal indicador para o desenvolvimento na área social. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o responsável pela metodologia e levantamento de dados com o objetivo de aferir estes índices.

A partir do IDH geral, o PNUD desenvolveu metodologias mais avançadas, que pudessem analisar algumas escalas mais específicas. Por exemplo, no Brasil existe o IDH-M (municipal), utilizado pelos governos e institutos de pesquisa e planejamento. Considere-se também a utilização do IDH-AD (ajusta à desigualdade), I-DG (desigualdade de gênero) e I-PM (pobreza multidimensional). Todos esses índices possibilitam realizar uma avaliação das políticas públicas ou outras maneiras de alavancar o resgate da liberdade por meio do desenvolvimento humano.

No seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen (1999) cita a liberdade não apenas como fim, mas também o meio para se alcançar o desenvolvimento. Ele relata a existência de liberdade de diferentes tipos, a saber:

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais (SEN, 1999, p.25).

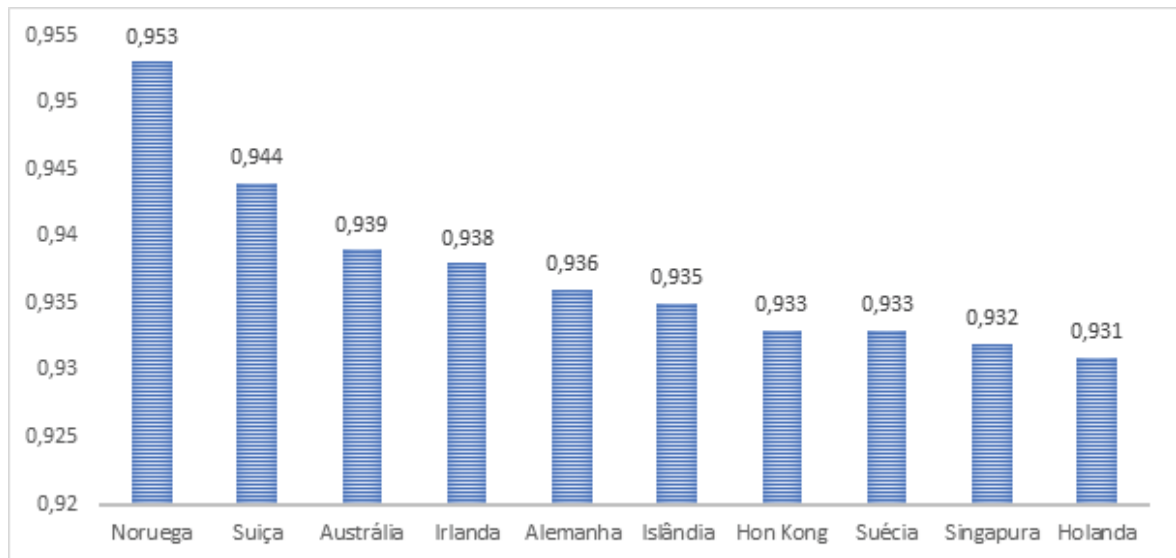
A Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Cidadã², permitiu o alcance ou em alguns casos uma aproximação da população às liberdades defendidas por Amartya Sen. Na dimensão social e política podem-se notar os avanços constitucionais advindos desta nova carta magna, como exemplo, o retorno das eleições diretas para Presidente da República e o combate à pobreza e às desigualdades sociais. Zambam (2012) corrobora esta afirmação ao dizer que o poder de escolha dentro de uma democracia legitima a capacidade de integrar os atores sociais e políticos, na busca de encontrar soluções para os problemas de desigualdade.

O *ranking* do IDH apresentado em 2018, aponta que o Brasil se mantém desde 2015, na posição 79 dentre os 189 países pesquisados, com um índice de 0,754. Vale ressaltar que este índice vai de zero a um, portanto quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano. No *ranking* global, a Noruega com 0,953 está no topo das nações mais desenvolvidas, segundo o IDH. Desde de 1990, quando começaram os

² Batizada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, em razão de garantir os direitos individuais e sociais ao povo brasileiro.

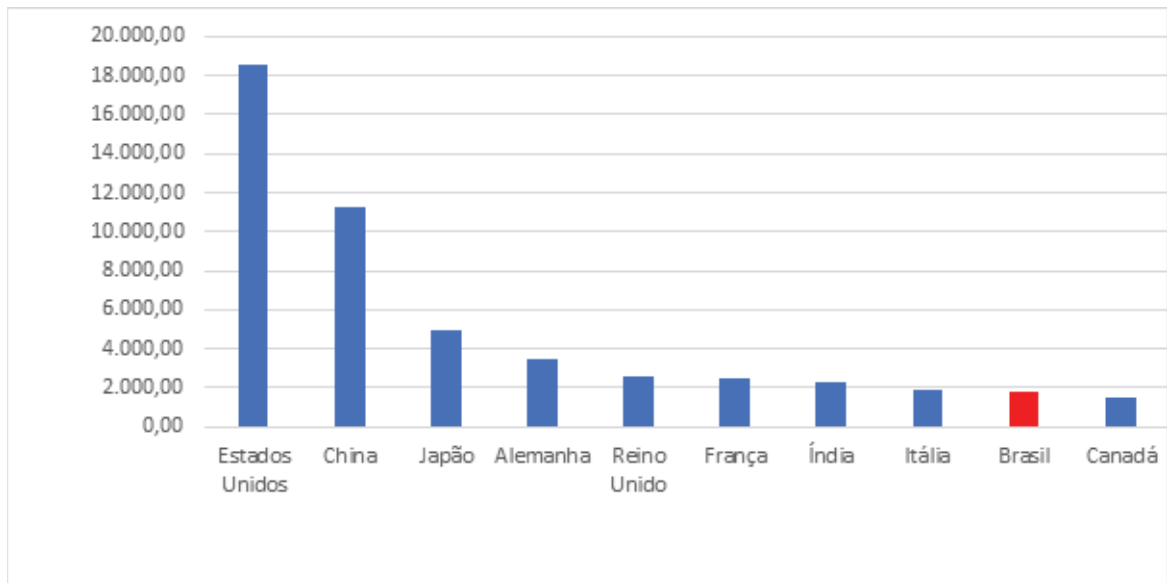
estudos do IDH, o Brasil teve uma taxa anual de crescimento de 0,81%. Na América do Sul, o país é o quinto colocado no IDH, perdendo para Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela. No quesito crescimento econômico, o produto interno bruto (PIB) é um índice utilizado para aferir o nível de riquezas produzidas por uma nação. O Brasil atualmente se apresenta como a nona maior economia mundial, com valores aproximados de 2 trilhões de reais. Em 1994, o PIB brasileiro aproximava de 485 bilhões de reais sendo a décima maior economia mundial. Esses dados mostram o Brasil muito distante ainda de um grau de desenvolvimento aceitável, se comparado com países no topo do *ranking* do IDH. Os gráficos 1 e 2 abaixo comparam o nível de desenvolvimento utilizando o IDH, e o de crescimento mostrado pelo PIB.

Gráfico 1 - Ranking dos dez países mais desenvolvidos (IDH)



Fonte: PNUD e ONU (2017). Elaboração do autor

Gráfico 2 - Ranking dos dez países mais ricos (em trilhões R\$)



Fonte: Fundo Monetário Internacional com adaptações do MRE e IPRI (2016). Elaboração do autor

O gráfico 1 reflete o nível de qualidade de vida e desenvolvimento humano de um país. A Noruega destaca-se em primeiro lugar no *ranking* do IDH mundial, porém o seu crescimento econômico não está entre os dez países mais ricos do mundo. Porém no gráfico 2, os Estados Unidos considerado a maior potência mundial seguido pela China, não estão representados como países que conseguem manter um equilíbrio entre o desenvolvimento e o crescimento econômico. A grande potência econômica mundial, os Estados Unidos ficaram na 13ª posição com um IDH de 0,924 considerado uma nação com muito alto desenvolvimento humano. A China que experimentou a pouco tempo, abertura de mercados e como consequência vultosos investimentos de empresas transnacionais apresentou o seu IDH em 0,752. Ocupa a posição 86 considerado pelo PNUD, nações com alto desenvolvimento, no mesmo nível do Brasil. Essas comparações realizadas servem para pontuar a diferença entre crescimento e desenvolvimento e não de levantar à discussão sobre problemas socioeconômicos de cada nação. Apenas a Alemanha como se observa nos dois gráficos (1 e 2) configura como um país que se situa entre as dez nações mais desenvolvidas e com alto potencial econômico.

Ao trazer o desenvolvimento para uma dimensão econômica percebe-se que as teorias econômicas regionais desenvolvidas por Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschman (1958), com seus estudos sobre os polos de crescimento, causação circular cumulativa e efeitos para trás e para frente, respectivamente, serviram para

entender os efeitos limitadores do desenvolvimento econômico regional em determinados territórios. Esses autores citados procuraram entender e desenvolver teorias que justificassem a concentração de renda, às consequências geradas por esta concentração e os fatores desencadeados pelas indústrias, principalmente na economia local. O papel do Estado nesses processos de mudanças e novos paradigmas regionais é o de fortalecer as economias locais e seus atores, ao permitir uma maior interação com seus *stakeholders*³ por estarem mais próximos da realidade local e dos consumidores finais (AMARAL FILHO, 2001).

Segundo Bresser-Pereira (2006, p.1) “o desenvolvimento econômico dificilmente regride, porque acumulação de capital e o progresso técnico em uma economia tecnologicamente dinâmica e competitiva, como é a capitalista, passam a ser uma condição de sobrevivência das empresas [...]”. A evolução tecnológica no campo do progresso técnico, segundo Schumpeter (1984) permitiu as indústrias fazerem frente à concorrência internacional e manter o poder econômico mundial. Para ele o desenvolvimento só pode ser alcançado, caso empresas e governos invistam na capacidade de inovação e tecnologia.

Um ponto interessante explorado por Schumpeter (1984) é a definição da figura do empresário. Segundo o autor este empreendedor pode ser o agente das mudanças tecnológicas. Bresser-Pereira (2006) cita este autor como um dos precursores dos estudos da inovação na economia:

Schumpeter usou a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.4).

Na visão de Schumpeter (1984) a disputa por mercados não ocorre mais por preços e sim no emprego do uso da tecnologia. O fluxo circular é base da economia neoclássica e se assenta em três pressupostos: a procura, o trabalho e a oferta. A base do novo desenvolvimento econômico quebra a lógica do fluxo circular, quando se insere a inovação tecnológica, desencadeando rupturas que afetam a oferta, a procura e uma série de novos processos dentro da sociedade capitalista.

³ O inglês *stake* significa interesse, participação, risco. Enquanto *holder* significa aquele que possui. *Stakeholder* também pode significar partes interessadas, sendo pessoas ou organizações que podem ser afetadas pelos projetos e processos de uma empresa. Fonte disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html>>. Acesso em 04Jan219

Cabe ressaltar que as empresas atualmente têm procurado territórios, no qual possam propiciar dinâmicas mais inovadoras e inteligentes, privilegiando locais que exercem o processo de desenvolvimento. Entretanto esse processo não ocorre de forma igualitária entre os territórios (DALLABRIDA *et al*, 2016). Essa especialização dos territórios permite que as dimensões do processo de desenvolvimento possam utilizar estes espaços como uma alternativa para o crescimento e desenvolvimento territorial. Sobre isso, Santos e Silveira (2014) afirmam:

A especialização dos lugares, que é também uma manifestação da divisão territorial do trabalho, exige a produção e a circulação de torrentes de informação, que ao mesmo tempo a retroalimentam. Por isso a informação constitui uma nova forma de trabalho, é um fundamento do trabalho contemporâneo e também um dado relevante da divisão social e territorial do trabalho. Há hoje uma informação globalmente organizada, que se constrói e se difunde com instrumentos de trabalho específicos, isto é, sistemas técnicos sofisticados, exigentes de informação e produtores de informação sobre o território (SANTOS e SILVEIRA, 2014, p.95).

Esse conjunto de especializações podem levar à uma interação política, econômica, social e cultural dos atores públicos e privados localizados no território. De acordo com Santos e Silveira (2014, p.93) existem “território bem-informado, um território pouco informado e um número infinito de situações intermediárias”. Por isso há a necessidade de se reconhecer todos os *stakeholders* que compõem o território, num sentido de ampliar ou descobrir as vocações regionais que podem promover ou não o desenvolvimento local.

Uma das dimensões que podem ampliar este debate é desenvolvimento sustentável. Segundo Lima e D'Ascenzi (2018), o desenvolvimento apoiado na sustentabilidade tem o seguinte tripé: progresso econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental. A ideia central é promover o desenvolvimento econômico resguardando para as futuras gerações e os seus territórios um pouco dos recursos naturais existentes na natureza. Não há como pensar em sustentabilidade se não houver um pacto entre os governos, sociedade e empresários, na intenção de empregar novas tecnologias na produção de bens e serviços.

Por se tratar de um tema bastante relevante e atual no cenário econômico mundial, a ONU reunida com chefes de Estado e de Governo em 2015 aprovaram uma série de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) batizado de Agenda 2030. Nela estão contidas 17 objetivos e 169 metas, no qual os países signatários se comprometeram a trabalhar o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos

numa dimensão econômica, social e ambiental. Esses objetivos impactam necessariamente nas dinâmicas territoriais dos municípios, o qual devem ser observadas e implementadas estratégias de desenvolvimento respeitando-se os limites na utilização dos recursos naturais dos seus territórios.

No sentido de se promover o desenvolvimento regional em pequenos territórios existem atualmente um arcabouço de leis, decretos e superintendências em nível nacional e regional, na intenção de minimizarem a problemática das desigualdades regionais no Brasil. A Constituição Federal (CF) de 1988 tem na sua carta magna, as políticas públicas que tratam do tema de desenvolvimento regional. No artigo 43 da CF aponta: “Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando o seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais”. Várias foram as tentativas do governo federal em descentralizar o crescimento econômico do país. A aglomeração industrial, mesmo com todos os esforços governamentais continuam no estado de São Paulo. Segundo o IBGE (2016) a concentração em 2014 do PIB desse estado correspondia a 32,2% na participação nacional, ou seja, um terço de toda produção de riquezas no país são provenientes do estado de São Paulo. Ao somar com os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul a participação deles no PIB nacional correspondem a 64,9% de todas as riquezas produzidas no país. Essa dominação ajuda a manter essa concentração industrial nas regiões sudeste e sul do país, agravando às desigualdades regionais.

Entretanto as teorias do desenvolvimento regional deixaram de serem analisadas somente em um nível microeconômico para se discutir situações e abordagens em um nível macroeconômico, o qual são destacados os potenciais territoriais numa perspectiva de integração não somente regional, também em nível local e intermunicipal. Brandão (2004) aprofunda esta análise ao afirmar sua concepção sobre os territórios:

O debate regional e urbano sempre foi informado por duas grandes matrizes teóricas, antagônicas e com distintas concepções sobre a natureza do território. Aquela que vê o espaço, estaticamente, como meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno[...]. As superfícies pouco importam. E aquela que vê o espaço, dinamicamente, como construção social, como produto de conflitos e disputas em torno do espaço construído pela ação das classes sociais em seu processo de reprodução histórica (BRANDÃO, 2004, p.63).

Em relação à adoção de estratégias governamentais para o combate às desigualdades regionais, Bandeira (1999) ressalta que o modelo de pensar o Brasil em grandes regiões já não alcança resultados satisfatórios. Na sua visão o que precisa ser feito é uma redução em nível sub-regional ou local das estratégias com o objetivo de integrar e buscar pontos em comum, de pequenos territórios cuja homogeneidade seja mais acentuada.

Brandão (2011) sugere um novo desenho para as políticas regionais de desenvolvimento. Um realinhamento organizacional que contemple o mapeamento das potencialidades e das prioridades de cada região, junto com um novo pacto federativo para eliminar a guerra fiscal e os mecanismos de incentivo à mobilização de agentes locais e da sociedade civil.

Partindo dessa análise Dallabrida e Ferrão (2014, p.30) realizam uma revisão bibliográfica segundo a qual governança territorial “ [...] corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que prioriza uma ótica inovadora, compartilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais entre os diferentes atores envolvidos”. Não há como falar de desenvolvimento sem considerar estas dinâmicas citadas pelos autores, visto que o processo de construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento começa e termina na sociedade civil organizada.

Somente assim haverá um desenvolvimento ancorado na dinâmica regional, contemplando todos os seus *stakeholders* na busca incessante de levar oportunidades, estimular os ambientes de inovação e tecnologia, e na valorização da produção de bens e serviços inovadores respeitando as particularidades, a cultura, os movimentos sociais e a comunidade, na intenção de promover o verdadeiro desenvolvimento regional.

1.2 O papel da cultura na nova economia

Ao se estabelecer a cultura como um novo campo econômico a ser explorado, principalmente, em pequenos municípios dentro das diversas abordagens e dimensões que foram tratadas no subtítulo anterior. É importante entender que num país multicultural como o Brasil, faz-se necessário conhecer todas as particularidades envolvidas nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais dos territórios. As políticas

públicas culturais exercem também um papel de fomentador do crescimento e desenvolvimento local.

Porém para entender o papel da cultura nessa nova economia é preciso voltar ao século XX quando o modelo fordista ganha espaço nos países capitalistas desenvolvidos, e posteriormente nos subdesenvolvidos. A lógica do processo de produção em massa e dos produtos padronizados constituíam aspectos relevantes iniciados por Henry Ford⁴. Sobre este modelo fordista, Harvey (1994) anota o seguinte pensamento:

[...] produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 1994, p. 121).

A produção em massa estabelecido pelo modelo fordista fundamenta-se numa concepção de industrialização em larga escala e numa premissa de alcançar uma máxima produtividade com menor custo, alargando os ganhos de capital. Porém no final da década de 1960, “o pleno emprego levou a um estrangulamento dos lucros através da queda da produtividade” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 14). No encerramento da década de 1970, há uma estagnação econômica mundial, em razão do aumento da competição internacional com outros mercados, afetando a remuneração da classe trabalhadora e diminuindo a demanda por produtos. Surge nessa época o conceito da flexibilidade aplicada à indústria ou a uma “destruição criadora” segundo Schumpeter (1984). Essa afirmação schumpeteriana revela uma ruptura no sistema tradicional da economia mundial. O progresso técnico é estimulado com ascensão do uso da tecnologia, o que acarretou uma desconstrução de atividades econômicas tradicionais e o surgimento de um novo tipo de trabalho baseado nas habilidades intelectuais da classe trabalhadora.

A evolução tecnológica e científica empregada nos novos modelos de negócios fez emergir a produção de bens e serviços culturais com um viés mercadológico. Segundo Reis (2007) os bens culturais têm uma característica diferencial, pois além

⁴ Ford foi o criador, em 1914, da linha de montagem móvel e mecanizada, que passou a ser o modelo de produção de referência até então, em razão da drástica melhoria de produtividade que proporcionava. Estava então instituído o modelo Fordista de produção, que passou a se chamar de produção em massa. O Ford modelo T foi o primeiro automóvel produzido com esse conceito. Fonte: ELIAS, S. J. B.; MAGALHÃES, L. C. Contribuição da Produção Enxuta para obtenção da Produção mais Limpa. Revista Produção Online, v. 3, n. 4, 2003

de um valor simbólico possui um valor de mercado. Essas particularidades começaram a serem exploradas em 1994, na Austrália, por meio de novas formas de atividades econômicas no segmento criativo, o que fez desenvolver a produção cultural. Mas é na Grã-Bretanha com a eleição do primeiro-ministro Tony Blair⁵, no final da década de 1990, que houve as primeiras políticas específicas para o desenvolvimento da economia da cultura. O conceito criatividade definido pelos britânicos incorporou doze setores: publicidade, arquitetura, *design*, moda, audiovisual, música, artes performáticas, publicações, *software*, rádio, televisão e jogos eletrônicos. Esses novos conceitos criativos permitiram aos municípios explorarem suas vocações como alternativa para a promoção do desenvolvimento regional.

Embora Moyses (2005, p.55) aponte que “a cidade brasileira tem sido gerida por uma forma específica do poder corporativo”. Ficam à mercê de empresários e imobiliários que ditam a dinâmica de crescimento do município. Para Reis (2011) essa aproximação com a iniciativa privada provoca um aumento nas desigualdades sociais, em virtude de um pequeno número de pessoas terem acesso aos ambientes criativos, provocando na sua opinião “bolsões de criatividade” espalhados dentro dos municípios. Por outro lado, Machado (2009) acredita que as produções de bens e serviços criativos estimulam à apropriação, não somente na realização das necessidades mais básicas, incorporando as relações sociais e da sociedade. Notadamente, a cultura atrai toda uma subjetividade efetiva e histórica na construção de bens materiais e imateriais com características bem peculiares ajudando a construir redes na sociedade, cujo propósito é desenvolver habilidades cognitivas e culturais para estímulo à economia local.

Brant (2009) afirma:

O Estado precisa inserir a cultura em sua agenda prioritária, não somente pelas inúmeras oportunidades que ela representa como instrumento de um projeto de desenvolvimento baseado nos valores humanos, mas sobretudo, por sua capacidade de ativar os organismos de participação social [...]. A ideia é ativar a capacidade de ação de governantes e agentes da sociedade civil

⁵ O trabalhista Tony Blair chegou ao poder após 18 anos dos governos conservadores de Margaret Thatcher e John Major, marcados pela diminuição generalizada do papel do setor público na vida econômica e social britânica. Em ambiente de competição por financiamentos públicos, os próprios setores culturais passaram a incorporar o argumento econômico em defesa de seus interesses. Fonte: Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf>>. Acesso em 19SET2018

organizada em torno de uma nova função política para a cultura, superando o aspecto de domínio [...] (BRANT, 2009, p.112).

Suas afirmações corroboram a necessidade de se desenvolver à cultura como um novo modelo de empreendedorismo, aproveitando os territórios e suas especificidades como diferencial econômico neste novo século, e ao mesmo tempo buscar uma relação de compromisso e responsabilidade com todos os outros atores inseridos neste debate da cultura como possibilidade de desenvolvimento.

1.3 O Estado brasileiro e o desenvolvimento do setor cultural em um contexto de mudanças

As políticas de desenvolvimento regional surgidas em meados da década de 1950, por meio das teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman, possibilitaram o Brasil estimular o crescimento econômico, porém com alta concentração industrial e espacial. Esse modelo desenvolvimentista começa no final da década de 1970 a mostrar um esgotamento, em razão, do descontrole inflacionário e fiscal do país. No final da década de 1980, com a inserção de um pensamento liberal na economia, o país começa a se afastar do protagonismo que exercia como indutor do desenvolvimento, passando essa responsabilidade para a iniciativa privada.

O contexto de Estado desenvolvimentista começou no governo de Getúlio Vargas reconhecido como Estado-Novo (1930-1945), quando se inicia em 1933 os estudos para a reforma administrativa do Estado. Em 1938, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) é criado com o objetivo de instalar uma administração burocrática racional, segundo afirma Pinho (1998). Porém o modelo burocrático weberiano não foi executado na sua totalidade, em razão, do governo Vargas não ter conseguido eliminar todas as evidências que caracterizavam o patrimonialismo na administração pública. Segundo Secchi (2009, p.365) “o patrimonialismo pré-burocrático ainda sobrevive por meio das evidências de nepotismo, gerontocracia, corrupção e nos sistemas de designação de cargos públicos baseados na lealdade política”. É comum constatar atualmente na administração pública modelos baseados tanto na concepção patrimonialista como burocrática.

A administração burocrática atribuída a Max Weber⁶ foi uma tendência mundial iniciada no século XX, principalmente na França e nos Estados Unidos (Bresser-Pereira, 2001). A acelerada industrialização promovida pelo Governo Vargas no país, exigiu que o governo implantasse um modelo burocrático que pudesse exercer um maior controle nos processos e um rígido e extenso nível hierárquico. De acordo com Secchi (2009) este modelo sofreu fortes críticas em virtude de privilegiar a ineficiência, a morosidade e o distanciamento das necessidades da população.

Todavia, com a crise industrial refletida no Brasil no final da década de 1970 fez surgir um movimento liberal no país. O fim da ditadura militar (1964-1985) representou o início de uma nova concepção de administração pública surgida primeiramente nos países anglo-saxão (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia) e depois na Europa e no Canadá (ABRUCIO, 1997).

Nas políticas públicas culturais, o governo federal, nos anos de 1990 e início de 2000, praticamente não desenvolveu nenhum programa ou ação no âmbito do Ministério da Cultura (MinC). A Lei Rouanet de 1991 que serve como um mecanismo de fomento às artes e à cultura, por meio de renúncia fiscal das empresas e pessoas físicas, foi o único instrumento gerencial para desenvolver toda uma cadeia da produção ligada à economia da cultura.

Então com a mudança implantada na administração do Estado a partir da década de 1990, a cultura e todos os seus mecanismos de incentivo passaram a ser meramente executoras, renegando o papel de formulador e fomentador da cultura no país.

1.3.1 A Reforma do Estado nos anos de 1990

O agravamento mundial ocasionado pela desindustrialização no início da década de 1980, e mais fortemente no final dela, aqui no Brasil foram determinantes para a proliferação de um novo conceito de administração pública inspirada no liberalismo econômico. Este modelo liberal teve no governo da ex- primeira ministra da Grã-Bretanha (1979-1990), Margaret Thatcher, um referencial a ser copiado para aqueles países que defendiam um Estado menor e menos burocrático. Seus conceitos liberais de um Estado menos regulador e intervencionista estimularam outras nações

⁶ Sociólogo alemão (1864-1920) estudioso da Teoria da Burocracia

a diminuírem o tamanho do Estado por meio de programas de desestatização, a exemplo do que aconteceu em aeroportos, telefonia, estradas, energia e empresas públicas. Santos e Silveira (2014) contradizem este discurso liberal ao afirmar:

O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis. [...] Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços (SANTOS e SILVEIRA, 2014, p. 302).

À busca pela eficiência, competitividade e produtividade levou ao modelo de administração gerencial focado nas pessoas, no empreendedorismo, na eficiência, com orientação ao serviço, a descentralização nos postos de comando e a transparência nos atos governamentais (SECCHI, 2009). Essa mudança de filosofia da administração pública não foi capaz de retomar o crescimento econômico, exigindo a presença do Estado na vida dos cidadãos, principalmente, com as políticas públicas. Abrucio (1997, p. 57) afirma que “o modelo gerencial puro, na verdade, tem como base a separação entre a política e a administração”. Não há como considerar que o modelo gerencial foi adotado na sua plenitude no Brasil, até por entender que a economia brasileira, apesar do controle da inflação através do Plano Real⁷ não conseguiu diminuir as desigualdades sociais e regionais. Diniz esclarece os obstáculos enfrentados por este modelo gerencial no Brasil:

A corrosão da capacidade de o Estado realizar suas funções básicas e intransferíveis, como a garantia da ordem e da segurança pública, e ainda assegurar condições mínimas de existência para amplas parcelas da população, localizadas nas faixas mais pobres. Sob o impacto das crises fiscal e política, e como resultado da primeira onda de reformas liberais inspiradas no corte de gastos e de pessoal, aprofundou-se de forma expressiva a incapacidade histórica de o Estado penetrar no conjunto do território nacional e incluir, em seu raio de ação, os diferentes segmentos da sociedade, garantindo de forma universalista o acesso aos serviços públicos essenciais, nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, bem como a eficácia de seus ordenamentos legais (DINIZ, 2001, p.19).

Na observação da autora exemplos de governança urbana em alguns municípios brasileiros, com ideias inovadoras no âmbito social, urbano e educacional permitiu de forma isolada, que estas localidades melhorassem as condições de vida

⁷ Programa econômico neoliberal de estabilização da economia brasileira que promoveu o fim da inflação em 1994.

dos seus munícipes (DINIZ, 2001). Atitudes empreendedoras na gestão pública só acontecem, caso a sociedade civil se organize e cobre do governo políticas de incentivo ao microempresário, descentralização das suas ações e autonomia de gestão e cobrança de resultados.

A importância alcançada pelos municípios, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, especificamente, na execução das políticas públicas nacionais marcaram um novo modelo de gestão, também para os administradores públicos municipais ao receber mais tarefas que antes eram executadas pelos Estados e União. À vontade política ganha voz ativa em alguns municípios através da aproximação dos administradores públicos e dos cidadãos, objetivando encontrar soluções para os problemas que os afligem. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) instituído pelo artigo 159 da CF foi um mecanismo de governança pública gerencial, que permitiu descentralizar os recursos públicos da União para os municípios. Segundo Mendes (2008) o total de transferências obrigatórias para os estados e municípios em 2006, representou 8% do PIB brasileiro, o que correspondeu a 73% das receitas correntes dos municípios. Esses números refletem a dependência financeira que os municípios têm da União, pois quase dois terços de toda a receita municipal advêm do governo federal, refletindo o baixo desempenho da economia local.

Abrucio e Couto (1996) problematizam a situação dos municípios brasileiros após a promulgação da CF, ao afirmar que a União ao transferir as responsabilidades pela execução das políticas públicas, aos governos estaduais e especificamente para os municípios, houve uma descentralização na divisão de receitas entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. De certa maneira, a premissa do modelo de administração gerencial é a descentralização de recursos e autonomia, mas o que houve neste período foi um distanciamento do Governo Federal, na execução e controle de políticas públicas instituídas na Constituição Federal.

1.3.2 Políticas Públicas Culturais

Os primeiros registros culturais nos quais se tem a presença do Estado como protagonista, remonta ao século XIX, a partir do incentivo de bolsas de estudo para trabalhadores artísticos estudarem fora do país. A concessão de empregos também foi uma marca dos governos imperiais, e como afirma Brant (2009), mesmo após a Independência, nomes consagrados da arte e da cultura foram agraciados com

empregos públicos, caso do escritor Machado de Assis. Uma forma que o governo encontrou, na época, de policiar e impedir manifestações contrárias à coroa portuguesa.

O século XX teve o seu ápice cultural com a instalação da Semana de Arte Moderna de 1922 realizada no Teatro Municipal de São Paulo, e foi considerada uma ruptura das estéticas artísticas conservadoras consumidas pelo Império. Um período marcado, como explica Boaventura (2000), por agentes culturais e políticos ávidos por mudanças e que buscaram na Europa tendências estéticas contemporâneas aliada ao contexto nacional.

Dentro dessas mudanças que ocorriam no país têm destaque as ações praticadas na área cultural no período denominado Estado Novo (1930-1945), no qual sob a Presidência de Getúlio Vargas há um rompimento com a República Velha (1889-1930)⁸. Durante esses 15 anos de governo, o Brasil experimentou a criação de vários departamentos e institutos que visavam o fortalecimento da cultura, conforme aponta Brant (2009):

A criação do Serviço Nacional do Teatro (SNT), do Serviço de Radiodifusão Educativa, da Casa Ruy Barbosa, do Museu Histórico Nacional, de diversas universidades, colégios e Liceus federais, do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL), além da efetivação do Museu de Belas Artes [...] (BRANT, 2009, p. 52).

No período de 1945 a 1964, houve pouco movimento da gestão pública no fortalecimento da cultura. Segundo Calabre (2003), a iniciativa privada ganhou evidência devido à massificação das Indústrias Culturais como o rádio e a televisão, principalmente após a segunda guerra mundial. Único destaque neste período é a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1953.

Com o golpe militar (1964-1985) instalado no país tem-se uma série de retrocessos na área cultural. Rubim (2006) descreve este momento como marcas da repressão a setores populares, violência contra às pessoas opositoras ao regime, prisões, assassinatos, censura e a massificação da indústria cultural, por meio da construção e implantação da infraestrutura de telecomunicações, com o surgimento da Telebrás e Embratel. Uma “época de vazão cultural” segundo Rubim (2006). Somente nos anos finais da ditadura militar nos governos dos ex-Presidentes da

⁸ Acordo entre as economias representadas pelo café (SP) e leite (MG) na qual a elite oligárquica destes dois estados se revezavam no poder.

República, Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985) há uma “lenta abertura” política e cultural, com o surgimento do primeiro Plano Nacional de Cultura em 1975. Brant (2009, p.59) cita a criação desse plano como “o reconhecimento oficial da necessidade de incluir à cultura no programa de desenvolvimento e segurança do governo militar”. A criação da Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976), Fundação Pró-Memória (1979) foram movimentos do governo militar em prol desta abertura política (RUBIM, 2006).

A redemocratização do Brasil, no período compreendido, pelo início do governo do ex-Presidente da República, José Sarney (1985-1989), a cultura alcança sua “independência administrativa” com a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985. Rubim (2006) aponta o surgimento desse ministério, com um futuro pouco promissor devido à crise econômica vigente no país, o fisiologismo e o clientelismo na política brasileira dispersava os objetivos reais deste ministério. Seu primeiro ministro foi José Aparecido de Oliveira, sendo logo substituído por Aluísio Pimenta, e um ano depois por Celso Furtado. De acordo com Pimentel e Rocha (2017), o economista Furtado teve um olhar para a cultura como um modelo sistêmico de desenvolvimento humano. Na gestão de Furtado ocorreu a promulgação da lei 7.505 de 02 de junho de 1986 tendo como princípio o mecanismo da renúncia fiscal, cujo modelo inspirou a atual Lei Rouanet.

Nesse momento histórico cabe pontuar a promulgação da nova Constituição Federal (CF) em 1988, os quais os constituintes elaboraram uma nova carta magna com as obrigações do Estado perante à cultura. Surgem então as políticas públicas culturais de Estado e não de governo como observou-se nos parágrafos anteriores. O art. 215 da CF é bem claro sobre o papel do Estado com a Cultura: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acessos às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Avelar (2013) descreve esse processo como uma escolha governamental:

Políticas públicas são linhas de orientação que um governo estabelece para o trato de determinada matéria de interesse da sociedade. A escolha de alguns caminhos em detrimento de outros espelha, na verdade, os princípios ideológicos da base política que sustenta os governantes. As prioridades dependem dos valores e da visão de mundo daqueles que ocupam os cargos de primeiro escalão de um governo, e também da capacidade de articulação dos setores organizados (AVELAR, 2013, p. 96).

Em 1991, no governo do ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello (1990-1992) promulga-se à Lei de Apoio e Incentivo à Classe Cultural Artística – conhecida como a Lei Rouanet⁹. A base dessa lei desobriga o Estado dos seus deveres constitucionais repassando-o para a iniciativa privada. A curadoria, a seleção e a indicação de quais as regiões ou municípios que poderiam ter o apoio cultural, via renúncia fiscal, passa para o controle da iniciativa privada. Essa é uma das principais críticas da classe cultural, em razão das empresas, quase exclusivamente, apoiarem projetos culturais do eixo Rio-São Paulo, com um olhar mais mercadológico do que cultural. Em 2016, por exemplo, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, receberam via renúncia fiscal, aproximadamente R\$ 1 bilhão em apoio aos projetos culturais. Esse valor corresponde a 75% da receita total da desoneração fiscal do governo federal para a Lei Rouanet. No governo Collor, o Ministério da Cultura (MinC) é extinto reduzindo-o a uma secretaria vinculada à Presidência da República.

Nos governos dos ex-Presidentes da República, Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), não foram aperfeiçoadas e nem criadas nenhuma lei de fomento, difusão e fruição cultural e artística, segundo Calabre (2003), a não ser a recriação do Ministério da Cultura (MinC) em 1992. O próprio Rubim (2006) é enfático ao dizer que foi o período, no qual o Estado repassa as suas funções para o mercado, traduzindo o projeto neoliberal implantado no país. No último ano de governo Fernando Henrique Cardoso, o orçamento do MinC correspondia a 0,14% do Orçamento Geral da União.

Na gestão do ex-Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o cantor e compositor Gilberto Gil assume o MinC (2003 – 2008). A posse de Gil permitiu ao Brasil resgatar “uma visão mais atenta para o estímulo da diversidade cultural, a partir do desenvolvimento local” (BRANT, 2009, p.69). A implantação do Sistema Nacional de Cultura, a criação do Plano Nacional de Cultura, o aumento orçamentário do MinC, o respeito à diversidade cultural, os pontos de cultura instalados pelo país são notadamente ações que contribuíram para o fortalecimento e a fruição da cultura em todo o país.

⁹ A Lei 8.313/91 é uma homenagem a Sérgio Paulo Rouanet que foi secretário de cultura no Governo Collor. Pessoas Jurídicas e Físicas podem abater até 4% e 6%, respectivamente, do seu Imposto de Renda para incentivos a projetos culturais.

Segundo Pietrafesa (2013, p.35) as políticas públicas surgem quando redes se tornam “comunidade política que se converte em um foro especializado no qual os recursos e informações são trocados; propostas são elaboradas e discutidas; transações são negociadas, emergindo, do conjunto desses procedimentos, políticas públicas”. As políticas públicas culturais instaladas no país compõe-se de uma gama de atores, que são diretamente ou indiretamente impactados por essa rede cujo papel do estado tem uma forte protagonismo nas dinâmicas culturais espalhada em todo o país.

Avelar (2013) afirma que o tema da cultura limitou-se ao círculo acadêmico e as “rodas de botequim”, rebaixando o conceito de cultura e artes as pessoas com uma renda *per capita* maior e que poderiam pagar para ter acesso a estes serviços. Somente no início dos anos 2000, a cultura dita popular, aquela que têm origens predominantemente vindas de camadas minoritárias da sociedade puderam encontrar meios para divulgar e valorizar às culturas dos seus ancestrais.

Portanto a demanda por desenvolvimento em suas várias dimensões permitiu a cultura e toda sua cadeia de produção, uma exploração econômica dos seus bens e valores simbólicos. Entretanto, a lógica do capital por meio das suas indústrias culturais tenta destituir os valores culturais regionais e locais dos seus moradores, a fim de homogeneizar as tradições culturais dos seus territórios. Talvez o maior desafio para os atores sociais destes territórios é conseguir inserir a pauta da cultura como uma estratégia de desenvolvimento aplicado principalmente em pequenos municípios.

No capítulo 2 será apresentado um panorama do estado de Goiás articulando o desenvolvimento regional e a cultura. Para isso contextualizou-se o processo histórico de ocupação territorial do estado de Goiás, passando pelas suas características regionais e geográficas. A questão da profissionalização da classe cultural nos pequenos municípios do estado foi abordada, na intenção de entender a dimensão trabalho e sua relação estrutural com a economia local. Ademais foram pesquisadas as despesas do estado de Goiás com as políticas públicas culturais retratando o investimento em programas e ações que pudessem alavancar o desenvolvimento regional em pequenos municípios.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS NUMA ABORDAGEM TERRITORIAL E CULTURAL

Neste capítulo será apresentada uma breve contextualização do processo de ocupação e migração para o território goiano a partir do século XVII, passando pelas políticas públicas regionais e nos programas de incentivo fiscal, que ajudaram estimular à industrialização goiana, por meio de renúncia fiscal tanto de tributos municipais como estadual para as empresas se instalarem no estado de Goiás. Desde a colonização até o início do século XXI a pesquisa buscou identificar os principais fatos históricos, culturais e políticos que possibilitaram o povoamento, o crescimento e o desenvolvimento econômico do estado de Goiás e as consequências desse crescimento desigual pelo lado dos municípios goianos.

As novas dinâmicas espaciais e o momento econômico mundial não podem ser compreendidos, sem levar em consideração o estágio atual que a evolução tecnológica alcançou em todos os processos de crescimento, permeados em qualquer atividade econômica. A gama de oportunidades é infinita. Empresas com base tecnológica, denominadas como *startups*, são bastante reconhecidas pelo desenvolvimento de aplicativos, além de outras opções que surgem à medida que aumenta o avanço da tecnologia.

As manifestações artísticas e culturais além da preservação do patrimônio material e imaterial, fazem do estado de Goiás um território propício para municípios e seus atores desenvolverem a economia local e regional aproveitando às vocações e habilidades do seu território e dos seus moradores.

2.1 O desenvolvimento regional do estado de Goiás, suas dinâmicas territoriais e o potencial do setor da economia da cultura

À busca por novos territórios entre os séculos XVII e XVIII levaram os bandeirantes¹⁰ a promoverem expedições pelo interior do Brasil, no sentido de explorar às riquezas das novas terras. Dentre os bandeirantes, o mais conhecido foi Bartolomeu Bueno da Silva cujos índios o batizaram de Anhanguera (Diabo Velho), em razão, das inúmeras ameaças que os *goyazes* (como eram conhecidos os índios) sofriam para mostrarem as riquezas desta terra. Em 1722, o filho de Bartolomeu

¹⁰ Homens formados principalmente por paulistas que objetivam conquistar escravos e explorar os minérios das terras ocupadas.

Bueno da Silva, homônimo do pai, resolveu refazer o caminho em busca de ouro. Suas descobertas acontecem às margens do Rio Vermelho, local que dá origem aos primeiros povoados. Um destes povoados foi batizado de Sant'Anna, o qual posteriormente deu origem à Vila Boa de Goyaz e depois transformado em Goiás, tornando-se sede da capitania e posteriormente do Estado até 1933, quando neste período ocorreu a fundação do município de Goiânia, provocando a transferência da capital para um novo local¹¹.

Todo esse processo histórico mostra as dificuldades econômicas impostas, principalmente, pela distância aos maiores mercados consumidores estabelecidos no litoral do Brasil. As decisões administrativas e políticas demoravam algum tempo até chegar ao planalto central, devido ao difícil acesso à essas terras configurando um verdadeiro abandono, segundo Ferreira e Mendes (2009).

[...]essas regiões, em função da distância da área litorânea, não interessavam aos senhores, ficando à margem do domínio do Governo Imperial. Assim, a interiorização do povoamento assentou-se na posse, conforme a necessidade de seus empreendedores. A atividade econômica predominante nessas regiões era a pecuária extensiva, que também contribuiu para a formação de grandes propriedades rurais durante a vigência do regime sesmarial¹². Essa tendência foi revigorada com a política de terras em Goiás (1893), a qual beneficiou os grandes proprietários que, em sua maioria, haviam obtido suas terras ilegalmente, contribuindo para a legitimação de um modelo concentracionista da propriedade fundiária, assentado na pecuária extensiva (FERREIRA e MENDES, 2009, p.3).

Nos séculos XVIII e XIX, o estado de Goiás era considerado um território totalmente agrário. E no início do século XX, cerca de 81,8% da sua população dedicava-se às atividades primárias, concentradas em áreas rurais e com pouco processo de urbanização. Essa tendência começou a mudar a partir da construção das primeiras linhas férreas, tendo o objetivo de atender os mercados consumidores dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro atraindo um crescimento populacional em locais margeados pelas estradas de ferro (CAMPOS, 2003).

Em 1930 surge o Estado Novo rompendo um ciclo econômico e político entre os produtores de café (SP) e leite (MG) que se revezavam no poder após a

¹¹ Fonte disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com/goias/historia.htm>>. Acesso em 13Jan2019

¹² Lei criada no século XIV pelo rei português Dom Fernando I no qual os donatários obrigavam-se a cultivar a terra, caso contrário, a coroa tinha o direito de revogar essa posse territorial. Fonte disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>> Acesso em 12Dez2018.

Independência brasileira. A quebra da bolsa de valores em Nova York em 1929¹³ provoca um declínio na economia do Brasil. Os Estados Unidos era o principal comprador do café brasileiro, e a desvalorização dos preços no mercado internacional enfraquece a economia brasileira, em razão, de ser o principal produto de exportação do país.

O enfraquecimento da cafeicultura e a política desenvolvimentista implantada no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) inicia-se uma série de ações para incentivar o desenvolvimento no interior do Brasil. Especificamente em Goiás, pode-se citar a Marcha para o Oeste¹⁴, a transferência da antiga capital do estado de Goiás para um novo local - Goiânia, e a construção de Brasília como determinantes no avanço do crescimento econômico e da integração das regiões Centro-Oeste e Norte, através da construção de rodovias que ligavam Brasília às demais regiões do país.

Em nível estadual, a gestão de Mauro Borges à frente do Governo de Goiás (1961-1964) foi considerada a primeira experiência pública em planejamento e na formulação de metas para o desenvolvimento do Estado. A construção de Brasília era considerada uma ameaça à economia goiana, em virtude, do deslocamento da mão de obra e da classe produtiva para um mercado mais competitivo. Conhecido como Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Plano MB), teve seu princípio em quatro grandes eixos estruturantes de desenvolvimento econômico e social: i) um eixo focado nas atividades agropecuárias; ii) processo de industrialização; iii) fortalecimento da região de Goiânia como ponto de referência no crescimento econômico do Estado; iv) melhoria na eficiência da administração pública, a partir de investimentos em educação, saúde, estradas, saneamento básico e energia elétrica.

¹³ A Crise de 1929 atingiu duramente a América Latina e sua economia primário exportadora, e com mais intensidade, os países mineiros e Cuba, então dominada, de fato, pelos EUA. A maioria dos demais países sofreu fortes pressões, principalmente dos EUA e da Inglaterra, com a imposição de acordos draconianos e elevações tarifárias sobre nossas exportações. A todos atingiu a forte redução da capacidade de importar, a exaustão das reservas e o drástico constrangimento das finanças públicas, o que impediu, de fato, a continuidade de condução de uma política econômica liberal (CANO, 2015)

¹⁴ A chamada —Marcha para o Oeste foi um projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico. Visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da Nação. A proposta governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior, com objetivo de integrar e consolidar o País, de acordo com uma visão de unidade. (GALVÃO, 2011) Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

Entretanto Mauro Borges não teve como dar prosseguimento ao seu plano devido ao golpe militar que o alijou do poder em 26 de novembro de 1964 (VIEIRA, 2012).

A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste em 1967 (SUDECO) fez parte de um conjunto de programas para estimular o desenvolvimento desta região, por intermédio, de recursos advindos do orçamento da União e de incentivos fiscais. O objetivo da SUDECO, segundo Barreira e Cavalcanti (2011), além de aumentar a produção agrícola era promover a ocupação populacional. Na década de 1960, a população desta região concentrava somente 4% da população brasileira, embora ocupassem mais de 22% do território nacional.

O processo de industrialização começa a surgir em Goiás, na década de 1980, com as primeiras políticas de incentivo fiscal – Fomentar e Produzir¹⁵ – com a intenção de atrair empresas ao Estado, diversificar sua economia e diminuir as desigualdades sociais e regionais. Contudo o crescimento econômico, ao invés, de desconcentrar para outras regiões do estado, segundo dados de 2014 do IMB, constatou-se uma alta concentração industrial, em torno de 68%, na região Sul do estado e microrregiões de Anápolis, Catalão e Goiânia. No período de 2001 a 2014, Ariel e Castro (2014) fizeram uma análise dos investimentos das indústrias e os incentivos do governo por segmento. O setor sucroenergético investiu aproximadamente R\$ 9 bilhões em 62 projetos, e recebeu de incentivos fiscais R\$ 39 bilhões em impostos estaduais. Os autores desta pesquisa destacaram, que para gerar um emprego neste setor gastaram-se aproximadamente R\$ 32,5 mil por cada posto de trabalho. Esses dados apresentados corroboram as críticas sofridas por estas políticas de desoneração fiscal, pois o retorno desse investimento é muito aquém do volume de recursos públicos empregados. No caso de Goiás, ainda há o problema de desmatamento no bioma Cerrado, importante para a conservação e controle das espécies nativas. As indústrias indiscriminadamente incentivam essa prática, pois podem alcançar uma maior área de cultivo, extração mineral e elevar a produção para gerar mais lucro.

¹⁵ O Fundo de Participação de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) foi criado pela Lei nº 9.489/1984, tendo como objetivo incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás. O PRODUIR criado pela lei 13.591/2000 tem por objetivo contribuir para a expansão, a modernização e a diversificação do setor industrial de Goiás; estimulando, assim, a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e de renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. Fonte disponível em: <<http://esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/cfp16ronaldovieira.pdf>>. Acesso em 02JAN2019.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás (CODEGO) órgão vinculado à estrutura do governo estadual existem atualmente 36 Distritos Industriais localizados em 31 municípios goianos. As atividades econômicas que se destacam nesses distritos são o automobilístico, alimentação e farmacêutica, com 09, 65 e 25 indústrias instaladas, respectivamente.

Dados do IMB (2017) apontam o complexo soja e minério, os principais produtos exportados, totalizando quase 60% de toda a exportação goiana, principalmente para a China, Holanda e Japão. Já a importação goiana é composta por quase um terço de produtos farmacêuticos, fato este relacionado com a industrialização deste setor no município de Anápolis.

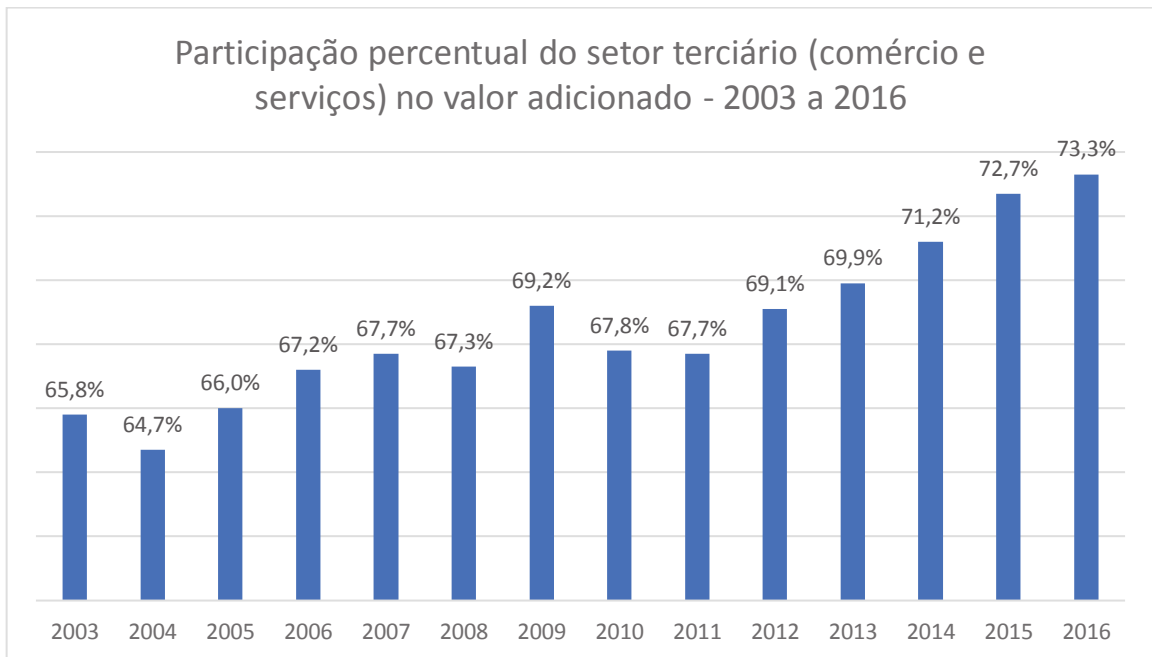
De certo modo não se pode negar, que essas políticas de desoneração elevou o PIB do estado de Goiás. Em 2002, o PIB se aproximou perto dos R\$39 bilhões e após 13 anos, em 2015, houve um aumento de 345% no crescimento acumulado representando um valor R\$ 173 bilhões. A participação de Goiás no PIB nacional, neste mesmo período passou de 2,6% para 2,9% em 2015, se consolidando como a nona maior economia do país. Ao discriminar o PIB goiano por setores, nota-se que as atividades de serviços representam 65% de todas as riquezas produzidas, seguida pela indústria com 25% e agropecuária com 10%.

Sassen (1998) descreve essa maior participação do setor terciário como a “nova economia urbana”. A mesma autora continua sua reflexão ao afirmar:

O crescimento dos empregos no setor de serviços nas cidades e a evidência de um crescimento correlato da desigualdade levantam questões sobre quão fundamentais são as transformações que essa modificação acarreta. Várias dessas indagações são relativas à natureza das economias urbanas baseadas na prestação de serviços (SASSEN, 1998, p. 150).

A tecnologia empregada tanto na indústria como na agropecuária contribuiu para elevação do setor de serviços, pois o nível de qualidade e inovação empregado num produto eleva o seu valor de mercado agregando confiança ao mercado consumidor. O gráfico 3 apresenta a evolução do setor de serviços no Brasil ao longo dos últimos 13 anos. E a tendência é ir aumentando essa participação em razão das novas dinâmicas econômicas, cuja exigência de aprimoramento e perfeição necessita de muitos estudos e investimentos tecnológicos composto essencialmente de serviços.

Gráfico 3 - Participação do setor de serviços no PIB brasileiro



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais IBGE. Elaboração: autor

O IBGE engloba neste setor conhecido como terciário, atividades da administração pública, comércio, artes, educação, alimentação entre outros. Este crescimento reflete uma nova realidade econômica: a força do setor de serviços. Ele tem a capilaridade de ser desenvolvido em qualquer área e espaço e de produzir renda e emprego, desde um grande centro urbano até a um pequeno município.

O crescimento goiano reforçou a dependência das demais regiões do estado, com exceção de Anápolis que tem uma economia diversificada e está no eixo da BR-153/060 entre Goiânia e Brasília, em busca de oferta de serviços e emprego. Serviços como oferta de água, esgoto, hospitais, transporte e destinação de resíduos sólidos são exemplos de aumento na demanda destes serviços em Goiânia e nos municípios que fazem limite com a capital, e sofrem com a expansão urbana desordenada. O fluxo migratório é evidente quando se levanta a quantidade de habitantes na Região Metropolitana de Goiânia¹⁶ (RMG) nos anos de 2000 e 2017. Nesse período a quantidade de moradores nos municípios da RMG eram de aproximadamente 1,7

¹⁶ Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldasinha, Caturai, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. Art. 1º da lei complementar nº 27 de 30 de dezembro de 2009. Fonte disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=7066>. Acesso em 14Nov2018.

milhão. Após 17 anos, essa quantidade saltou para uma estimativa de 2,5 milhões de habitantes. Aumento de 47% no total da população e uma taxa geométrica de crescimento em 2,11% anual (IMB, 2017).

Ao comparar a taxa de crescimento do PIB, no mesmo período com o aumento da população, constata-se que todo crescimento é acumulativo e gera desigualdade. Entre os vinte municípios que compõe a RMG, Senador Canedo, considerado “uma cidade dormitório”¹⁷ se destacou com um aumento de 100% da sua população no período analisado. O poder público não consegue investir na mesma proporção em infraestrutura, saúde, segurança, habitação, educação e lazer, gerando um leque de problemas econômicos e sociais que afetam não somente o município, mas todos aqueles que compõem a região. Este fluxo migratório para as grandes aglomerações urbanas atrai “trabalhadores e desesperados por empregos, que têm se mostrado dispostos a assumir empregos cada vez menos atraentes” (SASSEN, 1998, p. 133).

Apesar de todos os incentivos fiscais, o espaço de crescimento se limitou basicamente à RMG e Anápolis – distante 50 km da capital – deixando um vazio econômico nas demais mesorregiões geográficas do Estado. Essa desigualdade confirma a teoria dos polos de crescimento de Perroux, cujos estudos revelaram que o crescimento não ocorreria de forma homogênea no espaço, mas em determinados locais com variáveis intensidades capazes de alcançar toda a economia (CAVALCANTE, 2008).

2.2 Obstáculos ao desenvolvimento: os diferenciais do setor da economia da cultura

O estado de Goiás tem 246 municípios sendo que desse total, somente 13 (treze) têm população acima de 100 mil habitantes, quase 5% do total. Na faixa de até 20 mil habitantes, Goiás tem 190 municípios o que corresponde a 77% do total. Essa concentração populacional foi tema da Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano e Sustentável (Habitat III), realizado na cidade de Quito, no Equador em 2016, ao reconhecer esse problema a qual afirmou que em 2050, cerca de 70% da população mundial viverá em centros urbanos. O futuro destes

¹⁷ [...] podem ser destacados os processos de conurbação e metropolização marcados pela expansão urbana de áreas com baixo dinamismo econômico, elevado crescimento populacional e que, via de regra, são ocupadas por população de baixa renda residente em assentamentos precários (Villaça, 1998; Santos, 2005, Correa, 2006) OJIMA.R. *et al.* O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. Caderno Metrop., São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010

municípios de pequeno porte precisa ser pensado, pois é um problema estrutural, cujas consequências já são sentidas por muitas regiões metropolitanas.

No Estado, dados compilados pelo IMB junto ao IBGE e Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN) mapearam a economia cultural e criativa do estado e suas atividades econômicas desenvolvidas neste segmento. Os técnicos do IMB optaram por utilizar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) uma vez, que abarca atividades formais e informais. Apurou-se que as atividades vinculadas à economia criativa e cultural teve em 2015 participação de 6,9% no PIB do estado, em comparação a 2010 cujo registro ficou em 6,3% do PIB.

Estudo apresentado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014) discute a economia regional no interior do Brasil. Os dados levantados mostram que 38% do consumo brasileiro é oriundo de regiões fora do eixo metropolitano e de capitais. São aproximadamente 94,3 milhões de brasileiros vivendo fora das regiões metropolitanas e das capitais brasileiras, ou seja, há demanda e espaço para o desenvolvimento de novos serviços.

De acordo com Santos e Silveira (2014) o uso do território não segue uma lógica científica, mas um processo técnico informacional, nos quais a divisão territorial do trabalho, a implantação de infraestruturas, a movimentação da população, as leis em vigência e o exercício da cidadania são aspectos que constituem as funções do novo espaço geográfico da globalização. Como exemplo, em 1988, na CF, a região Norte do estado de Goiás foi desmembrada para se criar um novo Estado denominado Tocantins, com o pretexto de desenvolver àquela região. No próximo item é apresentado a nova configuração das mesorregiões geográficas¹⁸ do território goiano após a separação com o estado do Tocantins.

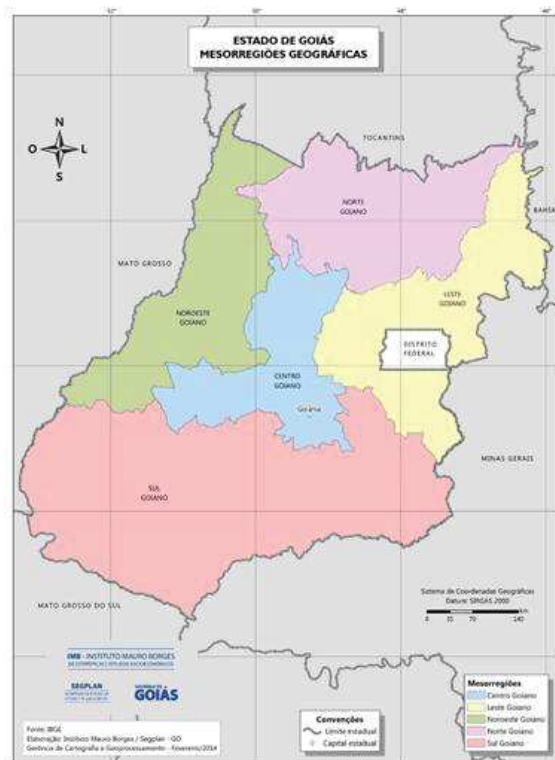
2.2.1 Aspectos Gerais das mesorregiões goianas

Em Goiás há cinco mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE cujas dinâmicas econômicas e sociais se revelam desiguais. De acordo com a Figura 1,

¹⁸ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Fonte disponível em: <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1586&evento=8>>. Acesso em 02JAN2019.

Goiás é formado pelas mesorregiões Sul, Centro, Noroeste, Norte e Leste. O espaço não é estático. Segundo Raffestin (1993, p.143) “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. Este é um enfoque relacional do território, com a possibilidade de percebê-lo como dinâmico e não estático, uma vez que considera o processo de territorialização. O território vai se moldando, de acordo com as características regionais, sociais e econômicas. A integração do território “revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo agrava, já que as disparidades regionais tendem, assim, a tornar-se estruturais (SANTOS e SILVEIRA, 2014, p.31).

Figura 1 - Mapa com a localização das mesorregiões do estado de Goiás



Fonte: IBGE com elaboração do IMB (2014)

Os dados apresentados na tabela 1 retratam o nível de desigualdades regionais, sociais e econômicas distribuídos nas cinco mesorregiões do estado. Na distribuição dos municípios goianos por mesorregião verificou-se que o Centro e Sul goiano são os que detém a maior quantidade de municípios. As duas mesorregiões compreendem a 67% de todos os municípios goianos, enquanto as demais mesorregiões abarcam 33% dos municípios, o que demonstra as desigualdades entre as mesorregiões. A Centro e Sul juntas têm aproximadamente 4,8 milhões de

habitantes, ou seja, 70% de toda concentração populacional do estado de Goiás encontra-se nessas mesorregiões. Porém um dado que chama a atenção é a mesorregião Leste. Essa aproximação com o Distrito Federal estimula o crescimento urbano desordenado, o que torna esta mesorregião com a maior densidade demográfica do estado, uma média de 41,3 mil habitantes por município. As mesorregiões Norte e Noroeste constituem uma baixa densidade demográfica, com 11,4 mil e 9,9 mil habitantes por município, respectivamente.

Tabela 1 - Aspectos Econômicos e Demográficos das Mesorregiões do estado de Goiás

| Mesorregiões | Nº de Municípios (2016) | População Estimada (2016) | Nº total de empregos (2016) | PIB per capita – R\$ (2016) | IDHM* – média (2010) |
|-----------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Centro Goiano | 82 | 3.415.179 | 939.747 | 19.460,11 | 0,701 |
| Leste Goiano | 32 | 1.323.527 | 126.395 | 17.963,07 | 0,666 |
| Noroeste Goiano | 23 | 227.715 | 32.354 | 21.931,50 | 0,684 |
| Norte Goiano | 27 | 309.003 | 35.797 | 18.093,74 | 0,671 |
| Sul Goiano | 82 | 1.420.451 | 311.650 | 40.257,19 | 0,709 |
| Total | 246 | 6.695.875 | 1.445.943 | 23.541,12 | 0,735 |

* Classificação segundo IDH: Muito Alto (acima de 0,800) Alto (de 0,700 a 0,799) Médio (de 0,600 a 0,699) Baixo (de 0,500 a 0,599) Muito Baixo (de 0 a 0,500)
 Fonte: IBGE, IMB, IPEA e PNUD. Elaboração do autor

Ao se observar o número total de empregos na tabela 1, nota-se uma concentração de empregos formais nas mesorregiões Sul e Centro Goiano. Além de concentrarem os maiores municípios industrializados, a capital Goiânia é um local de referência de serviços, principalmente, na área da saúde e educação. Na mesorregião Sul a força econômica do agronegócio fazem dessas duas mesorregiões apresentarem quase 87% dos trabalhadores formais do estado de Goiás.

O PIB *per capita* é uma das variáveis que avalia a renda média do cidadão e ajuda a definir o índice de desenvolvimento humano (IDH). A mesorregião Sul apresenta um PIB *per capita* acima de 105% em comparação com o Centro Goiano, mesmo possuindo os três maiores municípios do estado – Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. Já as mesorregiões Centro e Leste Goiano tiveram uma baixa

renda *per capita*, talvez por ter uma alta aglomeração urbana em Goiânia e no entorno do Distrito Federal. Essa alta concentração populacional leva uma disputa mais acirrada por emprego e serviços, o que pode ocasionar uma concorrência predatória em preços de serviços e salários pagos, em razão, da alta oferta de trabalhadores ser maior do que a demanda.

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)¹⁹ foi criado para justamente avaliar os municípios brasileiros de acordo com suas características, mudando a metodologia de apuração e aferição deste dados. A concentração espacial nas mesorregiões Sul e Centro é evidenciada também no IDHM. O Sul se destaca em primeiro lugar com 0,709 seguido pelo Centro com 0,701 sendo considerados territórios com alto desenvolvimento humano. As outras mesorregiões foram consideradas territórios com médio desenvolvimento humano por estar abaixo do 0,7.

Essa análise permite dizer que apesar dos esforços governamentais, não se concretizou uma distribuição mais equânime do crescimento econômico no estado de Goiás. Trabalhar outras dimensões de desenvolvimento que estejam mais identificadas com as características locais e regionais desses territórios podem constituir uma saída para a busca do crescimento e desenvolvimento local.

Numa entrevista recente ao *site* do MinC, John Newbigin, fundador da *Creative London*²⁰ expôs seu raciocínio sobre o crescimento e desenvolvimento de novos mercados e serviços baseados na capacidade intelectual do indivíduo: i) “talento está em toda parte, mas a oportunidade não”; ii) “cada cidade, cada região, cada país é diferente e tem de ser construído em suas próprias tradições criativas, suas habilidades, sua herança, sua cultura”. Essas afirmações definem que a cultura, pode ser tratada como um novo eixo de desenvolvimento regional. Mas, para que aconteça esse fomento à criatividade e à inovação, os municípios precisam criar condições financeiras e estruturais para seu cidadão ter estímulo à cultura, formando uma conexão de serviços, habilidades e espaços criativos.

Uma destas condições é a superação da pouca capilaridade, que as políticas públicas culturais do estado de Goiás enfrentam em fomentar à cultura nos municípios

¹⁹ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Fonte disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em 15JAN2019.

²⁰ Numa tradução livre Londres Criativo

fora da RMG. Os municípios de pequeno porte correspondem a quase 80% do total de municípios que compõe o estado de Goiás, e muitos gestores e artistas desconhecem a existência dessas políticas públicas culturais. E, outro obstáculo a ser superado é a falta de profissionalização destes agentes culturais cujo assunto será melhor discutido ao final deste capítulo.

2.2.2 As políticas públicas culturais do estado de Goiás

No rol de leis de incentivo à cultura promovida e incentivada pelo Governo de Goiás destacam-se duas: i) Lei 13.613/2000 – conhecida como Goyazes; ii) Fundo de Arte e Cultura (FAC) instituída pela lei 15.633/2008. Essas leis estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes (SEDUCE)²¹ e tem a prerrogativa de abrir editais e alocar os recursos públicos necessários para a sua execução.

Segundo Parada e Lobo (2016) as estratégias das políticas públicas culturais têm destaque no PPA²² 2012-2015, o qual o Programa de Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura Goiana e o FAC do estado de Goiás são mecanismos de fomento, difusão e fruição da cultura. A Lei Goyazes é um fomento indireto em razão do proponente vencedor, via edital público, ganhar o direito de buscar incentivos financeiros na iniciativa privada em troca de abatimento do imposto estadual de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) devido ao estado. O FAC permite ao proponente vencedor, também via edital público receber o valor do prêmio por meio de fomento direto, ou seja, creditado direto na conta do proponente vencedor. Esse tipo de fomento permite que muitos grupos artísticos e culturais, notadamente do interior do estado, possam ter uma verba para disseminar à cultura em seus pequenos territórios. Esta política pública não deixa de ser interessante, visto que o produtor e artista não precisam captar verbas em empresas, cujo interesse mercadológico não se aplica nesses municípios de pequenos portes.

²¹ Criada por meio da lei 18.746 de 2014 na qual unificou a pasta da Educação com a Cultura e Esporte. Fonte: Disponível em: <http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2014/lei_18746.htm>. Acesso em 28 de JUL 2018.

²² PPA – Plano Plurianual compõe a Seção II dos Orçamentos no qual no seu artigo 165, inciso I, parágrafo 1º determina ao Poder Executivo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Fone: Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 JUL 2018

Um ponto que ainda carece de maiores estudos, não somente com enfoque na área cultural, mas em todas as demais políticas públicas vigentes no país é a capacidade de medir o grau de retorno desses recursos públicos investidos em setores específicos da economia. No campo da cultura são poucos os estudos que apresentam dados com exatidão e que podem servir para o aperfeiçoamento dessas políticas públicas como instrumento de fomento e alcance das metas.

Porém percebe-se que as políticas públicas culturais tanto em Goiás como no Brasil apresentam descontinuidade. A falta da construção de planos a longo prazo, o distanciamento da sociedade civil aos projetos e as políticas governamentais da cultura são fatores que tornam as políticas públicas vulneráveis.

2.2.3 O desempenho dos gastos em cultura pelo estado de Goiás

Dados da FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2014) apontam números expressivos da economia da cultura. Em 2015, as atividades econômicas que fazem parte desse segmento representaram 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, aproximadamente R\$ 155 bilhões gerados pelos empreendedores da área. Os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, segundo a FIRJAN são considerados os locais mais criativos do país e juntos concentram 51% de toda a classe de trabalhadores da economia criativa e cultural.

A economia da cultura consegue se expandir por territórios até então ocultos ou subaproveitados nas habilidades e técnicas criativas dos seus moradores. “A Economia criativa ultrapassa as fronteiras das artes, negócios e conectividade, impulsionando a inovação e novos modelos de negócio” (MinC, 2010, p.24). Observa-se no estado de Goiás um lento início de desenvolvimento das suas habilidades criativas e culturais. Poucos são os municípios cujo desempenho criativo e artístico conseguem alguma relevância, tanto no cenário local como nacional.

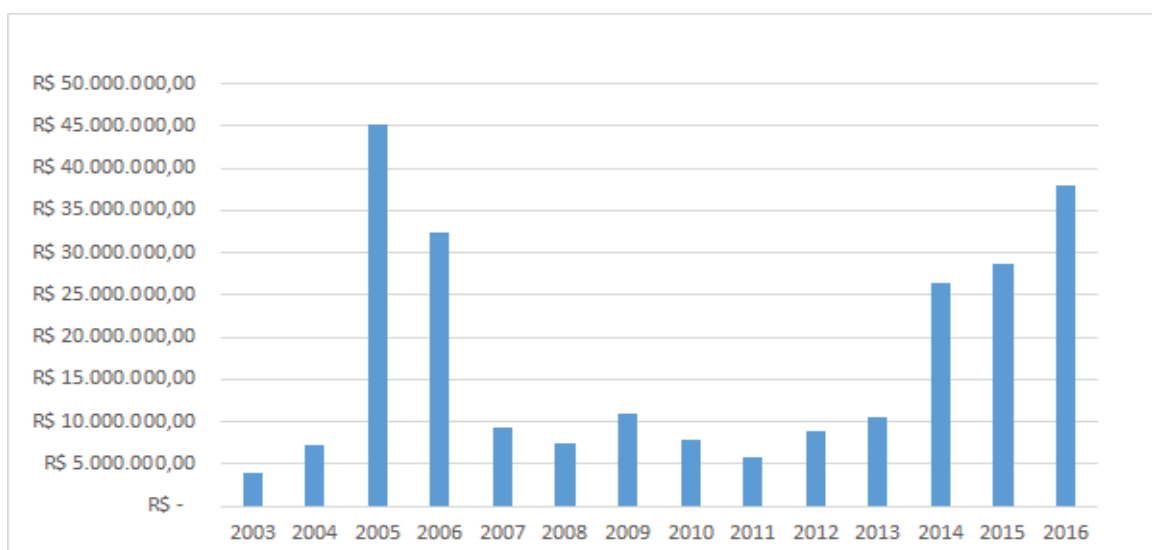
Além disso, os produtos gerados por esta nova área da economia trazem questionamentos e dúvidas sobre a sua eficácia para os atores locais e regionais que participam da cultura. Aí reside sua importância em buscar meios para que todos os municípios do Estado possam valorizar às vocações artísticas e culturais, e transformá-las em produtos e serviços culturais. O Ministério da Cultura (MinC) no seu Relatório da Economia Criativa conceitua produtos e serviços:

O conceito de “produtos culturais” pode ser articulado quando a noção de “cultura” é aceita, seja em seu sentido antropológico ou funcional. Pode-se argumentar, por exemplo, que produtos e serviços culturais, tais como trabalhos artísticos, performances musicais, literatura, filmes, programas de televisão e videogames compartilhem das mesmas características: i) sua produção demanda alguma contribuição da criatividade humana; ii) eles são veículos de mensagens simbólicas para aqueles que os consomem, isto é, eles são mais do que simplesmente utilitários, na medida em que também servem a um propósito comunicativo mais amplo; iii) eles contêm, pelo menos, potencialmente, alguma propriedade intelectual que possa ser atribuída ao indivíduo ou grupo que esteja produzindo o produto ou serviço (MinC, 2010, p.4).

São inúmeras as possibilidades das pessoas desenvolverem suas habilidades criativas e inovadoras com o intuito de desenvolverem novos produtos e serviços culturais. Seguindo esse exemplo, o estado de São Paulo, em parceria com o SEBRAE inauguraram um novo espaço destinado aos empreendedores criativos e culturais²³, objetivando à formação e apoio às iniciativas com cunho tecnológico, criativo e empreendedor. Iniciativas com esse modelo podem ser testadas em regiões ou localidade a fim de despertar o interesse pela criatividade e inovação.

No gráfico 4 é apresentada a evolução dos gastos do estado de Goiás na função cultura ao longo de 13 anos (2003-2016), no qual pode-se observar um crescimento expressivo com cultura, porém os resultados na economia ainda precisam ser melhor analisado.

Gráfico 4 - Evolução das despesas públicas na função cultura do estado de Goiás (2003-2016)



Fonte: Portal da Transparência Gov. Goiás (2018). Elaboração do autor

²³Fonte: < <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/centro-nacional-de-referencia-em-empreendedorismo-e-inaugurado-em-sp/>>. Acesso em 15Jan2019.

Observa-se no gráfico 4 aumentos expressivos de gastos com a cultura nos anos de 2005 e 2006, e em 2014, 2015 e 2016. Coincidentemente são anos que antecedem as eleições tanto municipais como estadual. Em 2005 e 2006, o governo estadual investiu na construção do Centro Cultural Oscar Niemeyer, um complexo cultural que contempla o Palácio da Música, Biblioteca, o Museu de Arte Contemporânea e o Monumento aos Direitos Humanos. Parte desses gastos vieram de programas e ações vinculadas à cultura. A partir de 2014, o estado começou a destinar 0,5% da sua arrecadação corrente líquida em prol de ações de formação, manutenção e difusão das artes e da cultura de Goiás, devido à aprovação do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás, criado pela lei 15.633 de 2006 e regulamentado pelo decreto 7.610 de 2012.

A soma desses últimos treze anos investidos em cultura correspondeu a quase R\$ 242,6 milhões em receitas próprias e convênios. Esse valor investido em cultura representa aproximadamente 16% do PIB do estado no período analisado. Além dos gastos com o Centro Cultural Oscar Niemeyer, houve investimentos anuais na realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) no município de Goiás e a construção do Cavalhódromo de Pirenópolis espaço multiuso de lazer e cultura.

Ao se discutir a importância da aplicação dos recursos públicos na cultura e consequentemente no desenvolvimento do estado, Brant (2009) afirma:

As dinâmicas socioculturais surgem como possibilidades concretas de ampliar o espaço público e oferecer novas dinâmicas de sociabilização e participação nas decisões da comunidade e da sociedade como um todo. Uma democracia direta, porém, resultante de uma teia de diálogos e conversações. Esta visão se contrapõe ao atual modelo onde os espaços de construção e de participação da vida política estão cada vez mais restritos e contaminados por lógicas corporativas. O incentivo ao debate público, a necessidade de compartilhar decisões com o Estado, a criação de uma esfera pública não estatal e a participação estimulada em todos os espaços, formais, informais, institucionais, autônomos, governamentais, são pontos fundamentais para o estabelecimento de políticas baseadas na cidadania cultural (BRANT, 2009, p.32-33).

A construção de um diálogo permanente entre todos os atores sociais demonstra que a cultura, principalmente, em pequenos municípios só alcança os objetivos desejados quando toda a população se envolve no projeto, ampliando os espaços locais para promover o desenvolvimento regional e local.

Segundo análise no portal da transparência do Governo de Goiás, por meio de coleta de dados de Parada e Lobo (2016) apontam um crescimento entre 2012 e 2015 nas receitas destinadas à cultura aproximadamente em 215%, porém o valor pago considerando o total de recursos empenhados neste mesmo período representou apenas 35% de todo o montante destinado à cultura. Sobre os recursos destinados ao FAC os autores deste estudo revelam:

Em 2014 os recursos destinados ao Fundo de Arte e Cultura do estado sofreram diminuição de 20% dos valores previamente estipulados e, ainda, atrasos nos repasses. Dos recursos destinados à cultura para o ano de 2015 (empenhados e liquidados pelo estado), mais de 85% não foram repassados para as ações e projetos culturais. Em 15 de março de 2016 o governo do estado propôs o parcelamento dos repasses remanescentes (24,5 milhões) em sete prestações consecutivas [...] (PARADA E LOBO, 2016, p.62).

Conforme a lei do FAC, o estado é obrigado a disponibilizar anualmente 0,5% da arrecadação líquida para promover a cultura goiana em nível local, estadual e internacional. Em 2016, o Fundo de Arte e Cultura abriu 18 editais nas mais variadas modalidades artísticas e culturais tendo participado 1459 inscritos, com 366 aprovados. Foram investidos R\$ 36,1 milhões nestes projetos (SEDUCE, 2017). O gráfico 5 demonstra os gastos divididos por ações governamentais para a cultura do estado.

Gráfico 5 - Despesas discriminadas dentro do Programa Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura do Orçamento do Estado de Goiás em (%) – 2003 a 2016



Fonte: Portal da Transparência de Goiás (2018). Elaborado pelo autor

Os gráficos apresentados denotam um crescimento em investimentos na área cultural, porém o desenvolvimento da economia da cultura ficou quase despercebido nos municípios onde houve aplicação desses recursos. A aplicação desse dinheiro movimenta a cadeia da produção da economia da cultura, por exemplo, na contratação de artistas, técnicos, produtores, aluguéis de espaço e uma infinidade de ocupações que orbitam em volta da economia da cultura.

2.3 Os desafios da profissionalização dos trabalhadores da cultura como alternativa ao desenvolvimento local

Em 1975, na gestão do ex-Presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979), o MEC formalizou um conjunto de diretrizes, no qual contemplava a capacitação de recursos humanos para a área da cultura (MEC,1975). Conforme explica Freidson (1998, p.114) “[...] muitas funções de trabalho têm características que não podem ser explicadas ou analisadas adequadamente [...] algumas ocupações existem e prosperam no mercado de trabalho externo, fora de empresas constituídas administrativamente”. A carreira do trabalhador cultural se aproxima do pensamento de Freidson, pois a realidade dele foge da dinâmica tradicional de outras profissões. São poucos profissionais da cultura que trabalham sob o regime da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Normalmente, as relações de trabalho são precárias e frágeis financeiramente.

A afirmação citada por Bayardo (2008, p.24) de que o “desafio de romper a ideia de que para trabalhar com a cultura, basta gostar das artes” representa as dificuldades encontradas por estes profissionais. De modo geral, muitos acreditam que não precisam ter conhecimentos e nem habilidades para desenvolverem a carreira cultural.

Sobre isso, Cunha (2007) descreve o depoimento de uma trabalhadora da cultura que afirma a importância dessa profissão para o desenvolvimento da cultura como economia. A confusão que permeia o campo profissional da cultura como se fosse diversão, distração e prazer, é descrita por uma produtora na obra de Cunha (2007):

Esse é um problema para essa área. Nela, o lazer se confunde com o trabalho. Esse é um grande problema, porque o que na realidade é lazer para a maioria das pessoas... é também para nós. Chegar no final de semana e ir ao cinema, ao teatro ou durante a semana ir a uma exposição, etc., para nós também é lazer, mas ao mesmo tempo a gente está trabalhando. Depois que se está na área é impossível você entrar numa instituição, num museu e não começar a reparar como é o serviço, que instituição é, que em está

patrocinando... Então, acaba virando um processo de trabalho que você estende mesmo, estende e fica envolvente. E para a nossa área isso é um problema. Eu brinco que para eu descansar só se eu for para algum lugar que não tenha nada... nem artesanato. Pois é um inferno... Onde a gente chega, acaba conversando sobre esse assunto (CUNHA, 2007, p. 103).

Cunha (2007) demonstra que esse problema do não reconhecimento do trabalhador cultural não é local e que precisaria de uma profunda transformação nas relações entre economia, cultura, política e sociedade afim de discutir à formação de público e consumo. Considera-se esses fatores como elementares para provocarem o processo de profissionalização do campo cultural.

Adicionalmente a isso, segundo o MinC (2011), existem alguns obstáculos que impedem à valorização desse trabalhador no mercado profissional: i) “o não reconhecimento de determinadas atividades como profissões; ii) a falta de flexibilização da propriedade intelectual e de regulação do direito do uso de bens e serviços criativos” (p.37). A alta informalidade atrapalha o crescimento e o fortalecimento das carreiras culturais, pois não há uma regulação, organização e nem um limite mínimo de remuneração.

A possibilidade mais viável e prática, de discutir essa problemática é o investimento em cursos de formação ou aperfeiçoamento na área cultural. A este respeito, o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil (2003-2008), foi uma das primeiras autoridades a levantar este debate sobre a profissionalização da mão de obra cultural. Durante discurso em aula inaugural de Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense (UFF), Gil apontou para o cerne do problema da gestão cultural: “Um dos desafios centrais para o fortalecimento da produção e da difusão de bens e serviços culturais no Brasil é a capacitação profissional e, nesse processo, a universidade é fundamental” (COSTA, 2011, p.81). Na gestão de Gilberto Gil houve acordos entre o MinC e o MEC, na intenção de promover ações em conjunto como programas de extensão universitária em cultura e a formação de redes de cooperação acadêmica em pesquisa. Porém como afirma Costa (2011), a criação de cursos de graduação e pós-graduação na área da cultura não teve ações concretas e nem duradouras nas universidades federais.

Desde 1978²⁴ existe uma lei que regulamenta a profissão de técnicos e diretores artísticos, mas atualmente não reflete o cenário empreendedor da área

²⁴ O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, marcou o início do período mais duro da ditadura militar (1964-1985). Editado pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, ele deu ao regime uma série

cultural. Com o número 6533/78 esta lei dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões. A lei do Artista foi promulgada pelo ex-Presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979) e ainda hoje é a única válida para regular o mercado profissional das artes. Para os profissionais da cultura é uma lei que atualmente não representam as dinâmicas sociais e econômicas que o mundo sofreu ao longo dos últimos 40 anos.

De acordo com Hermet (2002), a cultura possibilita a geração de riquezas e empregos locais em contrapartida às padronizações da Indústria Cultural advinda dos Estados Unidos, Japão e Europa. O mesmo autor cita “o capital social” como elemento eficaz na capacidade de desenvolver “repertórios” em cada localidade respeitando as suas origens e valor étnicos. Sahlins (1976) reverbera a importância do desenvolvimento das carreiras culturais:

Carreiras novas e em processo de expansão no setor de serviços tornam a infra-estrutura crítica especialmente visível nesse processo de valorização cultural. Não se trata de líderes das sociedades históricas locais; há também profissionais de museus, assessores de coleções de arte de empresas, funcionários de galeria de arte e curadores independentes. [...]. Sua atividade, todavia, constitui uma categoria cultural que, por sua vez, ajuda a constituir o sistema de produção de uma cidade pós-moderna (SAHLINS, 1976, p.185 apud ZUKIN, 2000, p.90).

Cunha Filho (2002) ajuda a explicar o momento vivido pelos trabalhadores culturais que exercem diversas ocupações no mercado de trabalho. Em municípios pequenos o número de trabalhadores que desenvolvem atividades culturais e artísticas, mesmo que na informalidade, já são reconhecidos pela população local. Esse sentimento de pertencimento e de identidade cultural local sob o território, que ainda apresentam deficiências, de como estimular às vocações e tradições culturais na intenção de fortalecer a economia da cultura. A seguir Cunha explica:

[...] as atividades artísticas, tidas até há bem pouco tempo como a cereja que enfeitava a torta, como consumidores de recursos sem retorno material, em virtude de sua crescente importância econômica já despontam como opção

de poderes para reprimir seus opositores: fechar o Congresso Nacional e outros legislativos (medida regulamentada pelo Ato Complementar nº 38), cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, intervir em Estados e municípios, decretar confisco de bens por enriquecimento ilícito e suspender o direito de habeas corpus para crimes políticos. Fonte disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/ai5/index.html>> .Acesso em 01Out2018

preferencial de desenvolvimento de Municípios e até de Estados (CUNHA FILHO, 2002, p. 56).

A reordenação da lógica do setor cultural vinculada às novas dinâmicas econômicas e de trabalho, representam uma mudança estrutural que precisa vir dos empresários, da classe cultural e principalmente do público (CUNHA, 2007). Portanto, os desafios aqui ora apresentados são preocupações que afligem toda a cadeia de produção da cultura e das artes e que podem constituir elementos inibidores para o desenvolvimento regional, principalmente, pela população não entender a importância das atividades culturais para a economia local.

CAPÍTULO 3 – AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA

Neste capítulo os municípios de pequeno porte do estado de Goiás selecionados por esta pesquisa foram estudados e avaliados dados locais da sua economia e do trabalho, servindo como ponto de referência para a compreensão do seu território numa perspectiva de desenvolvimento local. As dimensões economia e trabalho são frutos de uma metodologia adotada pelo IMB que consiste em avaliar e aferir indicadores sociais e econômicos, tendo o objetivo de facilitar o diagnóstico e a comparação de desempenho entre os municípios goianos.

Para Santos (1979, p.12) “os interesses dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações”. Esse argumento ajuda a entender as dinâmicas territoriais envolvidas, principalmente, em municípios de pequeno porte, por apresentarem, na sua maioria pouca diversidade econômica e uma forte dependência social da administração pública. As transformações econômicas e tecnológicas das últimas décadas afetaram todo o sistema de produção de bens dos grandes mercados, favorecendo o surgimento de pequenos mercados com uma base de produção mais flexível e moderna.

Esses pequenos mercados surgem geralmente das vocações territoriais e culturais dos cidadãos locais desses pequenos municípios, que veem nas suas habilidades e costumes uma hipótese de movimentação econômica e social na sua localidade. Para que isso aconteça Dallabrida e Agostini propõem:

um pensar global e agir local e, ainda mais, um pensar local e agir global que sedimentam um desenvolvimento específico de uma região com suas próprias teorias. Para a efetivação das teorias locais, o conhecimento torna-se a maior diferenciação no desenvolvimento regional, que é somente posto em prática e se torna uma vantagem competitiva sustentável pelas habilidades dos agentes econômicos (DALLABRIDA e AGOSTINI, p.18, 2009)

As movimentações mercadológicas promovidas pela globalização alteraram todo um conjunto de relações sociais e culturais da sociedade. Nos pequenos municípios esse movimento estimulou a entrada de “novas culturas” e “novos hábitos” se sobrepondo as culturas regionais e locais. Juntas – a cultura local e global - podem transformar a vida e as dinâmicas territoriais de um pequeno município. De acordo com Santos e Silveira (2014, p.433) “o território é uma história de movimentos”, e por

isso cabe entender como se comportam economicamente o seu mercado local, com todas os fatores globais e locais impactando às dinâmicas desses municípios e como as relações de trabalho são influenciadas por essas movimentações sociais, econômicas e culturais numa perspectiva global.

Segundo Sassen (1998) as grandes cidades são conhecidas como cidades globais. Elas concentram serviços, produção e tornam-se referências, inclusive, para municípios de menor porte. Porém essa acumulação de serviços permitiu que pequenos territórios estimulassem os fluxos migratórios para esses grandes polos de serviços, experimentando um crescimento populacional desordenado, no qual afeta à prestação de serviços públicos destes grandes centros

O fluxo migratório do campo para as regiões urbanas no início do século passado fez surgir num primeiro momento vilas e povoados, para depois alcançarem autonomia administrativa e financeira, transformando-se num município. Alguns municípios, seja pela sua posição estratégica espacial, que são capazes de responderem às necessidades vitais mínimas de uma população, ou por um processo de crescimento, conseguiram se modernizar e avançar em serviços, para além dos seus limites territoriais tornando-se um polo concentrador para os demais municípios (Santos, 1979).

A globalização permitiu que as grandes distâncias territoriais das nações fossem estreitadas, no qual o global e o local se confundem. Sobre esta afirmação Beck (2003) cita:

Já não vigora a antiga lógica territorial da identidade, de acordo com a qual, com base no local de nascimento de uma pessoa, se pode concluir, só de olhar e ouvir, qual é sua nacionalidade, sua língua materna e de onde é seu passaporte. Quer dizer, a velha idéia tão conveniente ao Estado nacional de que há um espaço social fechado, no qual grupos mais ou menos homogêneos convivem politicamente, são administrados, espremidos para pagar impostos e, quando é o caso, talvez ser motivados a trucidar os que moram do outro lado da fronteira – essa idéia se esfacela por dentro (BECK, 2003, p.186).

A lógica do capitalismo da apropriação do capital e da propriedade privada aumentou a disputa por territórios mais “abertos” ao emprego desse novo sistema econômico e social. As desigualdades regionais se acentuam aprofundando a distância entre o capital e trabalho. As relações entre os atores locais e globais se

entrelaçam numa escala global desfazendo a ideia de um território fechado e imune aos acontecimentos econômicos e sociais.

3.1 Aspectos metodológicos e caracterização do objeto de observação

As informações estatísticas produzidas por esta pesquisa tiveram origem em dados de 2003 a 2016, delimitando o seu recorte temporal. Essa escolha se justifica por considerar este intervalo de 13 anos um momento, em que a economia do Brasil experimentou ciclos de crescimento e estagnação. O recorte espacial dos municípios levou-se em consideração três critérios: i) possuir população estimada em até 30 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2016; ii) apresentar empreendimentos culturais na economia local; iii) e estar localizado em cada uma das cinco mesorregiões geográficas do estado de Goiás.

Para entender as dinâmicas do mercado de trabalho local destes municípios optou-se por mapear o mercado de trabalho em duas variáveis: setorial e ocupacional. No setorial mensurou-se quantitativamente, por meio do portal *online* do Microempreendedor Individual (MEI)²⁵ o número de microempreendedores individuais que estivessem inseridos dentro da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) na classe 90.01-9. Esta sequência de numeração corresponde às artes cênicas, espetáculos e atividades complementares.

Na variável ocupacional os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram obtidos, por meio da plataforma *online* Painel das Profissões do IMB, no qual permitiu identificar por cada município trabalhado nesta pesquisa os registros de empregos formais gerados dentro da Economia da Cultura.

Para levantar as despesas orçamentárias na função cultura destes municípios, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) buscou-se nos portais da transparência essas informações, com exceção das prefeituras cuja consulta aconteceu em dados extraídos da plataforma do IMB. No portal da transparência do estado de Goiás a consulta foi possível obedecendo as despesas realizadas por

²⁵ Lei Complementar nº 128/2008 que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar nº 123/2006) no qual cria a figura do Microempreendedor Individual. Passa a ter direitos trabalhistas e é reconhecido, também, como segurado pela Previdência Social, com benefícios comuns a qualquer trabalhador que possua registro em carteira. Fonte disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>> Acesso em 12Jan2019.

programas e ações desenvolvidas pelo estado e que são englobadas na alínea do “Programa Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura”, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes (SEDUCE) no período de 2015 a 2016. Nos anos anteriores as despesas eram realizadas pelas antigas Agência Goiana de Cultura e Secretaria de Estado da Cultura.

A pesquisa qualitativa foi possível ao aplicar as entrevistas semiestruturadas com pessoas residentes nos municípios selecionados por este trabalho e cuja história profissional esteja relacionada a algum empreendimento cultural desenvolvido na economia local. De nove entrevistados, cinco entrevistas aconteceram presencialmente nos seus municípios e quatro só foram possíveis através de *e-mail*.

As entrevistas realizadas com produtores e artistas culturais serviram para buscar o entendimento das dificuldades de se fazer cultura nestes municípios. As informações obtidas subsidiaram esta pesquisa para a comparação com os dados registrados no IMB através do painel das profissões.

3.1.1 Tipos de pesquisa

Este estudo foi baseado em pesquisas bibliográficas e de campo. Foram coletados dados em fontes primárias como materiais cartográficos, históricos e estatísticos. A pesquisa foi realizada fundamentada numa revisão bibliográfica com autores que pudessem contribuir para o desenvolvimento do tema desta pesquisa

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.178) “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto” [...]. Assim foram realizadas nove entrevistas com produtores culturais e artistas identificados através de contatos com outros profissionais da área cultural. Os critérios para a seleção dos entrevistados foram ter residência fixa no município e trabalhos culturais desenvolvidos em suas localidades. Os nomes foram mantidos em sigilo para garantir o anonimato e a confidencialidade. Foram nove entrevistados sendo quatro do gênero masculino e cinco feminino.

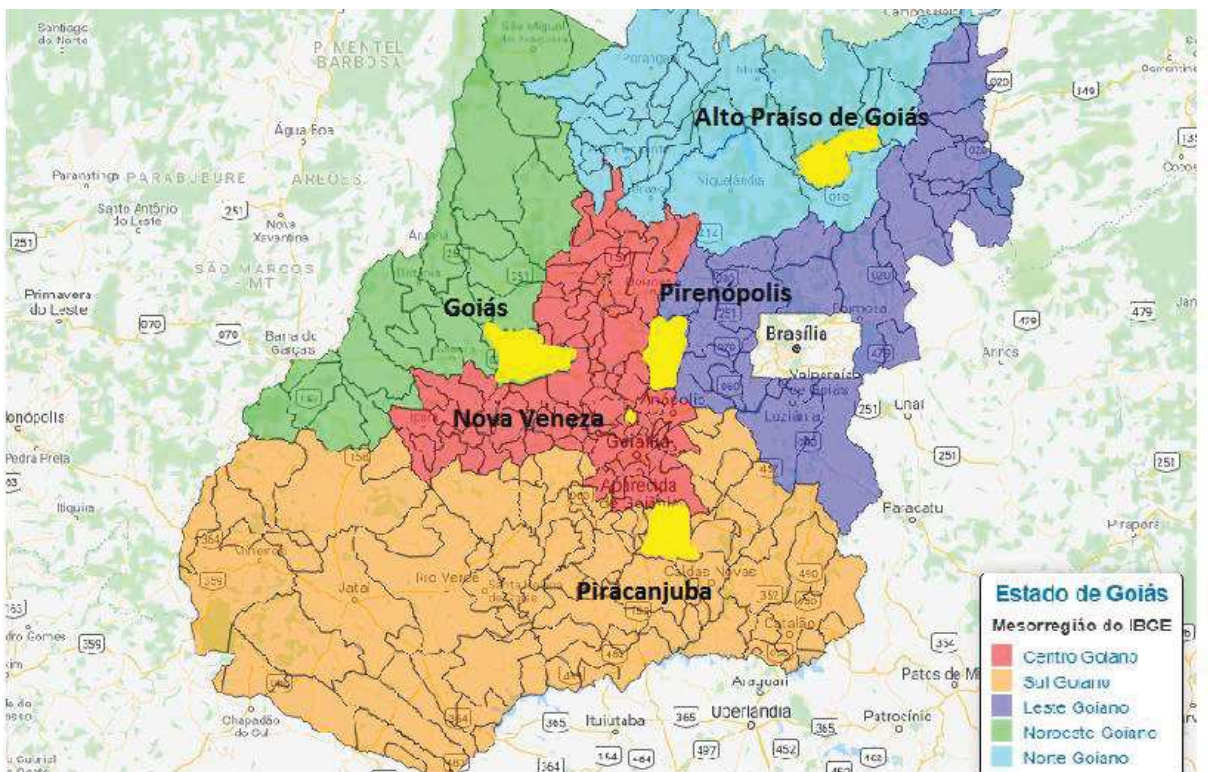
Foi aplicada uma entrevista no município de Alto Paraíso de Goiás; três entrevistas em Goiás; uma em Nova Veneza; duas em Piracanjuba e por fim duas em Pirenópolis. O representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (SATED) do estado de Goiás também foi entrevistado com o propósito de

entender o funcionamento deste sindicato e o papel que exerce na fiscalização da categoria profissional.

3.1.2 Dados quantitativos e qualitativos

Observando o mapa do estado de Goiás com suas divisões classificadas em mesorregiões geográficas (FIGURA 2), identifica-se os municípios escolhidos por esta pesquisa. A representação cartográfica possibilita um melhor entendimento espacial dos métodos empregados neste estudo. As mesorregiões do estado estão definidas por cores de acordo com a legenda contida na Figura 2. As delimitações territoriais de todos os 246 municípios goianos estão demarcadas por linhas sendo que os espaços geográficos preenchidos na cor amarela representam os municípios dessa pesquisa.

Figura 2 - Mapa territorial do estado de Goiás dividido por mesorregiões geográficas e municípios



Fonte: IMB. Com adaptações do autor

O quadro 1 a 5 aponta o perfil dos entrevistados desta pesquisa com as respectivas informações sobre idade, gênero, estado civil, escolaridade, área de atuação, função e tempo de trabalho, que pode permitir uma análise das entrevistas

considerando a realidade cultural desses municípios. Para preservar a identidade dos entrevistados os nomes contidos no quadro 1 a 5 são fictícios.

Quadro 1 - Características dos entrevistados no município de Alto Paraíso de Goiás

| Grupo 01 | | | | | | | | |
|----------|---------------|-------|--------------|--------|--------------|------------------------------|----------------------|-------------------|
| Nº | Profissional* | Idade | Estado Civil | Filhos | Escolaridade | Área de atuação predominante | Função | Tempo de carreira |
| 1 | Letícia | 59 | Divorciada | 02 | Mestre | Música | Professora/Produtora | 38 anos |

* Nome fictício.

Quadro 2 - Características dos entrevistados no município de Goiás

| Grupo 02 | | | | | | | | |
|----------|---------------|-------|--------------|--------|--------------|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Nº | Profissional* | Idade | Estado Civil | Filhos | Escolaridade | Área de atuação predominante | Função | Tempo de carreira |
| 2 | Leandro | 33 | Solteiro | Não | Mestre | Audiovisual | Produtor | 19 anos |
| 3 | Daniel | 36 | Casado | 01 | Mestre | Circo | Produtor/Artista | 13 anos |
| 4 | Caroline | 31 | Casada | 01 | Mestre | Circo | Produtora/Artista | 07 anos |

* Nome fictício

Quadro 3 - Características dos entrevistados no município de Nova Veneza

| Grupo 03 | | | | | | | | |
|----------|---------------|-------|--------------|--------|--------------|------------------------------|----------------------|-------------------|
| Nº | Profissional* | Idade | Estado Civil | Filhos | Escolaridade | Área de atuação predominante | Função | Tempo de carreira |
| 5 | Mariana | 54 | Casada | 02 | Especialista | Patrimônio Cultural | Aposentada/Produtora | 12 anos |

* Nome fictício

Quadro 4 - Características dos entrevistados no município de Piracanjuba

| Grupo 04 – Município de Piracanjuba | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|-------|--------------|--------|--------------|------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| Nº | Profissional* | Idade | Estado Civil | Filhos | Escolaridade | Área de atuação predominante | Função | Tempo de carreira |
| 6 | Carlos | 38 | Solteiro | Não | Especialista | Teatro | Servidor Público/Produtor | 08 anos |
| 7 | Larissa | 63 | Casada | 02 | Ensino Médio | Artesanato | Servidora Pública/Produtora | 06 anos |

* Nome fictício

Quadro 5 - Características dos entrevistados no município de Pirenópolis

| Grupo 05 – Município de Pirenópolis | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|-------|--------------|--------|--------------|------------------------------|--------------------------|-------------------|
| Nº | Profissional* | Idade | Estado Civil | Filhos | Escolaridade | Área de atuação predominante | Função | Tempo de carreira |
| 8 | Mauro | 70 | Casado | 04 | Graduado | Teatro | Aposentado/ Produtor | 46 anos |
| 9 | Isadora | 49 | Casada | 02 | Graduada | Música | Professora/ Produtora | 10 anos |

* Nome fictício

A distribuição dos microempreendedores individuais (MEI) separados por cada município, conforme o quadro 6, demonstra a dimensão da profissionalização destes produtores culturais por meio da formalização como pessoa jurídica. Essa lei permite o exercício profissional de produtores e artistas na condição de microempresários estando amparados pelas legislações que regem o seguro de previdência social e a possibilidade de contratação de um empregado com registro em carteira.

Quadro 6- Distribuição de Microempreendedores Individuais (MEI)

| Subclasse/Descrição | Municípios | | | | | Total |
|--|-----------------------|-------|-------------|-------------|-------------|-------|
| | Alto Paraíso de Goiás | Goiás | Nova Veneza | Piracanjuba | Pirenópolis | |
| 9001-9/01 (Produção Teatral) | 01 | 02 | 0 | 0 | 0 | 03 |
| 9001-9/02 (Produção Musical) | 05 | 07 | 02 | 03 | 10 | 27 |
| 9001-9/03 (Produção de Espetáculos de Dança) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 9001-9/04 (Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 06 | 09 | 02 | 03 | 10 | 30 |

Fonte: Portal do Microempreendedor Individual (MEI). Elaboração do autor

O quadro 06 apontou um maior número de artistas formalizados como MEI na classe econômica de produção musical, se destacando Pirenópolis pela referência nos espetáculos musicais que são promovidos durante o ano, fazendo movimentar esta cadeia de produção. A produção teatral se destaca no município de Goiás por ter algumas companhias de teatro estabelecidos no município e por recentemente terem reformado o Cine Teatro São Joaquim. Na dança e no circo não foram encontrados nenhum artista formalizado. Principalmente no circo observou-se na pesquisa de campo um desconhecimento dos benefícios que amparam o trabalhador formalizado

3.2 A importância dos pequenos municípios para a promoção do desenvolvimento

O território brasileiro é formado por diversos espaços geográficos e em constante movimento e mudanças. Não há como falar de municípios de pequeno porte, sem considerar as dinâmicas territoriais e o contexto econômico vivenciado no mundo atual. O processo histórico envolvendo as primeiras ocupações até chegar à emancipação são elementos que devem ser considerados num estudo sobre municípios. Entender como se pratica as relações de uso e trocas entre as localidades, regiões, a sua divisão do trabalho e as redes urbanas à disposição da sociedade. Os pequenos municípios por sua pequena centralidade de serviços e comércio acaba tendo apenas um ponto de encontro dos moradores. Essas particularidades são definidas por Dias e Santos (2012):

Nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem. Por isso, é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos. Nas grandes cidades, os encontros em praças públicas ou em *shoppings* podem ser considerados eventuais ou combinados, ao passo que, na pequena cidade, esses encontros são constantes em função da “circularidade repetitiva”: passa-se pela mesma praça, ou logradouro público, várias vezes durante a semana. Esse deslocamento do transeunte pela pequena cidade, que, pelas suas dimensões físicas, estimula a pedestrialização, acontece em vias públicas entornadas por edificações residenciais ou comerciais de pessoas conhecidas, por isso o passante gesticula, para conversa. Um outro aspecto que caracteriza a pequena cidade é a natureza dos eventos sociais locais. Um casamento de uma pessoa conhecida, muitas vezes, não se limita apenas à esfera familiar e acaba se tornando um evento social da cidade. Algumas festas familiares, comunitárias, públicas ou privadas mobilizam toda a cidade (DIAS e SANTOS, 2012, p.110-111).

A questão de estudar os problemas dos municípios goianos de pequeno porte, vem no sentido de propor alternativas econômicas para estas localidades, cuja base

econômica se encontra limitada, na pequena agricultura ou na administração pública municipal. O estado de Goiás apesar de todo seu crescimento econômico, conserva no seu bojo, municípios dependentes das atividades agrícolas, cujo efeito do processo de modernização afetou a geração de emprego e renda no campo, dispensando o uso da mão de obra trabalhadora local.

A transição do rural para o urbano, nos municípios, fez surgir uma hierarquia social, em decorrência, do poder econômico deter o domínio sob as classes sociais inferiores. Há uma divisão entre o trabalho intelectual (urbano) e trabalho material (campo) expondo simbolismos e diferenças do homem do campo e do centro urbano. Esses municípios sofrem igualmente, como as grandes localidades, com o processo de globalização e modernização tecnológica e os fenômenos dos novos modelos de produção (SANTOS, 1979). Outro autor que defende o uso do espaço urbano sem distinção entre pequenas e grandes localidades é Lefebvre (1991), segundo o qual não se pode pensar em espaços urbanos e rurais fragmentados. Os municípios representam a totalidade, o direito de usar este território como um local de trocas, de relações, local de pensamento, de discurso, do ato e da reflexão humana.

Estimulado por governos e poderes econômicos se convencionou denominar que qualquer município de pequeno porte é considerado pobre e atrasado. Essa visão rasa, segundo Dias e Santos (2012), não deveria existir, pois classificar o município unicamente pelo seu tamanho populacional não implica necessariamente as condições precárias vividas pela população, as desigualdades econômicas e regionais e o uso indiscriminado dos recursos naturais, na qual estão mais evidentes em maiores municípios, acentuando à pobreza e a má qualidade de vida.

O IBGE (2010) classifica, segundo o seu atlas geográfico, o porte dos seus municípios por habitantes. Então, localidades com até 20 mil habitantes são classificadas como municípios de pequeno porte e entre 20 a 50 mil habitantes, de médio porte. Entretanto Sposito (2006) define que além do número de habitantes, os municípios são providos de várias escalas locais e regionais, como o tamanho territorial, a influência exercida, a divisão do trabalho e a estrutura da rede urbana como variáveis plausíveis de serem consideradas na classificação de um município. Santos (1979) exprime a sua opinião sobre as pequenas localidades:

A maioria dos estudos urbanos, em países subdesenvolvidos, se interessa de preferência pelas cidades grandes, principalmente pelo fenômeno da macrocefalia. Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas

como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades locais que, ao nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente [...] Poderíamos definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações. (SANTOS, 1979, p.69-71).

No Brasil, em especial, os municípios de pequeno porte não conseguem competir em dinamicidade, oferta de serviços e empregos se comparado a um grande município ou metrópole. Iniciativas empreendedoras na agricultura, na economia da cultura e na realização de eventos esportivos são consideradas atitudes econômicas, que fazem movimentar o município de pequeno porte atraindo uma grande quantidade de pessoas vindas de fora do município.

Maia (2010, p.38) relata que os municípios de pequeno porte “pouco ou mesmo nada representam para se entender a dinâmica urbana, com raríssimas exceções”. Para ela o pagamento dos benefícios sociais e as transferências obrigatórias da União e Estado a estes municípios constituem a base da economia local, não existindo outras opções econômicas que promovam à geração de impostos. A globalização aumentou o abismo entre os municípios locais e nacionais, quando impôs um processo mercadológico definido por um sistema capitalista, no qual os produtos e as empresas precisam se adaptar às características específicas não da sua região, mas de um mercado estrangeiro, no qual muitos municípios não têm estrutura urbana, tecnológica e mão de obra qualificada para responder as demandas dessa nova dinâmica econômica. Santos e Silveira (2014) afirmam que este sistema global não tem afinidades e nem vocações territoriais com os municípios onde se instalam, devendo os seus cidadãos se submeterem às vontades das empresas instaladas nos municípios.

Sassen (1998, p.56) complementa essas informações ao afirmar que a “implantação dos processos globais parece ter contribuído para aumentar a separação ou desarticulação entre as cidades e setores existentes nessas cidades que se articulam com a economia global e setores em que isso não ocorre”. Trata-se de uma nova espécie de desigualdade interurbana.

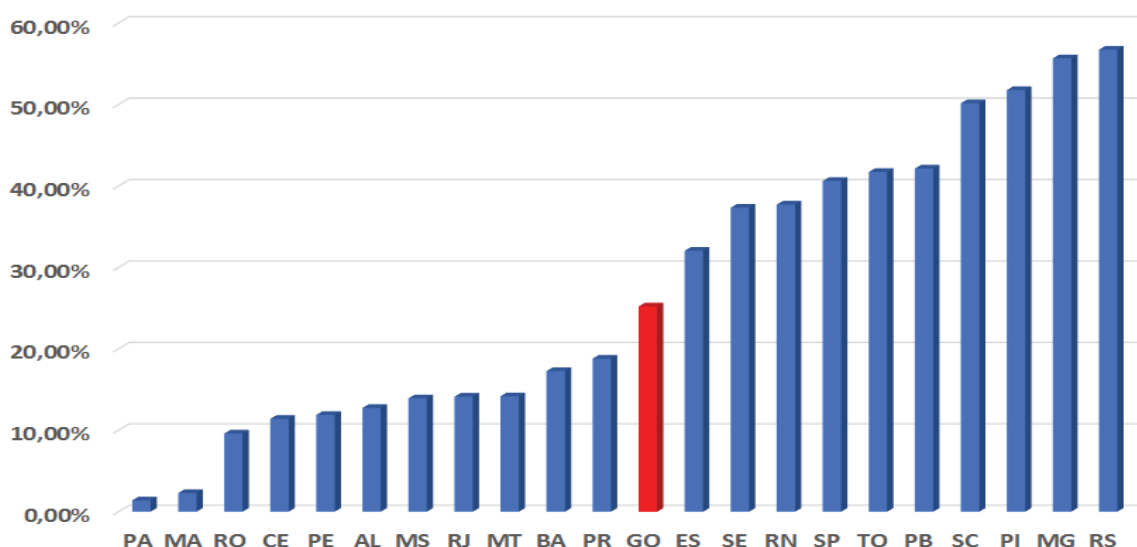
A autora destaca que nos anos de 1970 muito se falava sobre o “irreversível declínio das cidades”. Porém o que se observa são municípios tendo um papel de protagonismo na promoção do desenvolvimento regional do seu território. Se por um lado, a globalização aprofundou às desigualdades, por outro a economia global estimula à criação de bens de serviços a partir de qualquer lugar. E talvez essa seja

uma saída para enfrentar os graves problemas econômicos e sociais de municípios de pequeno porte. Ao criar outras formas de incentivo econômico, o poder público valoriza à sociedade, contemplando-a por completo e não em partes.

Nesse sentido os pequenos municípios precisam fazerem frente à cultura globalizada, esse novo modelo econômico que se determina as necessidades e desejos de consumo ancoradas num processo de dominação. Brant (2009, p.80) lança à ideia de se incentivar no Brasil as suas próprias indústrias culturais “capazes de promover seus referenciais simbólicos e identitários ao nível da cultura de massa” explorando à sua territorialidade, ou seja, o sentimento de pertencimento e identidade do cidadão ao seu território. A cultura exerce uma importância regional e local sobre o território muito importante, porém as políticas públicas não conseguem dimensionar esse potencial econômico e social, principalmente, nas pequenas localidades.

O gráfico 6 demonstra o *ranking* dos estados brasileiros que têm na sua federação o maior número de municípios que não conseguem gerar receita própria para suportar as suas despesas de custeio. Esse levantamento realizado pela FIRJAN (2018) aponta que no início do século passado, o Brasil possuía pouco mais de mil municípios. O crescimento apresentado no número de municípios ao longo deste período sinalizou nessa pesquisa, que em 2016, 81,7% dos municípios brasileiros não conseguiram gerar nem 20% das suas receitas, e essa dependência é maior em pequenas localidades.

Gráfico 6 - Ranking de Estados que têm a maior proporção de cidades que não conseguem gerar receita para bancar a máquina pública



Fonte: FIRJAN (2018)

O estado de Goiás conforme demonstra o gráfico 6 está na 12ª posição, com aproximadamente 25% das localidades municipais que não conseguem gerar renda própria para custear as próprias despesas com a manutenção da máquina pública. Nessa pesquisa da FIRJAN os técnicos são contra as manobras legislativas que tentam favorecer e facilitar à emancipação de distritos em municípios. Outro ponto a ser destacado é que quanto menor o município mais dependente a população fica da administração pública. Para comparação, em municípios com menos de 20 mil habitantes essas despesas representam 17% do orçamento municipal contra 11% de municípios com mais de 500 mil habitantes. Por fim, os técnicos recomendam à fusão e à incorporação de municípios, ao invés, da criação de mais novos municípios.

Enfim, a discussão que permeia esse trabalho é justamente tentar apresentar soluções para o incremento de receitas na economia local, o que conseqüentemente gerará mais impostos e criação de postos de trabalho. Percebe-se que mesmo em estados mais ricos do que Goiás, o número de municípios dependentes de repasses intragovernamentais é considerável.

3.3 Análise dos aspectos financeiros, econômicos e sócios-culturais dos municípios pesquisados

Os cinco municípios pesquisados estão localizados em cada uma das cinco mesorregiões do estado, apresentando características econômicas, financeiras e sócios-culturais que permitem identificar quais são elas, e entender estes municípios dentro de um contexto de desenvolvimento local e regional. Os gráficos e tabelas aqui apresentados tem como propósito apresentar as dificuldades, e também as alternativas para tornarem um território flexível e disposto a mudar as dinâmicas sejam elas locais ou regionais, a fim de preparar seus cidadãos para os novos desafios disruptivos deste novo século.

Dentro destes aspectos citados anteriormente foram feitos dois recortes macroeconômicos no IDM: Economia e Trabalho. Esse índice é uma medida que visa auxiliar, comparar variáveis e traçar diagnósticos para potencializar o crescimento dos municípios. O IDM tem uma escala de referência de 0 a 10. Na dimensão economia, as variáveis pesquisadas são os setores da agropecuária, indústria e serviços, PIB *per capita* e evolução do PIB. Na dimensão trabalho são consideradas as variáveis de

formalização do mercado de trabalho, remuneração média, nível de escolaridade e evolução dos postos de trabalho.

No MinC foram consultados, via plataforma do Sistema Nacional de Cultura (SNC) os municípios cadastrados neste programa do governo federal, cuja criação aconteceu pela emenda constitucional nº 71 de 2012, artigo 216-A da CF. A intenção é funcionar seguindo os preceitos dos Sistemas Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS), pois há uma descentralização dos recursos federais para os municípios numa conta específica denominada “fundo a fundo”, por isso a importância do município em criar o Fundo Municipal de Cultura para recebimento de verbas públicas. O primeiro pré-requisito para fazer parte deste sistema é a assinatura de um termo de acordo de cooperação entre a prefeitura e o MinC. Após esse ato, o município com ajuda de técnicos do governo federal apoiam os gestores municipais na criação e sanção das seguintes leis e planos de trabalho: Plano Municipal de Cultura, Conselho de Cultura e Fundo Municipal de Cultura. Esses mecanismos perfazem o Sistema Municipal de Cultura (SMC) cuja aprovação depende da Câmara Municipal de Vereadores e sanção do prefeito.

As despesas municipais só puderam ser verificadas devido ao IMB ter no seu banco de dados, a relação de despesas discriminadas por município, porém somente até 2014. Apesar de todos os municípios envolvidos nesta pesquisa apresentarem nos seus *sites* uma aba para acesso ao portal da transparência municipal, poucos estão atualizados. Para uma pesquisa cujo recorte temporal é de 13 anos não foi possível trabalhar as informações nos respectivos portais da transparência. Por uma análise mais próxima da realidade a melhor escolha foi trabalhar com os dados do IMB.

A seguir o trabalho analisou todos os aspectos econômicos, demográficos e financeiros identificados em cada um dos municípios, procurando identificar alguma variável ou indicador que possa ser relacionado com o desenvolvimento numa dimensão cultural.

3.2.1 Alto Paraíso de Goiás

O município de Alto Paraíso de Goiás está localizado na mesorregião geográfica Norte Goiano (Figura 2) e preenche uma área territorial de 2.593,91 km² dentro do estado de Goiás e com densidade demográfica de 2,65 hab/km². Sua

população de acordo com estimativa do IBGE (2016) está em aproximadamente 7.525 habitantes, na qual fica ranqueada na posição 123 dentre os 246 municípios do estado. O PIB do município em 2016 apresentou um valor de R\$ 160,1 milhões sendo a 125ª entre os municípios de Goiás. Alto Paraíso antes da sua emancipação fazia parte do território de Cavalcante, a qual foi elevada à condição de município em 1953 conforme lei 808. Em Alto Paraíso de Goiás existem, segundo o IBGE (2009) três povoados: Fraternidade, Moinho e São Jorge, sendo o último uma referência cultural para o município.

Situada aos arredores do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, cujo título de Patrimônio Natural da Humanidade foi concedido pela Unesco em 2001, Alto Paraíso de Goiás atrai turistas do Brasil e do exterior em busca das belezas naturais dos cânions, paredões e cachoeiras com água cristalina, além das atividades culturais produzidas por artistas locais e prefeitura. O povoado de São Jorge apresenta anualmente o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros²⁶, contemplando à diversidade e à cultura popular brasileira e regional. No Figura 3 pode-se visualizar o tamanho e os limites territoriais desse município e as rodovias de acesso.

Figura 3 - Mapa territorial do município de Alto Paraíso de Goiás



Fonte: Google Maps (2018)

²⁶ Fonte disponível em: <<http://www.encontrodeculturas.com.br/encontro/xviii-encontro-de-culturas-tradicionais-da-chapada-dos-veadeiros>>. Acesso em 14Jan2019.

Por se encontrar mais perto de Brasília – cerca de 240 km de distância do que de Goiânia – 420 km -, a região recebe inúmeros turistas vindos da capital federal e de outros lugares do Brasil pelo aeroporto de Brasília. Duas rodovias estaduais (GO 118 e 239) chegam até Alto Paraíso de Goiás, além da BR 010 para quem vem de Brasília e tem acesso às rodovias estaduais. Em 2018, a rodovia GO 239 foi asfaltada entre Alto Paraíso de Goiás e São Jorge facilitando à chegada de turistas e provocando um maior número de visitas neste distrito.

De acordo com dados do portal do SNC, o município de Alto Paraíso de Goiás assinou acordo de cooperação²⁷ com o MinC no intuito de receber orientações e instrumentalizações para o desenvolvimento de políticas públicas culturais. No cumprimento do acordo, a prefeitura de Alto Paraíso de Goiás aprovou e sancionou a lei nº 955/2015, na qual cria o Sistema Municipal de Cultura (SMC), um conjunto de programas, projetos e ações para a promoção do desenvolvimento local da cultura. Importante salientar que a seção III desta referida lei faz referência à economia da cultura ao estimular à criação de ambientes inovadores e criativos, identificar a cadeia de produção da cultura e apoiar projetos que promovam a desconcentração da cultura nas dimensões econômicas e sociais.

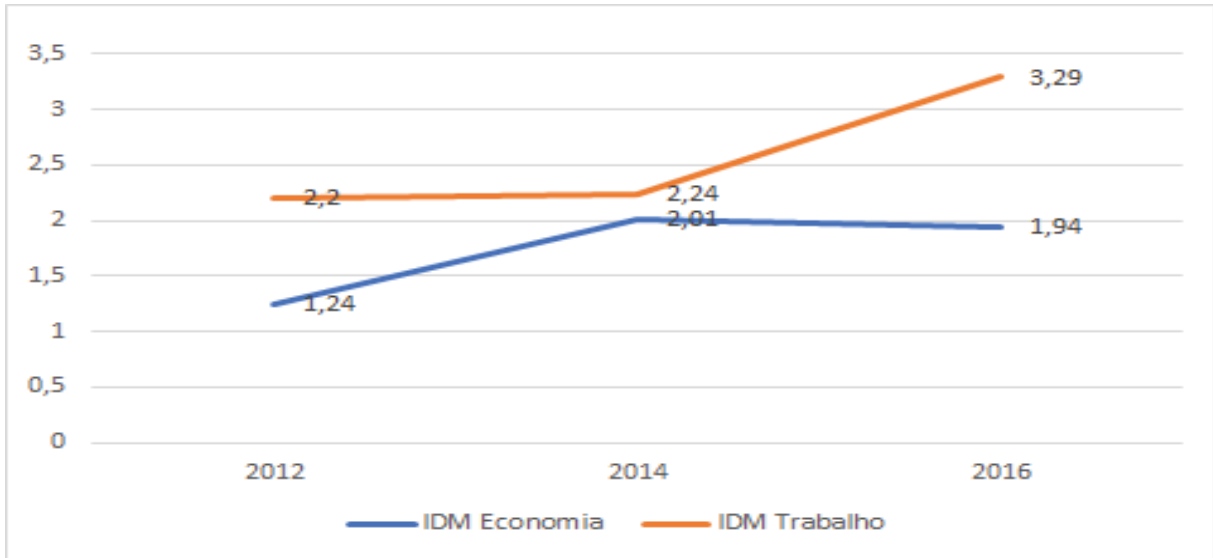
O IDH-M do município de Alto Paraíso de Goiás em 2010 é considerado de alto desenvolvimento apresentando um índice de 0,713. Se comparar com o ano 2000 quando o município alcançou um índice de 0,572 houve um aumento de 25% na melhoria de vida da população, segundo PNUD (2010).

No gráfico 7 o município de Alto Paraíso de Goiás apresentou um índice na dimensão trabalho de 3,29 seguindo uma tendência de alta. Por ser um município com forte vocação turística e cultural esse IDM trabalho demonstra a potencialidade de Alto Paraíso de Goiás em transformar suas riquezas culturais e naturais em emprego. Este índice foi o maior apurado entre os municípios envolvidos nesta pesquisa. No IDM economia o índice apurado em 2012 foi 1,24, em 2014 subiu para 2,01 e em 2016 sofreu um pequeno recuo de 3,5% atingindo um índice de 1,94. Mesmo assim, Alto Paraíso de Goiás teve o segundo melhor desempenho nesta dimensão em comparação com os demais municípios desta pesquisa.

²⁷ Fonte disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=14&data=03/05/2013>>. Acesso em 13Jan2019.

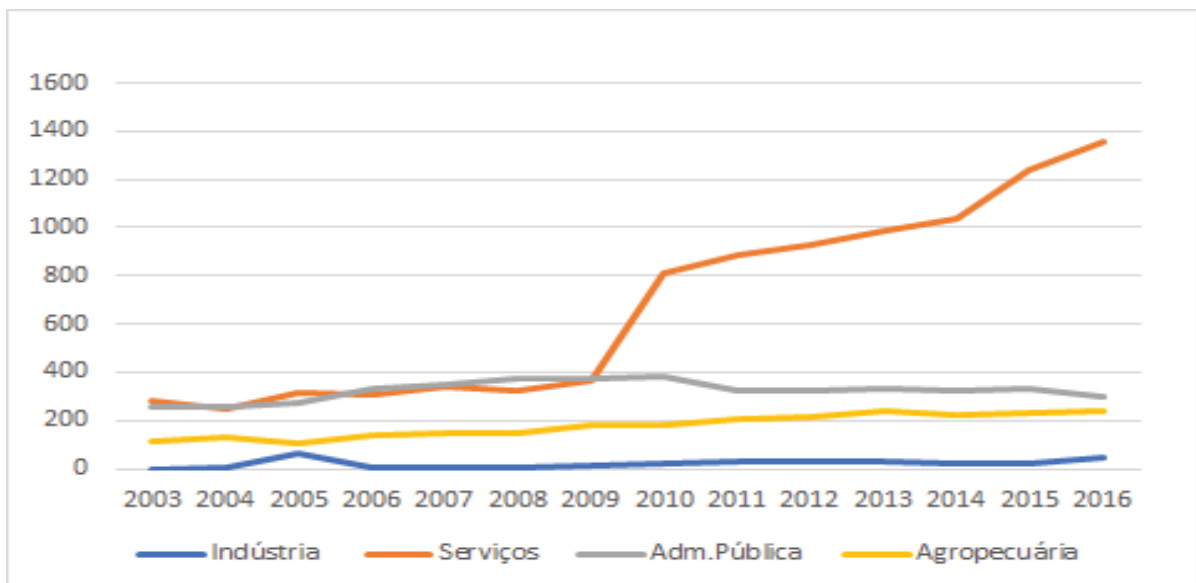
Gráfico 7 - Índice de Desempenho do Município de Alto Paraíso de Goiás – dimensão: Economia e Trabalho



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

Observa-se no gráfico 8 a geração de empregos formais na atividade econômica de serviços despontou a partir de 2009, em comparação com as outras atividades analisadas. Considerando que as atividades econômicas da cultura e do turismo pertencem ao segmento de serviços, esse gráfico retrata o comportamento da oferta de empregos no segmento de serviços em Alto Paraíso de Goiás com uma forte relação com sua vocação regional.

Gráfico 8 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica– Alto Paraíso de Goiás (2003-2016)



Fonte: IMB/RAIS. Elaboração do autor

Ao comparar as atividades econômicas aferidas nas dimensões economia e trabalho do município, verifica-se um crescimento constante na área de serviços. A agropecuária e a administração pública têm sua participação na geração de renda e emprego, porém numa menor escala e o segmento industrial praticamente inexistente em Alto Paraíso de Goiás reforçando suas características de um município propício ao desenvolvimento cultural e turístico. Segundo dados do IMB (2016) o município teve um crescimento de emprego no setor de serviços de quase 390% ao se comparar o primeiro ano da série histórica 2003 com o último em 2016.

Nos gráficos 9 e 10 analisaram-se os investimentos federais em cultura e as suas despesas municipais na função cultura, respectivamente. Esses dados reforçaram Alto Paraíso de Goiás como polo de investimento em cultura dentro do estado de Goiás.

Gráfico 9 - Convênios Federais do Ministério e Fundo Nacional de Cultura Alto Paraíso de Goiás

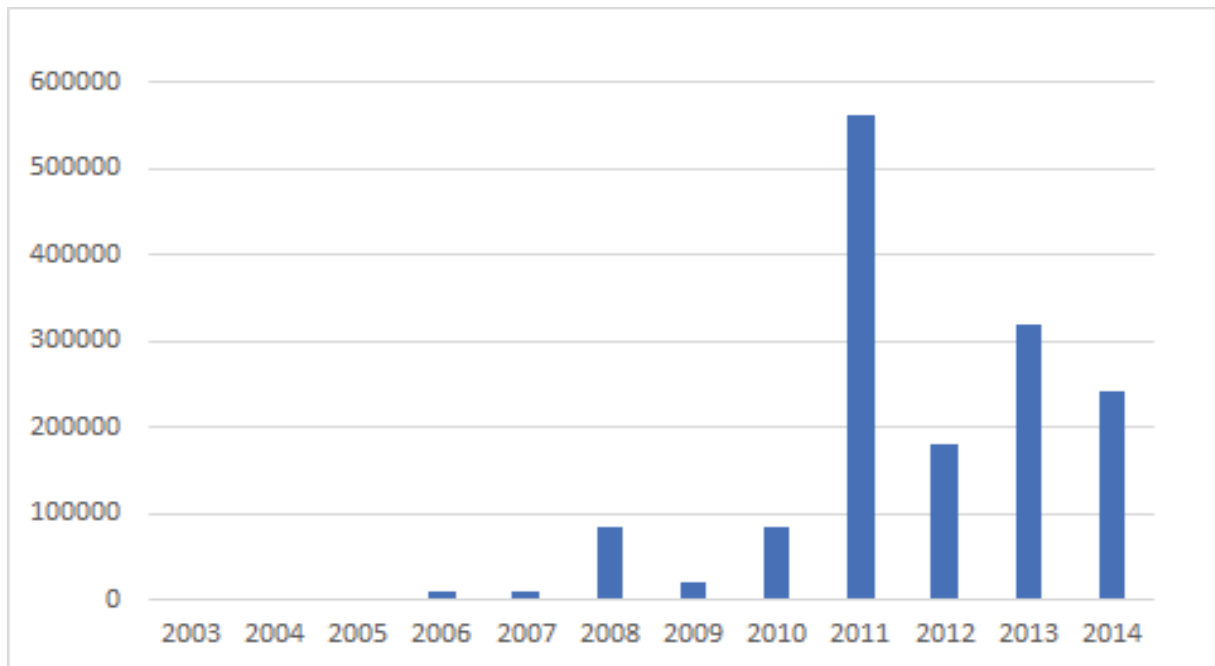


Fonte: Portal da Transparência Brasil/SIAFI e SICONV. Elaboração do autor

Nota-se neste gráfico 9 que no período compreendido entre 2007 a 2010, o município de Alto Paraíso de Goiás obteve um crescimento expressivo em recursos federais para fomentar à cultura no município. O apoio financeiro ao Encontro de Culturas de São Jorge e o Ponto de Cultura Cavaleiro de São Jorge, receberam valores que se aproximaram de R\$ 800 mil, conforme gráfico 9. Em 2008, o MinC investiu cerca de R\$ 90 mil na criação do Museu da Memória de Alto Paraíso de Goiás,

constituindo um importante equipamento público para o desenvolvimento cultural. Os pontos de cultura foram criados pela lei federal 13.018 de 2014 fortalecendo as políticas públicas culturais, com o objetivo de incentivar comunidades, a exercerem o papel de difusores das potencialidades da cultura como eixo para o desenvolvimento social e econômico, denominado programa Cultura Viva.

Gráfico 10 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Alto Paraíso de Goiás (2003-2014)



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

O gráfico 10 indica as despesas efetuadas pelo município de Alto Paraíso de Goiás. As despesas municipais foram proporcionadas para as ações culturais no município de Alto Paraíso de Goiás, nos quais favoreceram à expressão da diversidade cultural nas suas múltiplas linguagens das artes, da regionalidade e dos costumes dessa região. Em 2003 até 2005, o município não apresentou despesas relacionadas à função cultura. A partir de 2006 a 2010, excetuando 2009 houve crescimento nessas despesas. O ápice dos gastos em despesas culturais ocorreu no ano de 2011, quando alcançou aproximadamente R\$ 560 mil ou 3,5% na participação da receita municipal. Após este ano as despesas municipais de Alto Paraíso de Goiás tiveram uma redução de 55% perfazendo uma média anual de R\$ 250 mil, no qual representou uma participação média 1,25% nas receitas do município.

É considerável a importância estratégica do município de Alto Paraíso de Goiás para o desenvolvimento da cultura na sua mesorregião. Segundo Reis (2007) ao identificar nos setores econômicos para o desenvolvimento, o município poderá investir em educação e capacitação elevando à qualidade da sua mão de obra local, e propiciando um aumento no nível de renda da população local. Alto Paraíso de Goiás acaba servindo de referência para os demais municípios incluídos na mesorregião norte, pois transforma-se em um polo de crescimento na área cultural atraindo moradores de municípios vizinhos para sua localidade.

3.2.2 Goiás

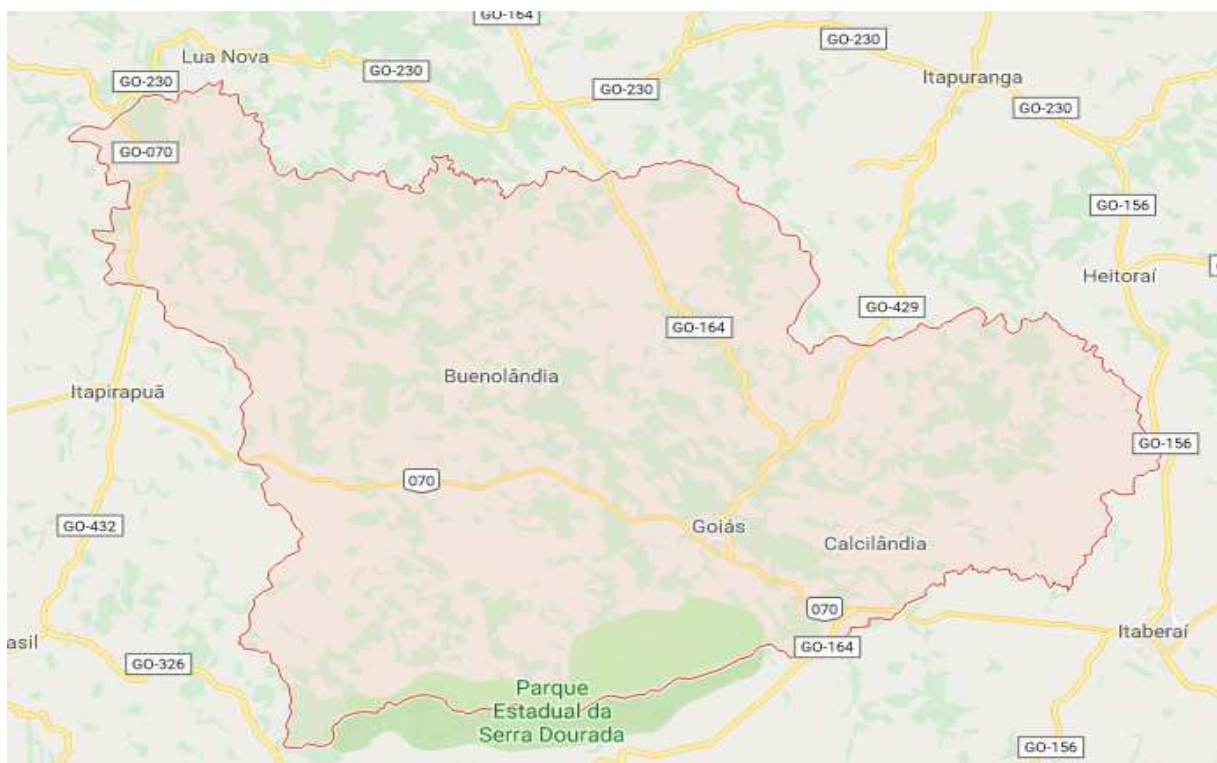
O município de Goiás, antiga capital do estado de Goiás por quase dois séculos, é considerado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 2001. Está localizada na mesorregião Noroeste (Figura 2) e apresenta uma densidade demográfica de 7,96 hab/km² dentro de uma área territorial de 3.108 km², sendo dentre os cinco municípios pesquisado o maior território. A população estimada pelo IBGE (2016) aproxima dos 24.262 habitantes, a 47^a dentre os 246 municípios do estado e seu PIB apresentou em 2016 um valor de R\$ 410,9 milhões correspondendo a posição 69 no *ranking* do estado. Goiás surgiu através da Carta Régia de 11 de fevereiro de 1736 desmembrando-se do município de São Paulo por ordem da coroa portuguesa. No seu espaço urbano segundo o IBGE (2009) existem dois aglomerados: Areias e Ferreiro e cinco distritos: Calcilândia, Buenolândia, Davidópolis, São João e Uvá; e um povoado: São João da Lajinha. O IDH-M de Goiás em 2000 apresentou um índice de 0,563 considerado de baixo desenvolvimento. Em 2010 o índice de Goiás subiu para 0,709 um aumento de quase 26% na melhoria das condições de vida da população de Goiás o que faz o PNUD considerar um alto desenvolvimento.

As ruas de pedras, os palácios, museus e construções que remetem aos séculos XVII e XVIII transformaram Goiás – ou Goiás Velho para seus moradores – num lugar reconhecido internacionalmente pelas suas riquezas históricas, culturais e naturais. Um símbolo da cultura vilaboense é a poetisa Cora Coralina (1889-1985) onde viveu a maior parte da sua vida às margens do rio vermelho declamando e escrevendo poesias e crônicas, o que a fez adquirir o respeito e admiração de críticos e amantes da literatura brasileira. Sua casa hoje é o Museu Cora Coralina onde

conserva mobiliários, relíquias, receitas de comida e suas poesias para exposição. Goiás é um município com várias atividades culturais e artísticas produzidas durante o ano. O destaque é o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) que acontece há 20 anos, promovendo à cultura do audiovisual e a relação com a natureza. A Serra dourada tem um parque ambiental, no qual o turista pode apreciar as riquezas rochosas e as espécies típicas do cerrado.

Uma peculiaridade deste município é a concentração de três *campi* das Universidades Federal de Goiás (UFG), Estadual de Goiás (UEG) e Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Considerado um município de médio porte dentro do estado de Goiás, essa especificidade, o torna uma referência de estudos e conhecimento de muitos jovens estudantes que saem de outros locais para ingressarem em cursos técnicos, licenciatura, bacharelado e pós-graduações *lato e stricto sensu*, sendo que alguns são voltados para à preservação do patrimônio material e imaterial, gestão cultural e de cinema e audiovisual.

Figura 4 - Mapa territorial do município de Goiás

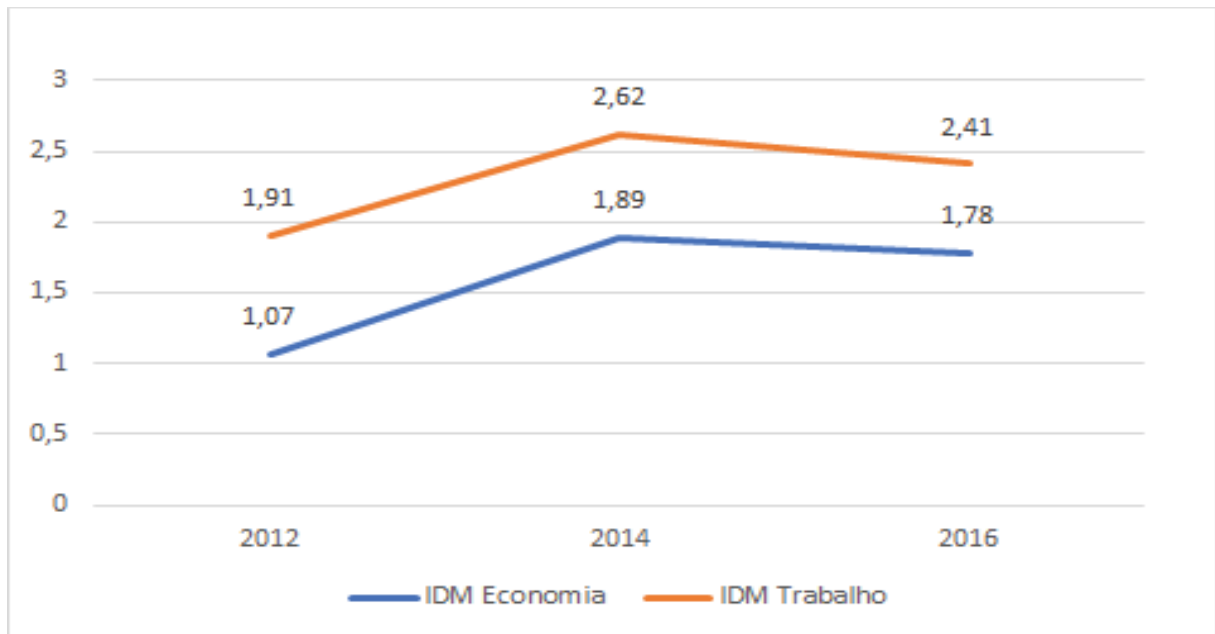


Fonte: Google Maps (2018)

A Figura 4 pode-se visualizar o tamanho territorial do município e sua malha rodoviária. Distante cerca de 135 km da capital Goiânia, o acesso ao município é

possível por três rodovias estaduais, a GO 164, 429 e 070. Essa última que vem de Goiânia teve o seu trecho duplicado até chegar em Goiás, diminuindo o tempo gasto de viagem e propiciando uma maior visitação de turistas.

Gráfico 11 - Índice de Desempenho do Município de Goiás – dimensão: Economia e Trabalho



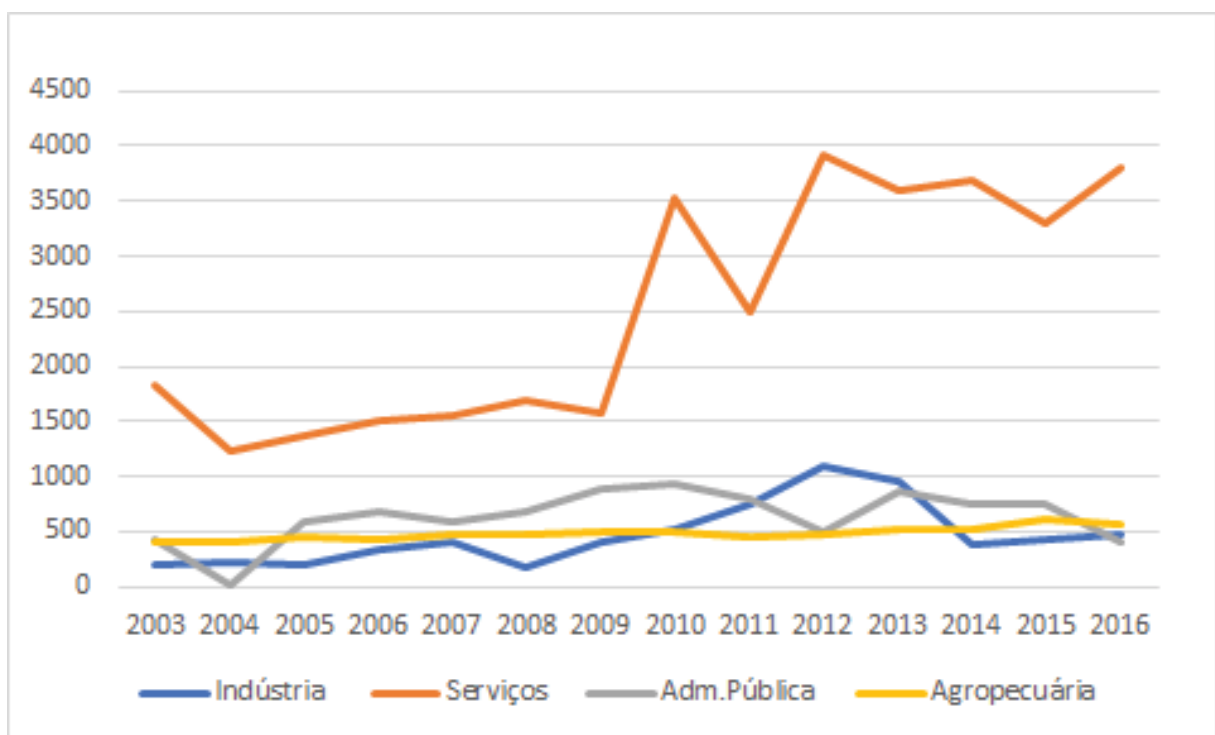
Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

Ao analisar o gráfico 11 percebe-se uma queda nos índices de desempenho nas dimensões economia e trabalho no último período analisado. Na economia, entre 2012 e 2014, houve um aumento no seu desempenho próximo de 77%. Mas, de 2014 para 2016, o município de Goiás sofreu um decréscimo de quase 6%. Essa queda pode ser explicada pela redução do seu PIB entre os anos de 2014 e 2015. O PIB de 2014 ficou aproximado em R\$ 424 milhões, e em 2015 caiu para R\$ 391 milhões, uma redução de 8% nas riquezas produzidas. Esse período coincide por uma crise financeira que se instalou no Brasil, cuja redução pode ser sentida tanto pelos estados como nos municípios. Seu IDM economia de 2016 ficou em terceiro lugar entre os cinco municípios da pesquisa.

Na evolução dos empregos formais o gráfico 12 demonstrou um crescimento entre 2012 a 2014 na ordem 37% e após dois anos uma retração de 8%. Ao se fazer uma comparação com o gráfico 11, a oferta de vagas de empregos na atividade econômica de serviços oscila para cima e para baixo, a partir de 2009 até 2016. Há momentos de aceleração nas contratações e outras de recuo. Esse fato demonstra

que a economia mesmo local sente os efeitos globais da desaceleração econômica do Brasil. Mesmo assim, o setor de serviços em 2016 representou 72% dos empregos formais no município. O setor agropecuário com 11%, a indústria com 9% e administração pública com 8% retratam o desempenho da oferta de empregos em Goiás. No período analisado de 2003 a 2016, o setor de serviços em Goiás cresceu 108% no número de empregos gerados, pelo fato de ter uma economia cultural e turística que abarca o segmento de serviços.

Gráfico 12 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Goiás (2003-2016)



Fonte: IMB/RAIS Elaboração do autor

Entre os municípios pesquisados, Goiás ficou em último lugar na dimensão trabalho. Apesar de ter uma ótima variável no nível de escolaridade dos seus trabalhadores, entre 2014 a 2016, a variável remuneração caiu de 2,3 para 1,57 o que pode explicar em parte o IDM na dimensão trabalho. E a variação de empregos formais também caiu, talvez sentindo os efeitos da crise econômica brasileira.

O município de Goiás oferece todas as condições territoriais culturais e históricas para melhorar o seu desenvolvimento por meio da economia da cultura. A existência de sítios arqueológicos, museus, palácios e igrejas favorecem à economia local. Tanto a prefeitura e o Estado precisam fomentar políticas públicas que visem à formação de agentes culturais capacitados a pensar Goiás como patrimônio histórico

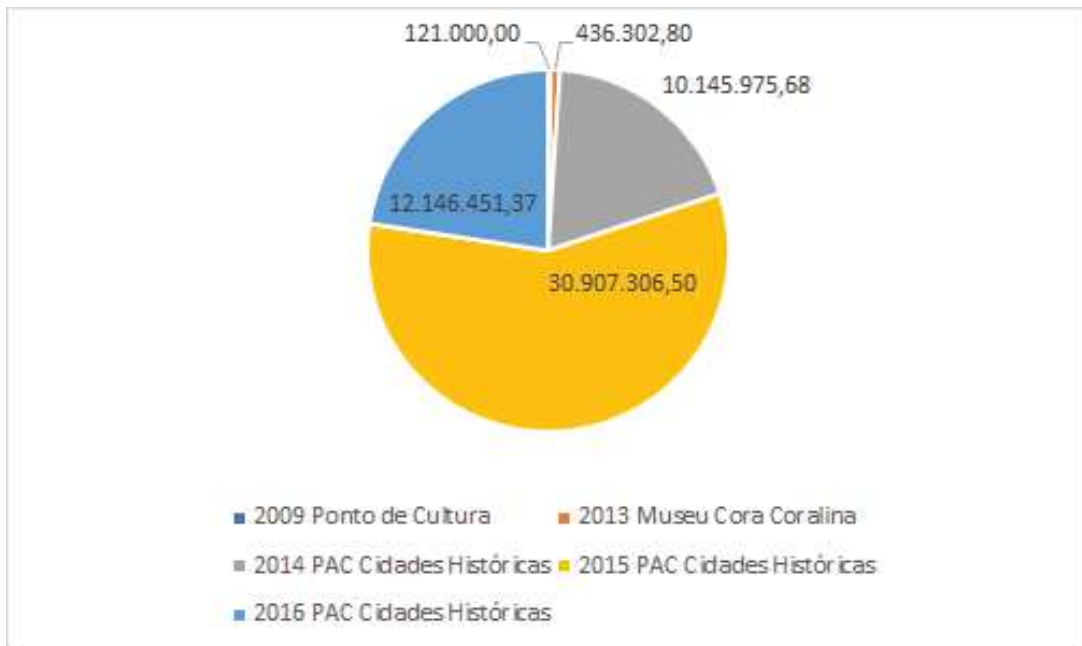
e cultural da humanidade. Os *shows* e festivais são importantes para o município, porém o efeito multiplicador para os seus cidadãos se tornam quase pequeno, em razão, de não contemplarem a mão de obra local no planejamento e organizações destes eventos, e não investirem na capacitação dos trabalhadores culturais neste município.

Dados do Sistema Nacional de Cultura (SNC) apresenta o município de Goiás cadastrado nesse sistema cultural do MinC. A data de homologação aconteceu no dia 17 de setembro de 2013 no diário oficial da União. Com a inserção de Goiás no SNC, o próximo passo seria a criação de uma lei específica determinando a criação do Sistema Municipal de Cultura (SMC). No mesmo ano, em dezembro, a prefeitura sancionou a lei 032, aprovada pela Câmara Municipal, na qual cria o SMC instituindo programas, projetos e ações para a promoção das políticas públicas culturais no âmbito municipal. Nesta lei criou-se o Conselho Municipal de Política Cultural e o Fundo Municipal de Cultura. Em abril de 2014, a prefeitura nomeou os componentes deste conselho para um mandato de dois anos através do decreto nº 17. Todos estes mecanismos são estímulos importantes para promover o desenvolvimento local.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado pelo governo federal em 2007 para promover à retomada do planejamento e execução de grandes obras. Em 2013, o Ministério do Planejamento cria uma linha exclusiva de crédito para os sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN²⁸. Sua forte tradição cultural e histórica permitiu ao município de Goiás ter acesso às verbas federais do PAC cidades históricas conforme mostra o gráfico 13.

²⁸Fonte disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>> Acesso em 14JAN2019.

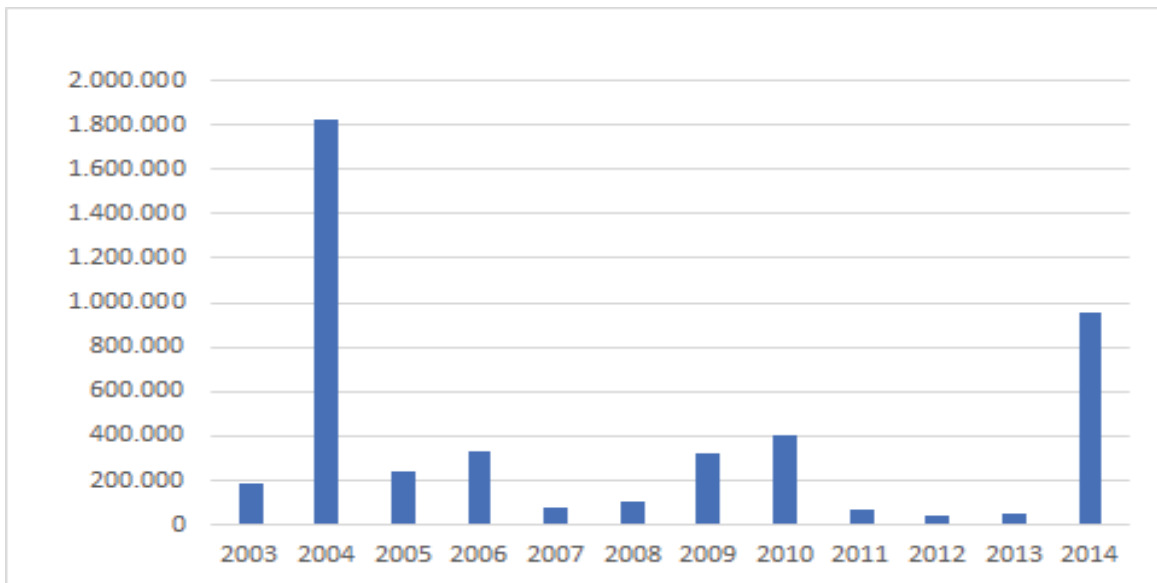
Gráfico 13 - Convênios Federais do Ministério e Fundo Nacional de Cultura - Goiás (2003-2016)



Fonte: Portal da Transparência Brasil/SIAFI e SICONV. Elaboração do autor

No período de 2003 a 2016 foram registrados no portal da transparência da União, aproximadamente R\$ 52,5 milhões em verbas federais para o município de Goiás. Desse valor 50 milhões de reais foram destinados à reforma do mercado municipal, do cine teatro São Joaquim e a sede da prefeitura. Esses três bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foram reconstruídos respeitando às origens arquitetônicas dos séculos XVIII e XIX. O museu de Cora Coralina recebeu verbas para sua conservação, curso de formação e criação de um DVD com obras da poetisa, segundo o portal da transparência. O ponto de cultura Botina Mateira recebeu verbas para implantar sua sede e desenvolver ações culturais dentro do programa Cultura Viva do MinC. A restauração e preservação destes bens é um estímulo para seus moradores e turistas que visitam Goiás e trazem recursos que fazem movimentar a economia local com empregos e maior arrecadação tributária.

Gráfico 14 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Goiás (2003-2014)



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

No gráfico 14 as despesas municipais de Goiás entre os períodos de 2003 a 2014 retratou uma excepcionalidade nos anos de 2004 e 2014 com gastos de quase R\$ 1,8 milhão e R\$ 1 milhão, respectivamente. Nas despesas de 2004 esse valor representou 10%, e em 2014 1,7% das receitas municipais. Neste mesmo período as receitas municipais aumentaram em quase 200%, porém as despesas com a cultura não acompanharam esse crescimento. Nos demais anos da pesquisa, a média de gastos com a cultura representou aproximadamente 0,60% das receitas municipais. O FICA evento concebido e organizado pelo governo estadual e que acontece anualmente em Goiás, atrai roteiristas, diretores, atores e produtores do país e do exterior. São exibidos curtas e longas metragens produzidos por pessoas do estado, do Brasil e do exterior, no qual os três melhores levam premiações em dinheiro. Na programação do festival tem oficinas, cursos e palestras relacionado com o tema cultura, audiovisual e natureza. Um dado extraído do portal da transparência do estado de Goiás é o dispêndio com esse festival. Nos períodos de 2003 a 2016 foram pagos à organização do evento aproximadamente R\$ 45 milhões, uma média anual de R\$ 3,5 milhões para realizar o festival, o que corresponde a 15% de todas as despesas do estado de Goiás com a cultura neste período representado.

3.2.3 Nova Veneza

Nova Veneza é um município com forte influência italiana devido à sua colonização surgir de familiares vindos da Itália no final do século XIX. Ela se localiza na mesorregião Centro Goiano e possui a menor área territorial dentre os municípios pesquisados (Figura 2), com apenas 123,3 km² e uma densidade demográfica de 65,89 hab/km². Seu IDH-M em 2000 apresentou um índice de 0,549 e em 2010 subiu para 0,718 considerado um alto desenvolvimento pelo PNUD. Esse aumento foi de quase 31% na melhoria da qualidade de vida da população. Pela lei 2.095 de 1958 transformou-se em município desmembrando-se de Anápolis. A população estimada pelo IBGE (2016) apresenta 9.381 habitantes, a qual corresponde a posição 98 entre os 246 municípios goianos. O PIB teve um valor total R\$ 161,7 milhões em 2016 configurando na posição 124 dentre todos os municípios que compõe o estado. Dentro dos limites territoriais de Nova Veneza aparece um povoado ou distrito denominado Goianás na imagem de satélite do Google (Figura 5), mas oficialmente o IBGE (2009) não reconhece nenhum povoado, aglomerado ou distrito pertencente a Nova Veneza.

A tradição da cultura italiana está exposta na praça central, na entrada do município, nas escolas municipais através do ensino do idioma italiano²⁹, e com forte presença na gastronomia. O Festival Gastronômico de Nova Veneza que se realiza há 18 anos tem o ponto alto na comida italiana, e na produção de *shows* cênicos que envolvem música, teatro e dança remetendo às origens italianas. Dados da organização do evento estimam em 100 mil pessoas o número de visitantes durante os três dias da festa que acontece nos meses de maio ou junho.

²⁹ O estudo da língua italiana está na grade curricular do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Não é obrigatório, por parte do aluno cursar.

Figura 5 - Mapa territorial do município de Nova Veneza

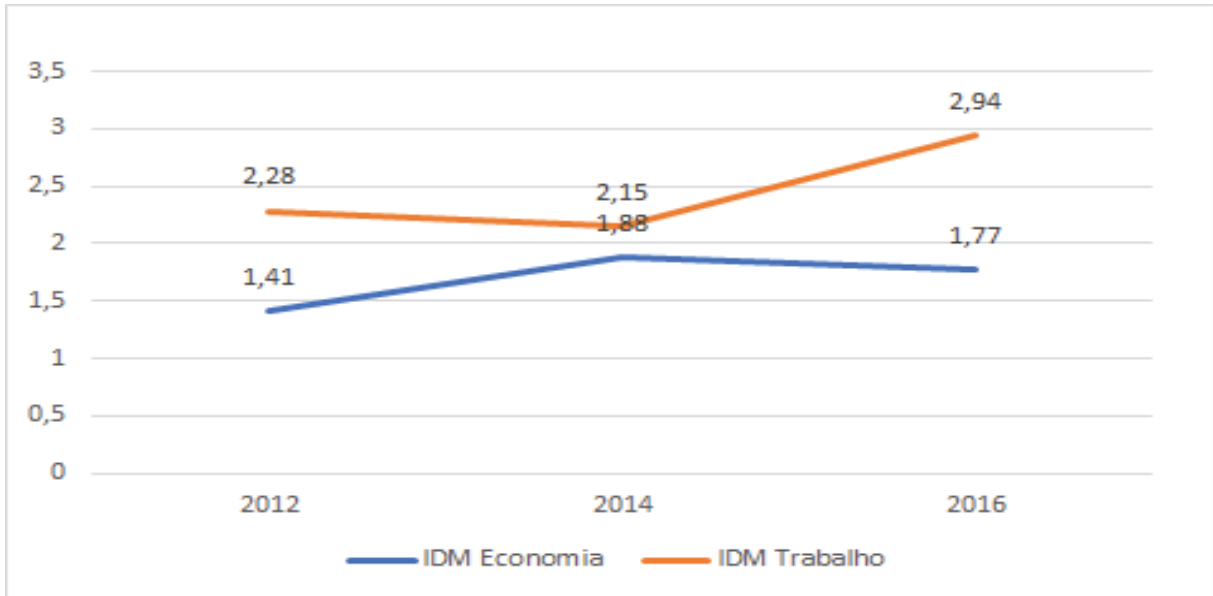


Fonte: Google Maps (2018)

Localizada a cerca de 30 km da capital Goiânia, e por ser tão próxima, o transporte público é oferecido em regime de consórcio com outros municípios da RMG, além de oferecer uma ínfima estrutura médica, hospitalar e demais serviços. Para se chegar até Nova Veneza existem duas rodovias estaduais, a GO 222 e 462, conforme a Figura 5. A primeira vem de Nerópolis e a outra de Goiânia e conseguem atender satisfatoriamente o tráfego.

O gráfico 15 aponta o IDM na dimensão economia de 1,77 um decréscimo de aproximadamente 6% entre os anos de 2014 a 2016.

Gráfico 15 - Índice de Desempenho do Município de Nova Veneza – dimensão: Economia e Trabalho

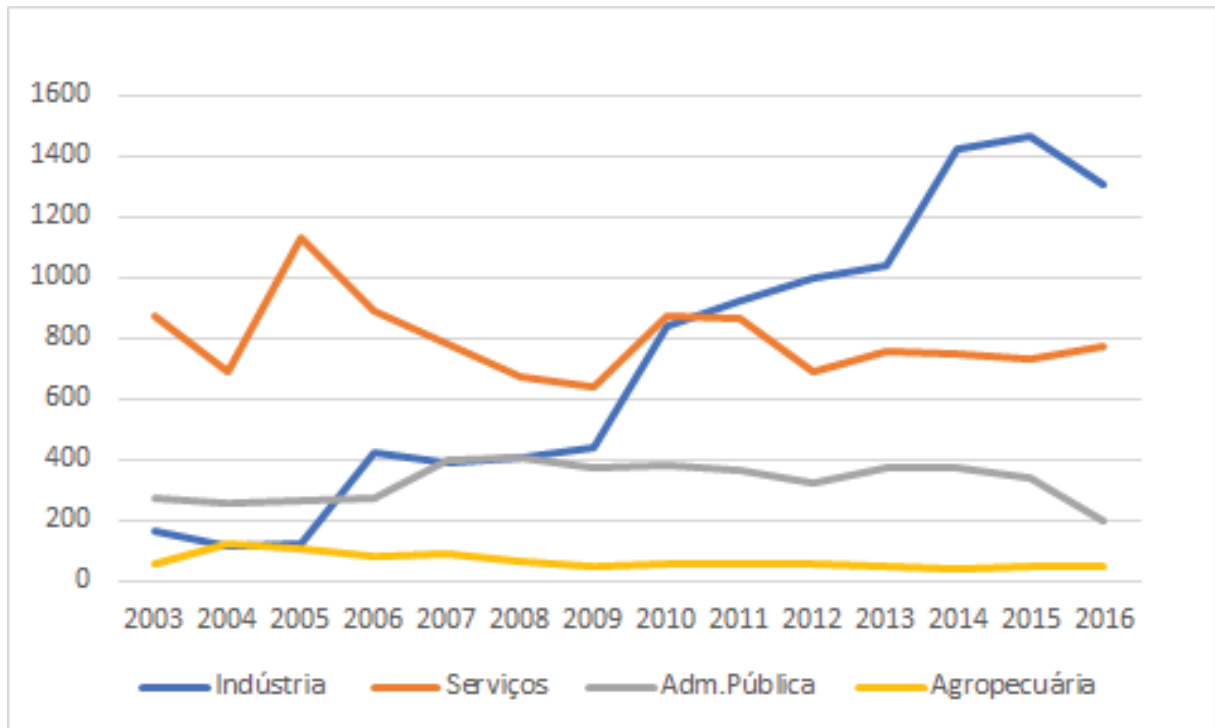


Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

Apesar de ter apresentado crescimento no PIB *per capita* na ordem de 13% de 2014 a 2016, o setor da indústria teve uma oscilação negativa neste período. Na dimensão trabalho entre 2012 a 2014 reduziu-se em 5,70% o desempenho, porém de 2014 a 2016, o município se recuperou e subiu 37%. A quantidade de empregos entre 2014 a 2016 apresentou uma redução geral 10%, afetando além da indústria a oferta de vagas na administração pública. Nova Veneza é o único município dessa pesquisa, na qual o segmento industrial apresenta mais empregos gerados do que o de serviços.

Em 2002, um grupo empresarial de alimentos processados se instalou no município. A partir de 2005 apresentou-se um crescimento vertiginoso na geração de empregos na indústria. Consultando o *site* desta empresa, a mesma entrou com pedido de recuperação judicial em maio de 2018. É possível analisar que esta queda na geração de empregos no segmento industrial esteja relacionada com problemas financeiros decorridos antes da empresa entrar com o pedido de recuperação judicial. Verifica-se no gráfico 16 esta constatação abordada referente o predomínio do segmento industrial na geração de empregos no município de Nova Veneza.

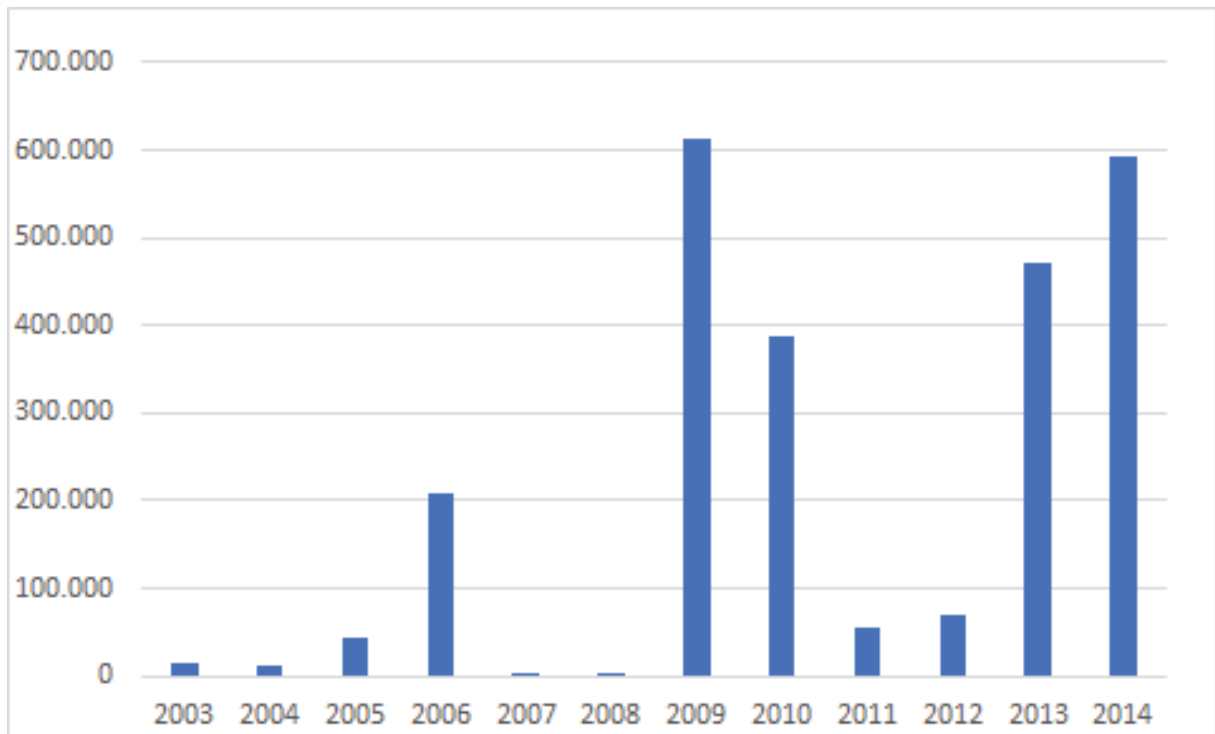
Gráfico 16 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Nova Veneza (2003-2016)



Fonte: IMB/RAIS Elaboração do autor

Observa-se no gráfico 17 a evolução das despesas municipais de Nova Veneza na função cultura. Houve uma alta expressiva nos anos de 2009 e 2014 com aproximadamente R\$ 600 mil investidos ou gastos com custeio em cada ano. Esse valor representa um percentual da receita municipal de 6,1% em 2009, e 3,1% em 2014. A evolução da receita municipal foi de aproximadamente de 80% neste mesmo período. O estado de Goiás apoia financeiramente o Festival Gastronômico de Nova Veneza, porém pela Goiás Turismo, uma autarquia estadual, e não da administração direta. Pode-se inferir que estes gastos com a cultura do município estejam relacionados a este festival.

Gráfico 17 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Nova Veneza (2003-2014)



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

Em nível federal durante todo o período selecionado por esta pesquisa, foi identificado no portal da transparência da União apenas um convênio em 2004, com o MinC de R\$ 16.712,00 para promoção da cultura italiana no município. Durand (2013, p.25) afirma que a relação dos governos nos três níveis federativos constitui uma “linha tênue e casuístico”, principalmente, na área cultural por entender que os Estados concentram recursos nos grandes municípios, “enquanto faltam visão e vontade sobre o que fazer no interior”. E Nova Veneza é considerado um pequeno município no estado de Goiás, porém as suas tradições culturais e artísticas são relevantes para a promoção do desenvolvimento local por meio da cultura italiana em Goiás.

Consulta realizada no portal do SNC não há nenhum registro do município de Nova Veneza ativo no sistema. A inserção do município garante aos cidadãos instrumentos de planejamento e execução das políticas públicas culturais municipais. Consultas realizadas no *site* do Conselho Nacional de Política Cultural³⁰ na qual estão inseridos todos os estados e municípios que possuem conselho de cultura, e também não há registro do município de Nova Veneza. No portal da transparência da

³⁰ Fonte disponível em <<http://cnp.cultura.gov.br/conselhos-de-cultura/>>. Acesso em 13Jan2019

prefeitura, na aba leis, portarias e decretos, somente as leis mais atuais que se encontram disponíveis para consulta, porém sem nenhum registro documental de alguma lei ou decreto que subsidie as políticas públicas culturais deste município.

Nova Veneza por estar inserida dentro da mesorregião mais adensada do estado de Goiás, o Centro Goiano, sofre com problemas de deslocamento diário da sua população para Goiânia na busca de empregos e serviços. Verifica-se nas variáveis que compõem o IDM economia e trabalho, que o município de Nova Veneza apresentou estagnação ou redução na oferta de empregos na indústria, serviços e administração pública. E no IDM trabalho uma redução na remuneração média salarial do trabalhador. O município atraiu por meio de incentivo fiscal, a instalação de uma empresa de grande porte em 2002, mas o que se observa passado mais de 14 anos que os efeitos de crescimento desta indústria, na economia local desde 2014, não apresenta mais índices satisfatórios nas variáveis emprego e renda, o que ajuda a corroborar o efeito limitador de crescimento da industrialização.

3.2.4 Piracanjuba

O município de Piracanjuba está localizado na mesorregião geográfica Sul Goiano ocupando uma área territorial de 2.380 km² (Figura 2). Sua densidade demográfica é 9,9 hab/km². Suas origens têm registro a partir do século XIX por ser um caminho entre a antiga capital do estado de Goiás e São Paulo. A resolução provisória nº 428 de 1869 é o marco legal da criação deste município, cuja denominação anterior era conhecida como Pouso Alto. O território foi desmembrado dos municípios de Silvânia e Santa Cruz de Goiás, antiga rota de ouro do estado de Goiás. A população estimada pelo IBGE (2016) aproxima dos 25.142 habitantes ficando na 45ª posição entre os 246 municípios goianos e o maior nesta pesquisa. Seu atual território é ocupado conforme IBGE (2009) por três aglomerados: Estulânia, Rochedinho e São José e por um povoado: Vale do Paraíso. O IDH-M conferido ao município em 2010 foi de 0,721 com alto desenvolvimento. Houve um aumento de 25% nas condições de vida da população segundo PNUD. Também o IDH-M é o mais alto dos municípios pesquisados.

Os acessos à Piracanjuba acontecem por várias malhas rodoviárias estadual. A BR-153 principal rodovia que corta o Estado dá acesso à GO 217, que liga até ao município. Outra rodovia para quem vem de Brasília é a GO 450. A GO 147 também

serve de acesso para que vem de Goiânia e Bela Vista de Goiás (Figura 6). Essa infraestrutura regional permite o escoamento da produção da safra de grãos para o mercado interno e exportação.

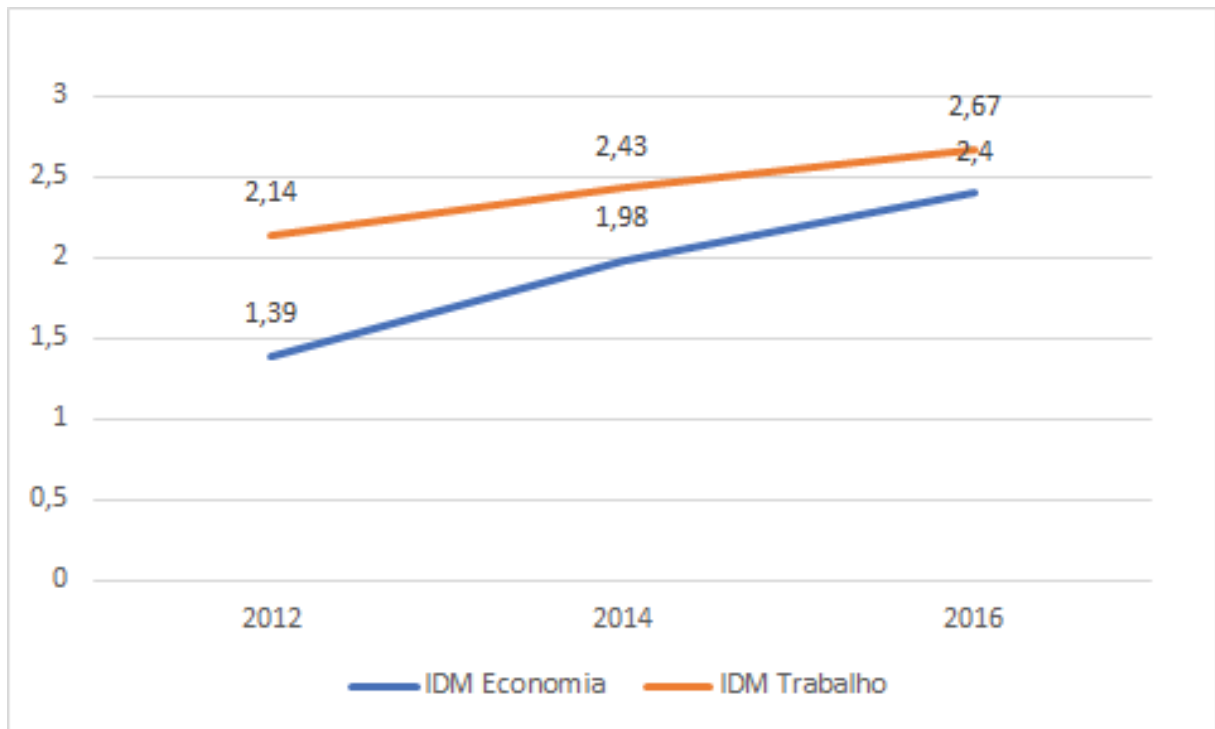
Figura 6 - Mapa territorial do município de Piracanjuba



Fonte: Google Maps (2018)

O gráfico 18 demonstra a força econômica do município de Piracanjuba. O seu IDM na dimensão economia é o melhor entre os cinco outros municípios pesquisados. Seu PIB é o 44º no *ranking* dos municípios do estado de Goiás, num valor total de R\$ 741,5 milhões em 2016. De 2012 até 2016, o IDM economia teve um aumento de quase 73%. Nesse mesmo período o PIB municipal cresceu por volta de 45% e o PIB *per capita* 38%. Entre 2003 a 2014, os últimos dados disponíveis da receita municipal, houve um crescimento de 350% na arrecadação tributária. O setor agropecuário apresentou a maior alta na variável que compõe o IDM economia saltando de 1,78 para 2,14. Os demais setores econômicos apresentaram estabilidade no seu crescimento.

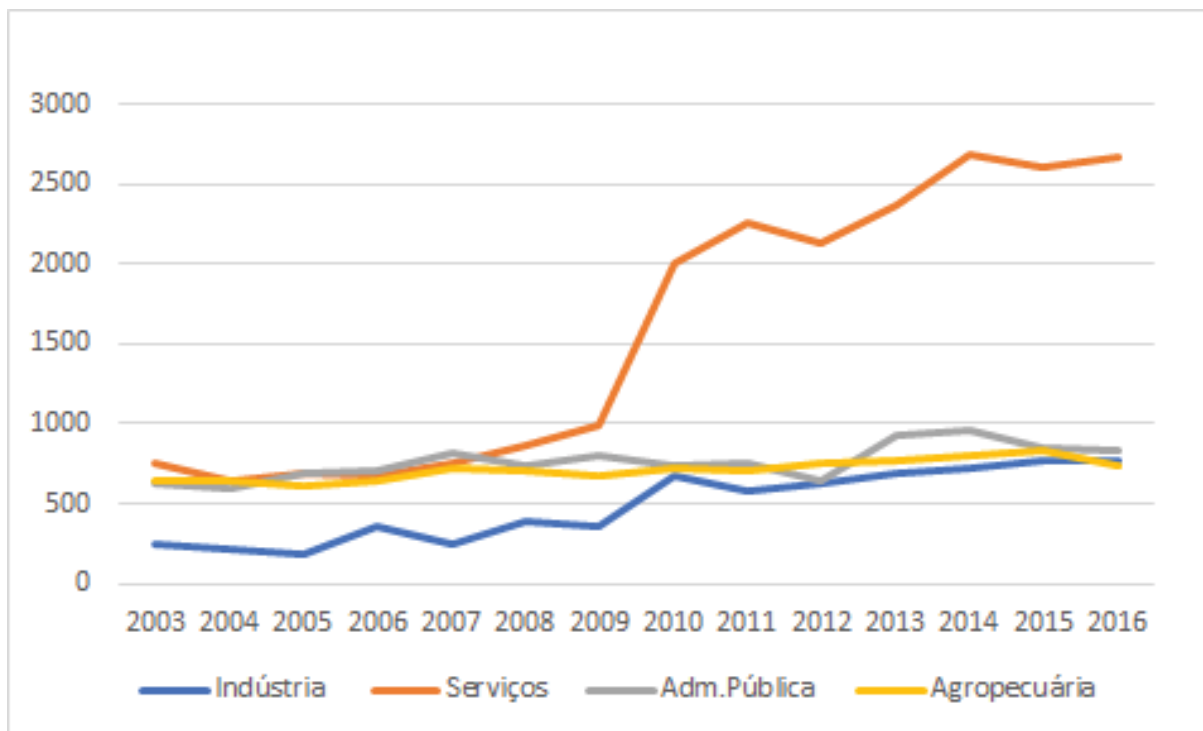
Gráfico 18 - Índice de Desempenho do Município de Piracanjuba – dimensão: Economia e Trabalho



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

Verifica-se no gráfico 19, uma consolidação do mercado de empregos na área de serviços. Em 2016, 53% dos empregos gerados com carteira assinada vieram do setor de serviços. O rendimento médio do trabalhador do município em 2003 era na ordem de R\$ 543,24. No ano de 2010 subiu para R\$ 1.052,96 e em 2016 saltou para R\$ 1.817,35. Um aumento nesse período de quase 235%. Esses fatores somados a um alto índice do IDH-M, e a subida no nível de escolaridade da classe trabalhadora fizeram Piracanjuba apresentar um desempenho na dimensão trabalho de 2,67 em 2016, aumento de quase 25% em comparação ao ano de 2012. Na comparação com os municípios envolvidos na pesquisa, Piracanjuba ficou em 4º lugar no IDM trabalho. O setor agropecuário constitui a mais importante atividade econômica do município, porém analisando sua curva no gráfico 19 não há um grande crescimento no nível de emprego.

Gráfico 19 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica - Piracanjuba (2003-2016)



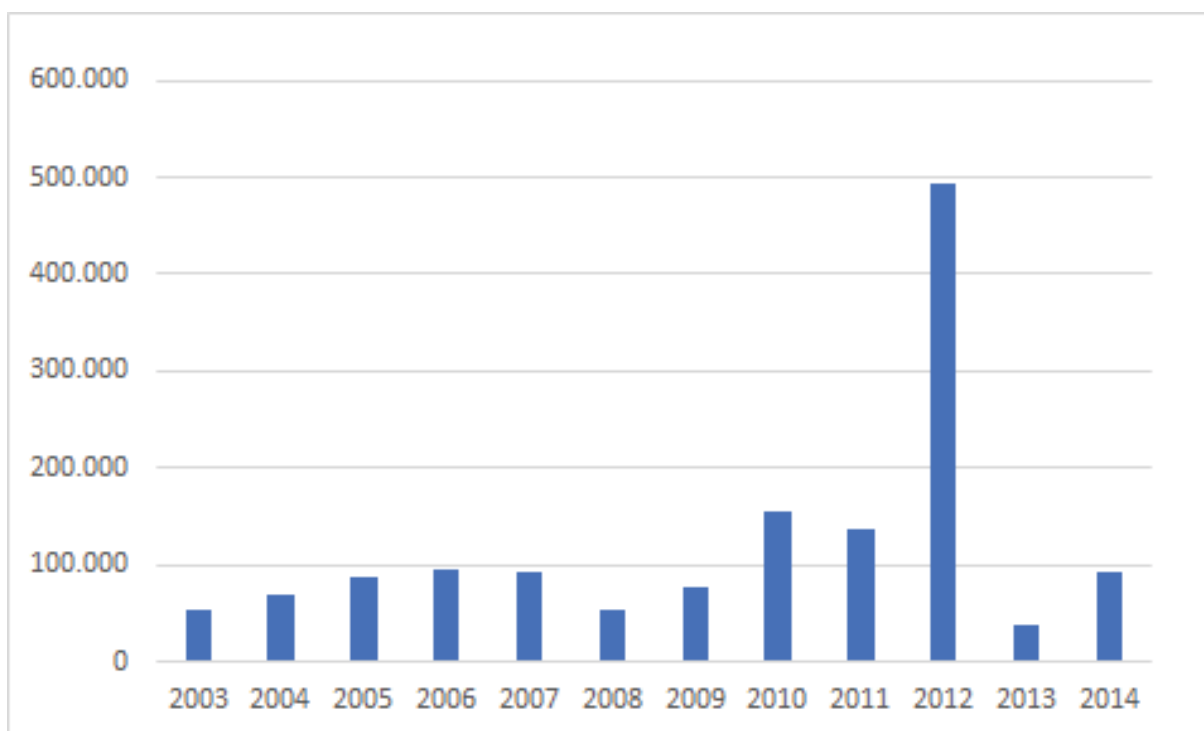
Fonte: IMB/RAIS Elaboração do autor

Na relação economia e cultura, o município de Piracanjuba não é considerado uma referência regional em cultura e turismo, como nos municípios de Goiás, Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis que já possuem uma vocação para esses tipos de atividades econômicas. A economia local é um dos maiores produtores de leite e grãos no estado, talvez por isso a cultura ainda não seja considerada uma prioridade na agenda política e social do município. Entretanto desde o início do ano 2000, a prefeitura tem estimulado e fomentado grupos culturais e artísticos no desenvolvimento e suporte da regionalidade e costumes da população. Grupos de catira e das fiandeiras são exemplos do apoio do poder público municipal nas atividades culturais do município. A criação do Festival Estadual de Teatro e do Brejo Festival de Rock surgem como opções culturais que atraem visitantes e turistas nos dias destes eventos. São pequenos empreendimentos culturais, que já encontra respaldo da Câmara de Vereadores, e principalmente, da população em lutar para a continuidade destes eventos, por considerar importante para a população e a economia local.

As despesas municipais apresentadas no gráfico 20 relacionadas à função orçamentária cultura apontou uma sequência de gastos entre 2003 a 2014 dentro da

média, excetuando o ano de 2012, no qual disponibilizaram aproximadamente R\$ 500 mil ou 0,94% das receitas municipais. Em 2003, a porcentagem de gastos com a cultura representava 0,40% das receitas municipais, em 2010 o mesmo valor, e em 2014 caiu para 0,15% a participação dos gastos relacionados à cultura sobre o valor total das receitas municipais. Entre 2003 e 2014, as receitas municipais subiram quase 350%, porém a verbas destinadas à cultura não acompanhou este crescimento. Repasses federais entre 2003 a 2016, não foram registradas nenhum convênio ou transferência de recursos públicos oriundos do MinC ou de suas unidades autárquicas ou fundacionais.

Gráfico 20 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Piracanjuba (2003-2014)



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

Piracanjuba está cadastrada no SNC desde 17 de setembro de 2013, segundo consulta realizada no portal do sistema. Por meio da lei 1641 de 06 de maio de 2014, a prefeitura oficialmente integra o SNC e cria mecanismos para incentivar o planejamento e à execução das políticas públicas culturais do município. Há menção da cultura como instrumento de dimensão econômica e social, a fim de fomentar grupos de várias diversidades a se organizarem, com o propósito de movimentarem à economia local e à cadeia produtiva. Essa lei constitui o principal instrumento para o

desenvolvimento cultural do município na qual estão apoiadas em diretrizes e ações discutidas com toda a sociedade.

3.2.5 Pirenópolis

Pirenópolis está localizada na mesorregião geográfica do Leste Goiano (Figura 2) com uma área territorial de 2.205 km² e densidade demográfica de 10,43 hab/km². A população estimada pelo IBGE (2016) apresenta 24.183 habitantes, a qual representa a posição 46 entre os municípios do estado de Goiás. A origem do seu território remonta à antiga capital do estado, quando em 1853 foi elevado à condição de vila com a denominação Meia Ponte. Em 1890, o decreto nº18 cria o município de Pirenópolis

Por ter sido antigo território do município de Goiás, muitas construções de Pirenópolis, como igrejas, ruas e casarões conservam características do século XVIII. O PIB de Pirenópolis está ranqueado na posição 78 entre os 246 municípios goianos no valor de R\$ 347,5 milhões em 2016. Um ponto levantado por esta pesquisa é o IDH-M do município apontar um índice de 0,693, o único dos municípios pesquisados a constar abaixo de 0,700 registrando um médio desenvolvimento. A expansão territorial de Pirenópolis é composta pelos seguintes aglomerados, segundo IBGE (2009): Bom Jesus, Goianópolis, Índio, Capela do Rio do Peixe, Radiolândia e Santo Antônio; um distrito: Lagolândia e dois povoados: Caxambú e Jaranópolis.

Situada próxima à Serra dos Pirineus, Pirenópolis conserva os recursos naturais do seu território como a principal atividade econômica do município. Inúmeras atividades culturais e artísticas são desenvolvidas no município, e sua proximidade com a capital federal, a fez ser um município referência em lazer, esporte e cultura. Desde 2000 acontece o Canto da Primavera, evento musical realizado em setembro, e que atrai visitantes de todo o Brasil para apreciarem a diversidade musical apresentada. Na literatura, a FLIPIRI - Feira Literária de Pirenópolis é um outro tipo de evento cultural na qual movimenta a economia local. Apresenta ainda como atividade cultural no Cavalhódromo de Pirenópolis, as batalhas entre os mouros (vestidos de vermelho) e os cristãos (azul e branco)³¹. São atividades culturais que

³¹ No século XVIII, motivada por novos conflitos religiosos, a rainha Isabel, de Portugal, instituiu uma representação teatral a ser encenada por cavaleiros. Introduzida no Brasil pelos padres jesuítas com a função de catequizar índios e escravos, a festa das Cavalhadas é uma tradição que, desde 1820,

fazem o comércio e conseqüentemente a economia local viver do turismo e da cultura regional. O município consegue ter uma agenda cultural efervescente, que o faz ser um ponto obrigatório para a cultura goiana e brasileira pela diversidade de apresentações culturais e artísticas e suas riquezas naturais.

Figura 7 - Mapa territorial do município de Pirenópolis



Fonte: Google Maps (2018)

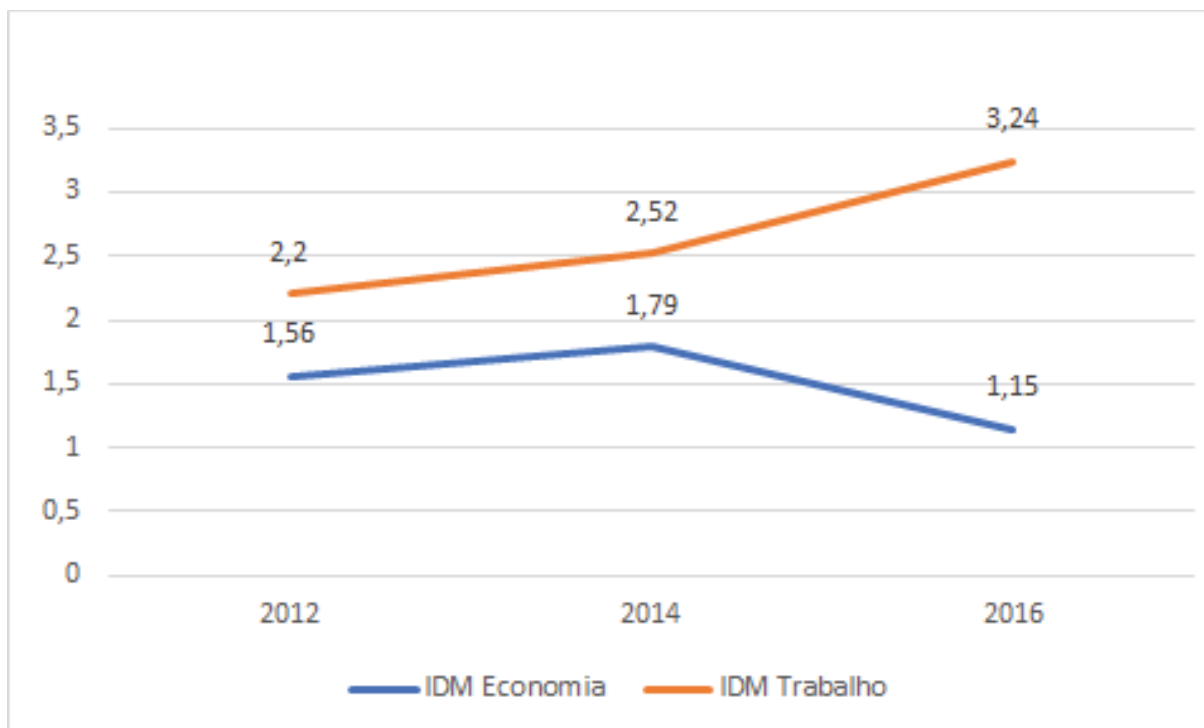
A Figura 7 demonstra a localização espacial do município de Pirenópolis e suas rodovias de acesso. O acesso é exclusivo por rodovias estaduais, na qual se pode chegar vindo de Goiânia pela GO 338, por Brasília pela GO 225 e GO 431 que liga Pirenópolis à BR 153. Fica distante de Goiânia e Brasília, aproximadamente 125 e 150 Km, respectivamente.

O gráfico 21 demonstra a evolução do IDM nas dimensões economia e trabalho, e a formalização de empregos em cada setor econômico. Talvez esses

mobiliza e emociona a população de Pirenópolis. Fonte disponível em: <<https://www.pirenopolis.com.br/folclore/550-cavalhadas-de-pirenopolis>>. Acesso em 30Dez2018.

dados possam retratar a potencialidade do município na promoção do desenvolvimento regional por meio da economia da cultura.

Gráfico 21 - Índice de Desempenho do Município de Pirenópolis – dimensão: Economia e Trabalho



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

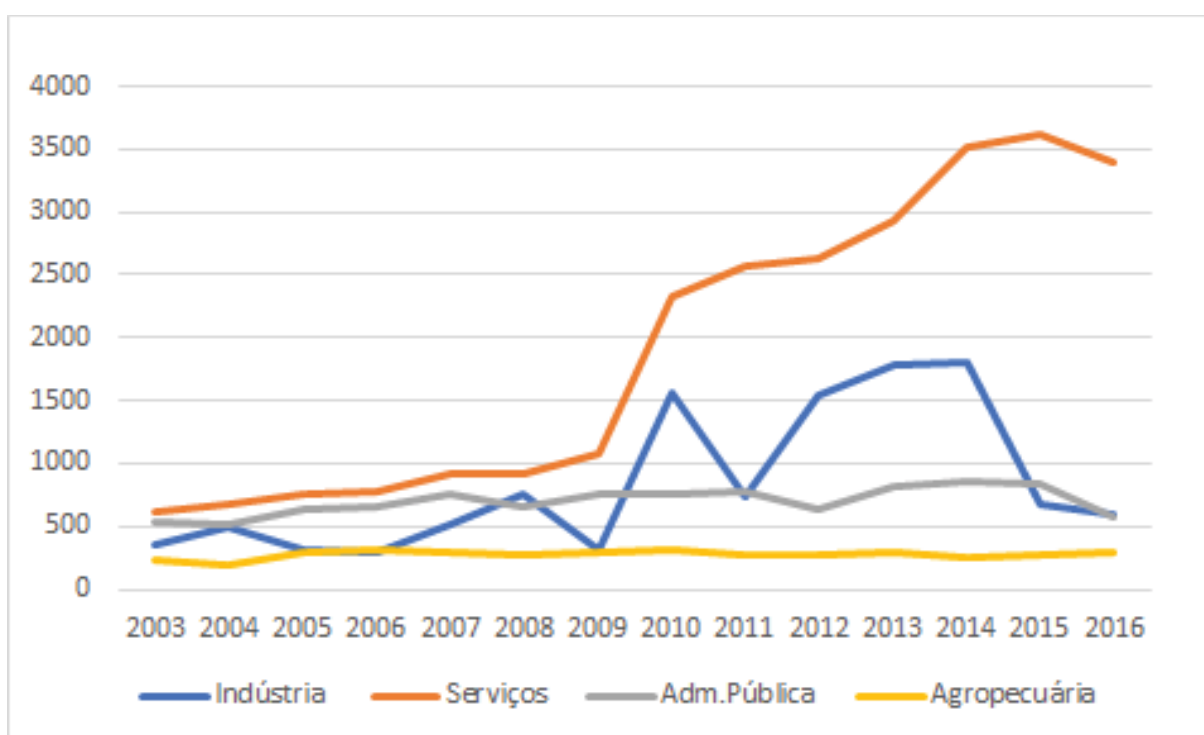
No mesmo gráfico 21, o município de Pirenópolis apresenta uma redução de 1,79 em 2014 para 1,15 em 2016, no IDM economia. Um dos fatores que ocasionou esta queda foi a diminuição do seu PIB entre 2014 e 2016, em quase 13% em valores totais. Na composição da receita municipal, os recursos próprios sofreram um recuo de 33,5%. Todas estas variáveis que compõem a dimensão economia do IDM mostrou, que mesmo municípios cujas atividades econômicas estejam ligadas ao turismo e à cultura acompanham a desaceleração que o Brasil enfrentou, principalmente, neste período de 2014 a 2016, cujo PIB brasileiro decresceu 7,5%.

Na dimensão trabalho, Pirenópolis teve o seu IDM em 2016 de 3,24 uma alta de 29% no seu desempenho se comparado ao período de 2012 a 2014. As variáveis que mais sofreram impactos positivos foram o nível de escolaridade dos trabalhadores que aumentou de 0,54 em 2014 para 8,13 e os empregos formais, excetuando a indústria, que mesmo na crise econômica se manteve estável. Na crise econômica cada município responde de uma forma seus indicadores. Pirenópolis teve uma

redução no IDM economia, mas conseguiu manter seus empregos formais no segmento de serviços, o qual constitui sua principal atividade econômica.

No gráfico 22 fica evidente a perda de empregos no segmento industrial durante o período de 2014 a 2016, uma redução de 67% dos empregos formais. O setor de serviços perdeu 3,6% dos seus empregos. Entretanto o município tem nas atividades ligadas ao serviço, seu maior potencial econômico. Em 2003 representava 36% da classe trabalhadora, e após 13 anos já alcançava 70% o número total de empregos formais.

Gráfico 22 - Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Pirenópolis

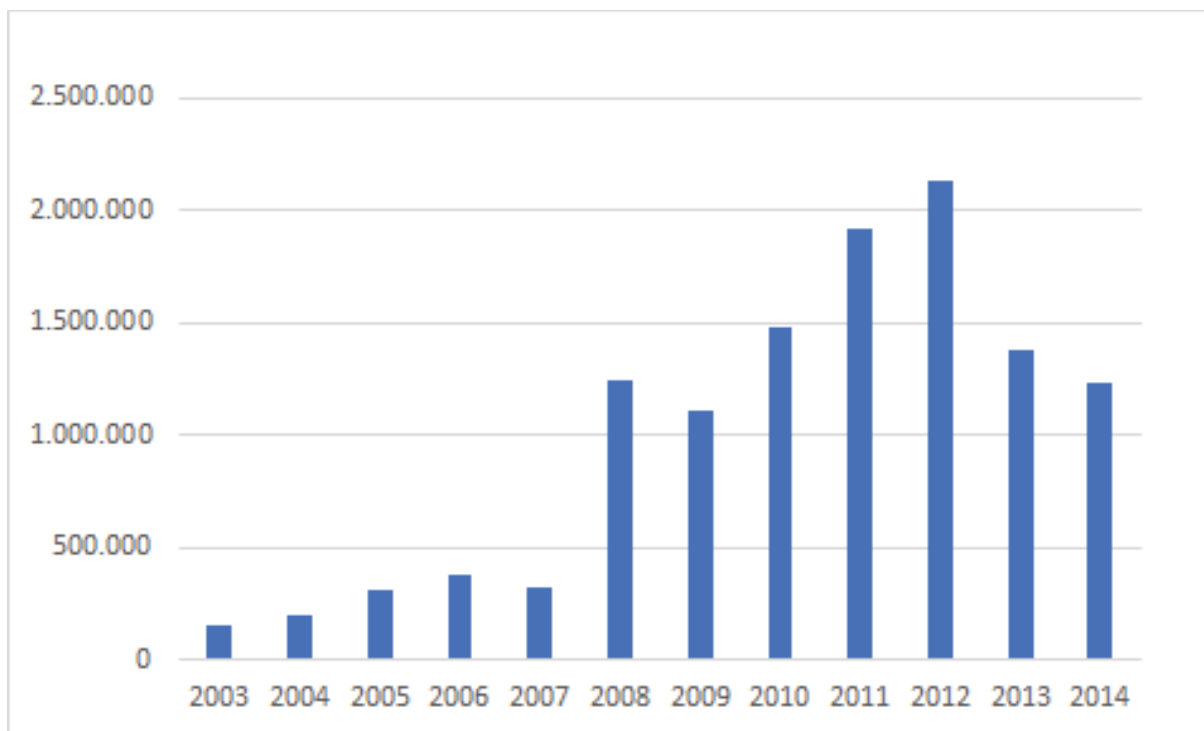


Fonte: IMB/RAIS Elaboração do autor

As despesas culturais do município apresentadas ao longo do período de 2003 a 2016 são retratadas no gráfico 23. No primeiro ano de análise 1,4% foram aplicadas em despesas relacionadas à cultura. Em 2008 representou 6% dos recursos gastos com cultura. O ano de 2012 representou o maior gasto municipal com cultura na ordem de R\$ 2 milhões, porém com percentual de 5%. Finalizou-se o período estudado com 2,6% das despesas culturais em relação ao montante da receita municipal. Consultas no portal da transparência do governo federal apontaram dois convênios no período de 2003 a 2016 no valor global de R\$ 224,5 mil referente à instalação de Pontões de

Cultura no município seguindo uma política pública cultural do governo federal de descentralizar recursos para a cultura.

Gráfico 23 - Despesas Municipais na função orçamentária cultura – Pirenópolis (2003-2014)



Fonte: IMB/Segplan. Elaboração do autor

O município de Pirenópolis está cadastrado e com convênio de cooperação³² homologado entre o MinC e a prefeitura no dia 28 de março de 2013. O Conselho Municipal de Cultura está constituído, inclusive há um decreto nº 2.950/17 renovando a composição desse importante instrumento, que tem a função de ouvir e deliberar as principais necessidades da cultura municipal. Entretanto não foi encontrado lei que cria o SMC em Pirenópolis. A ausência do plano municipal de cultura e do fundo minimizam a importância da cultura para o poder público e seus cidadãos.

De acordo com Durand (2013) as políticas públicas culturais no Brasil ainda são desarticuladas, incapazes de relacionar a questão do espaço e tempo a uma diretriz de fortalecimento da educação, da cooperação, do lazer e do turismo. Para ele o fomento ao desenvolvimento regional seria uma das possibilidades para consolidar o profissionalismo no mundo cultural.

³² Fonte disponível em:
<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=11&data=28/03/2013>>
Acesso em 13Jan2019.

Portanto após as análises nos municípios trabalhados nesta pesquisa pode-se observar que a economia local destes pequenos territórios sofre os mesmos efeitos de retração ou crescimento econômico de uma economia nacional. Percebe-se em todos os municípios despesas realizadas com a cultura local, porém os seus efeitos ainda constituem uma limitação na geração de uma melhor qualidade de vida, por meio da oferta de empregos e aumento no nível de renda.

3.3 Profissionalização do mercado cultural: uma alternativa de desenvolvimento regional

Ao trabalhar os dados oficiais obtidos pelo IMB (2016) do mercado formal identificou-se no segmento de artes e música 849 trabalhadores distribuídos por 16 entre 20 microrregiões do estado de Goiás, mas somente em Goiânia concentram 82% destes trabalhadores. Nos outros segmentos da economia criativa, o IMB mapeou 59.830 trabalhadores formais com concentração de 62% na capital do estado. Esses dados apenas confirmam a ideia de Reis (2011) na qual a economia cultural e criativa também está se desenvolvendo em espaços localizados copiando a industrialização. A autora prefere chamar de “bolsões de criatividade”, marginalizando o acesso à criatividade e inovação para os grandes aglomerados urbanos.

O potencial mercadológico da economia da cultura alcança vários segmentos econômicos adquirindo uma transversalidade, na qual bens e serviços criativos e culturais podem ser produzidos ou vendidos em qualquer setor da economia. O trabalhador criativo não necessariamente precisa estar vinculado à uma atividade econômica criativa ou cultural. Ele pode exercer este trabalho em empresas cujo segmento seja considerado tradicional da economia. Por isso há uma profusão de trabalhadores criativos e culturais que não são reconhecidos nem pela sociedade e tampouco pela legislação trabalhista brasileira, por não haver uma regulamentação destas novas profissões na legislação trabalhista.

O reconhecimento do mercado cultural está indissociavelmente ligado à profissionalização dos seus agentes culturais e ampliação da difusão e fruição de bens e serviços culturais nos territórios. Segundo Gallas *et al* (2018) para que haja desenvolvimento é preciso buscar um fortalecimento local e uma união de forças econômicas e sociais com todos os atores envolvidos, que neste caso são os trabalhadores culturais, poder público e sociedade.

A cultura pode ser utilizada como estratégia de promoção ao desenvolvimento regional dos municípios, caso o poder público adote políticas culturais, nas quais ajudem a desenvolver o sentimento de pertencimento de bens e valores simbólicos do seu território junto à sociedade. Mas, segundo Santos e Silveira (2014, p.297) para que haja um desenvolvimento local apropriado cada “região deve ser considerado um verdadeiro tecido no qual as condições locais de infraestrutura, recursos humanos [...] podem afastar ou atrair atividades em dado momento”. A importância da profissionalização dos trabalhadores culturais é um dos aspectos capazes de atrair eventos e produções culturais, capazes de gerar renda e emprego nos próprios municípios.

O MinC realizou um estudo inédito a fim de mapear o retorno financeiro dos recursos públicos aplicados em projetos pela Lei Rouanet. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2018 elaborou esse trabalho, na qual foi desenvolvida uma metodologia específica para a cultura. No final dos estudos apurou-se que a cada R\$ 1,00 de recurso público investido em projetos culturais, R\$ 1,59 são devolvidos para a sociedade em forma de empregos para a cadeia produtiva e conseqüentemente geração de impostos para o governo.

3.3.1 Entrevistas e análise com os trabalhadores da cultura nos municípios pesquisados

As entrevistas com os produtores culturais dos municípios trabalhados na pesquisa permitiram desenvolver análises que denotam a realidade vivida por esses trabalhadores das artes no interior do estado de Goiás. Como explica Freidson (1998, p.114) “muitas funções de trabalho têm características que não podem ser explicadas ou analisadas adequadamente [...] algumas ocupações existem e prosperam no mercado de trabalho externo, fora de empresas constituídas administrativamente”.

Esses argumentos reforçam as atividades desenvolvidas ao longo de séculos por artistas e que resistem por gerações. Muitas profissões ligadas à cultura são difíceis de se explicar para a população em geral. Nas entrevistas a questão da desvalorização profissional foi citada como um dos problemas para a profissionalização dessa categoria. Ao observar o relato dos entrevistados, a profissional Letícia do município de Alto Paraíso de Goiás afirma “que o mercado cultural na cidade está crescendo, embora lentamente e repleta de pessoas sem

formação adequada atuando no setor”. Ela é professora de carreira do estado, porém já atua há 38 anos dividindo sua profissão de docente com a de produtora cultural. A realidade da dupla função profissional foi encontrada na maioria dos entrevistados. Uma característica que se espalha pelos municípios, estados e país, e denota a falta de investimentos numa política de formação de agentes e artistas culturais com o objetivo de fortalecimento da carreira.

No município de Goiás foram entrevistados três trabalhadores culturais, sendo dois da área do circo e um do audiovisual. Leandro já trabalhou em companhias de teatro no município, mas atualmente desenvolve e produz filmes de curta metragem. Sua experiência na economia da cultura perfaz 19 anos. Para ele, mesmo o município sendo considerado Patrimônio Histórico da Humanidade poucos são os incentivos financeiros para os artistas locais. O entrevistado resume o seu pensamento sobre a produção cultural e artística no município de Goiás:

A falta de investimentos em cultura inibe o surgimento de novos cursos profissionalizantes e de graduação. Acaba de formar e não tem um campo para ser remunerado, para se manter. Não adianta ter cursos, pois não tem campo. O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) abriu um curso de Produtor Cultural para fazer o quê, se os grandes festivais já vêm com as pessoas de fora (Leandro, produtor de audiovisual em Goiás).

O FICA principal evento cultural do município de Goiás é um exemplo de produção que quase não aproveita mão de obra local, segundo o entrevistado Leandro. Outro entrevistado é Daniel artista e produtor circense e que atua há 13 anos na área cultural. Um dos seus argumentos durante a entrevista foi demonstrar sua insatisfação com o Poder Público municipal pelo pouco incentivo às produções locais, e que segundo ele “a prefeitura não cria mecanismos de cultura para incentivar o artista e o produtor, além de concorrer junto com a classe cultural nos editais de premiação oferecidos pelas políticas públicas culturais do estado”. Ele continua a sua fala ao citar que também os servidores das universidades instaladas no município e funcionários públicos municipais participam dos editais da cultura, o que para ele diminuem as chances de o profissional artista receber as premiações advindas destes editais de cultura. A representante do gênero feminino Caroline, a entrevistada do município de Goiás aponta que “nunca ouviu falar da SATED”, o sindicato que os representa. Ela continua a entrevista ao dizer que “a instabilidade, a falta de recursos e a ausência de planejamento do Estado com as previsões de repasses financeiros

dos editais públicos torna uma luta trabalhar com arte em Goiás”. Ela prossegue citando o caso específico das mulheres que trabalham com produções culturais: “é uma profissão informal; não tem possibilidade de ter licença-maternidade, por isso um menor número de mulheres; a instabilidade também atrapalha a entrada das mulheres”. Esse ponto de vista mostra que as políticas públicas, além das culturais precisam ser aprimoradas no intuito de promoverem à igualdade e à dignidade humana.

No município de Nova Veneza a entrevistada foi a produtora e professora aposentada Mariana, que atua há 12 anos nas produções culturais do município, principalmente no Festival Italiano de Gastronomia e Cultura. A entrevistada aponta a falta de apoio e de recursos públicos como um dos principais entraves para o desenvolvimento cultural:

organizamos um evento que depende de verbas públicas para ser executado. É preocupante o não envolvimento destes órgãos. Fica difícil existir o meio de desenvolvimento cultural e artístico sem as parcerias envolvidas. Não se tem políticas próprias de sustentabilidade nesta área sem o apoio financeiro de meios públicos (Mariana, produtora cultural de Nova Veneza).

Para esses entrevistados não há como desenvolver a cultura municipal sem o incentivo e apoio financeiro do ente público. Na visão dos entrevistados fazer cultura é muito caro, por isso se explica a dependência por recursos do Estado e da União. Ela foi outra entrevistada que desconhece o trabalho da SATED no estado de Goiás.

Dois entrevistados do município de Piracanjuba, sendo um do gênero masculino e outro feminino realizaram as entrevistas para esta pesquisa. O Carlos é o único dos entrevistados que possui um diploma de curso superior voltado para a produção de atividades culturais. Além do título de produtor, o Carlos atua com mais frequência no segmento de Teatro e tem uma experiência em cargos de gestão cultural no município de Piracanjuba. Ele traz outras informações:

Falta ainda a compreensão do nível econômico da cultura. O fazer cultural promove economicamente o lugar. Quando se entende que a cultura promove dinheiro fomenta recursos a visão da profissionalização seria diferente. Quando tiver esse entendimento a oferta e procura de cursos tende a aumentar. As pessoas têm uma visão muito limitada da cultura. Elas ainda confundem cultura como entretenimento. Infelizmente, o mercado ainda aceita essa dupla função. Talvez um mercado maior como Rio e SP essa realidade já pode estar mudando (Carlos, servidor público e produtor em Piracanjuba).

A Larissa é representante do artesanato, e tanto para ela como para seus colegas de classe, as políticas públicas nunca chegam a acontecer em pequenos municípios. Ela exerce uma dupla função profissional, trabalhando com o artesanato e exercendo um cargo público na Prefeitura de Piracanjuba. Ela é uma representante da comunidade dos quilombolas – descendentes de africanos escravizados - e explica como é desenvolver a cultura popular em Piracanjuba, num lugar onde o preconceito ainda é muito grande

Não é fácil falar de produção cultural dos quilombolas. Só tem exploração, pouca valorização, pela falta de conhecimento das pessoas sobre os saberes dos quilombolas. As mulheres são mais envolvidas nos quilombolas. Porém elas trabalham numa produção de fumo, em razão do artesanato não dar um bom retorno financeiro. O Sebrae chegou a oferecer cursos, mas elas não participaram devido à jornada de trabalho no fumo. Gostaria de não ter que precisar de outra fonte de renda. Mas infelizmente a política pública não investe neste projeto (Larissa, servidora pública e artesã em Piracanjuba).

O preconceito no Brasil, especificamente com algumas tradições culturais populares constituem um dos fatores que inibem o desenvolvimento da cultura como uma possibilidade de inserção social e diminuição das desigualdades regionais. A identidade material e imaterial de um povo precisa ser valorizado e respeitado.

E, no município de Pirenópolis dois entrevistados sendo um do gênero masculino, identificado como Mauro, e a outra do gênero feminino, identificada como Isadora. O Mauro dentre os entrevistados é o que tem maior experiência neste mercado cultural. São 46 anos produzindo cultura paralelamente à função de professor universitário e designer gráfico. Ao contrário dos demais entrevistados que entendem o papel do estado como fundamental para o desenvolvimento da cultura nos pequenos municípios, Mauro afirma que a cultura era melhor antes da entrada das políticas públicas:

Apesar de exercer alguma atividade identificada como tarefas da Produção, não me entendo como Produtor. Estou sempre envolvido com a produção e com Produtores. Um dos maiores problemas é o de relacionar a profissão quase que exclusivamente com os editais vinculados às leis de incentivo e fundos de cultura, que são, sem dúvida, uma das piores coisas que aconteceu ao mundo das artes e da cultura de modo geral (Mauro, professor aposentado e “agitador” cultural em Pirenópolis).

A Isadora trabalha no segmento musical em Pirenópolis e tem 10 anos de experiência como produtora e musicista. Ela demonstra que um dos motivos para a

desconfiança das pessoas com as artes e a cultura esteja ligada à falta de acesso às artes durante a educação:

Creio que em primeiro lugar pela instabilidade financeira, consequência da falta de valorização das artes, desde o ensino da disciplina na fase escolar até a dificuldade de inserção do artista no mercado profissionalmente, o que desanima muitas pessoas que até possuem vocação ou sonho na área, mas optam por uma carreira mais estável e rentável, ou que levam as artes como hobby ou como um segundo trabalho paralelo. A falta de investimento público na educação das artes e na promoção das artes como bem essencial ao desenvolvimento humano, acaba por desqualificar o segmento como atividade profissional (Isadora, produtora e musicista em Pirenópolis).

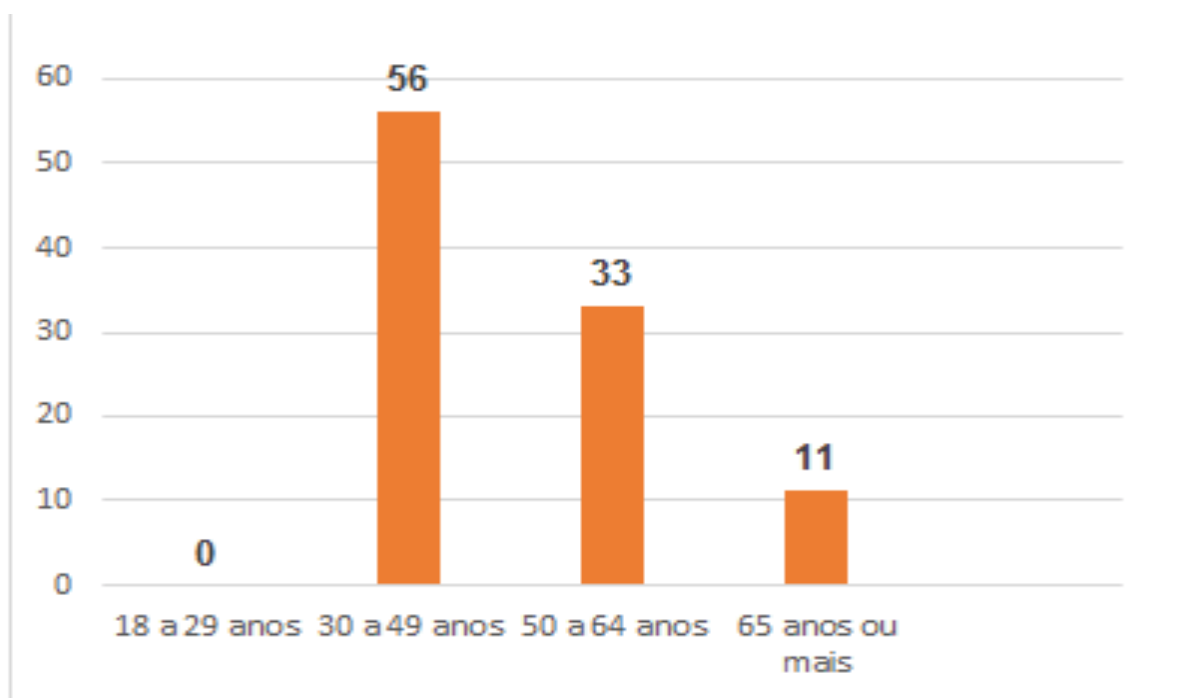
O Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos e Diversões (SATED) foi representado por seu diretor, Eduardo Souza, cuja responsabilidade é coordenar os profissionais na área das Artes Cênicas (Circo, Dança e Teatro). Para ele, o desconhecimento do sindicato é atribuído a não cobrança de profissionais qualificados e registrados para atuarem e produzirem. Citou os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais proíbem qualquer artista de trabalhar se não houver um registro profissional no sindicato. Outro problema levantado pelo diretor esbarra na não exigência de cursos de formação de ator e técnico cultural, e sim na experiência comprovada por meio de portfólios, reportagens de jornais e mídia eletrônica. E, o sindicato não cobra anuidade dos profissionais, por entender a dificuldade financeira enfrentada pela categoria, o que enfraquece o poder de fiscalização. Alega que a lei 6.533/78 precisa ser alterada para atender as novas exigências do mercado cultural. Na entrevista apenas um entrevistado confirmou saber da existência do SATED como representante legal da categoria.

Durante a realização das entrevistas constatou-se que por enquanto não há um estreitamento nas relações entre estes atores locais. Mas, todos reconhecem a importância da cultura como dimensão econômica, e cujas características podem elevar a qualidade de vida do cidadão, além de incentivar o crescimento da economia local.

Os dados obtidos com as entrevistas puderam retratar qualitativamente as dinâmicas nas quais os trabalhadores que produzem cultura nos seus municípios se comportam com os desafios impostos diariamente. A faixa etária destes trabalhadores conforme o gráfico 24, visualizou uma predominância de pessoas com idade entre 30 a 49 anos. Isso retrata uma classe de trabalhadores mais experientes e maduros o que não deixa de ser uma vantagem num mercado que precisa se consolidar

economicamente. A ausência de jovens mostrou uma deficiência na oferta de cursos de formação e qualificação, na qual os estimulem a trabalhar neste setor de atividades econômicas.

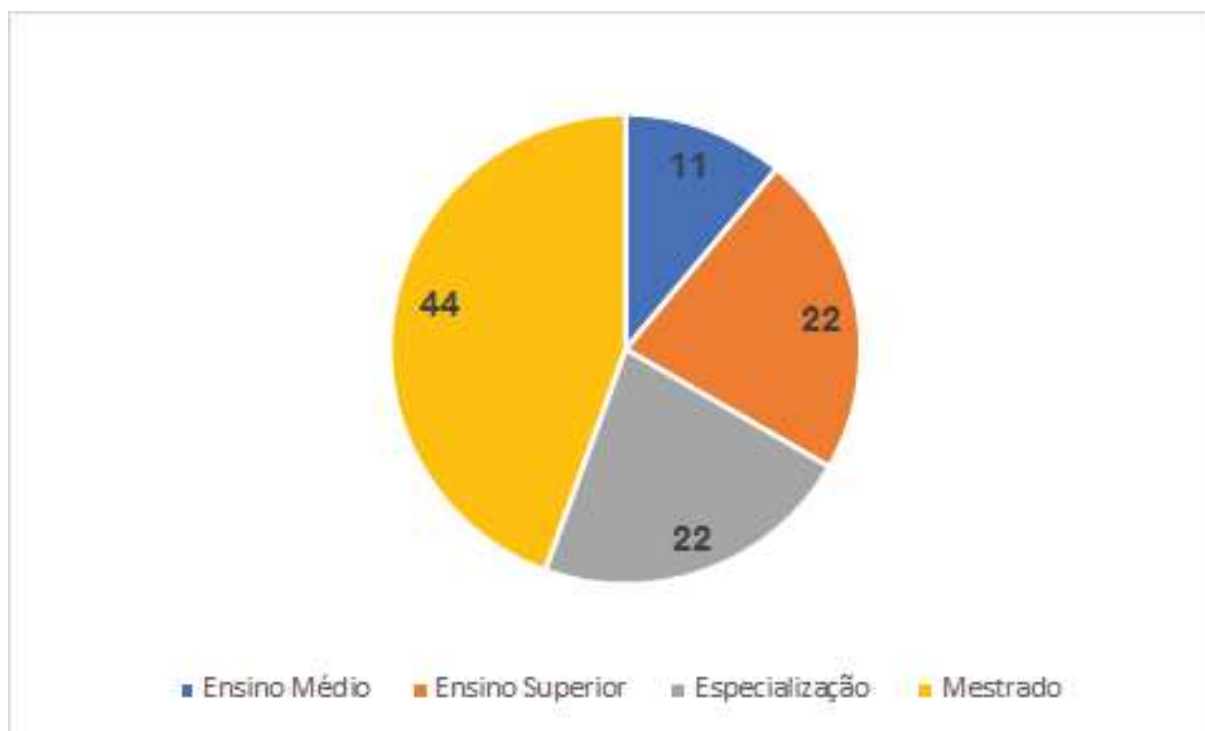
Gráfico 24 - Distribuição em (%) dos trabalhadores da economia da cultura por faixa etária nos municípios pesquisados



Fonte: Dados coletados na entrevista. Elaboração do autor

No gráfico 25 a distribuição destes trabalhadores por nível de instrução demonstrou um alto grau de especialização e politização. No gráfico anterior foi demonstrado uma faixa etária mais madura que trabalham com a arte, e neste gráfico apontou uma busca por qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, o que permite apontar uma classe de pessoas que conhecem os deveres e direitos do Estado e do cidadão perante à cultura. Apenas 11% destes entrevistados apresentaram ensino médio completo, os demais são graduados além de especializações, preferencialmente, nas áreas de história, cultura e patrimônio material e imaterial.

Gráfico 25 - Distribuição em (%) dos trabalhadores por nível de instrução nos municípios pesquisados

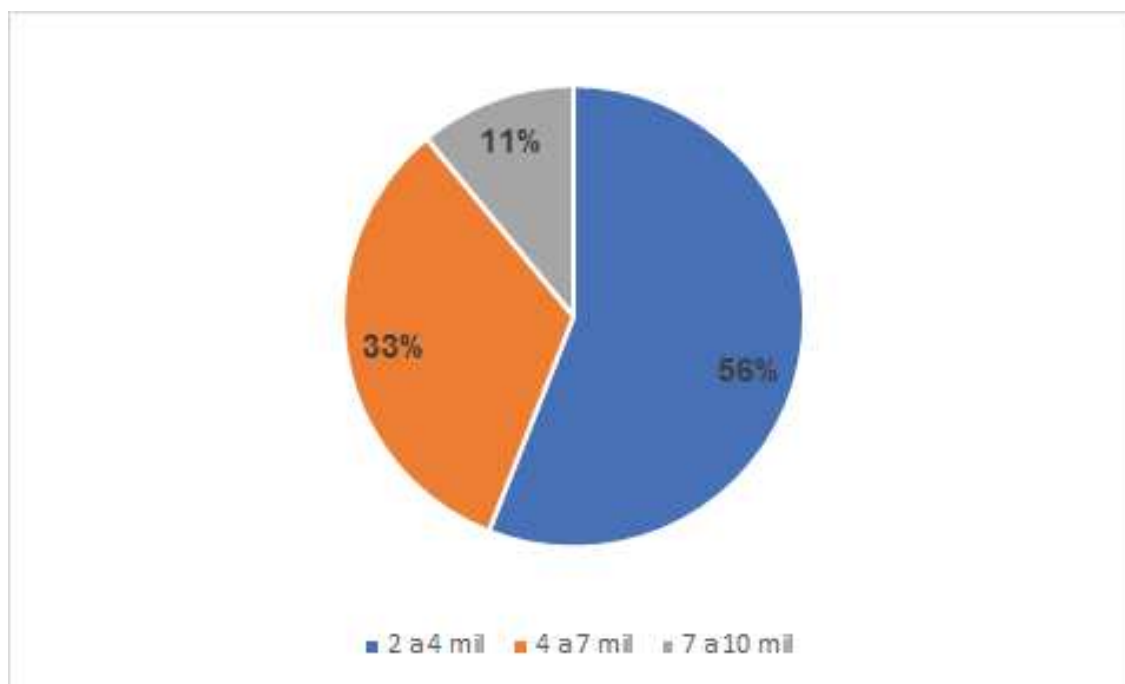


Fonte: Elaboração do autor

Também pode-se destacar uma dificuldade dos artistas em estabelecerem um rendimento mínimo de cachê cobrado por uma atividade desenvolvida. “Não raro o preço que ele julga justo para refletir seu valor cultural é incompatível com o que o mercado lhe atribui como valor econômico” (REIS, 2007, p.24). Desse modo não há um valor mínimo a ser cobrado nas negociações o que gera uma depreciação do mercado profissional.

O rendimento desses trabalhadores apresenta no gráfico 26 uma remuneração média acima dos R\$ 2.397,96 que segundo o IMB (2016) é a média do mercado goiano. Nesta análise cabe esclarecer que nem todos os meses existem trabalho cultural nestes municípios, e muitos são convidados para se apresentarem ou produzirem eventos artísticos e culturais em outros municípios ou estados. A pesquisa apontou que 56% dos trabalhadores têm rendimentos médios mensal entre 2 a 4 mil reais.

Gráfico 26 - Rendimento médio mensal dos trabalhadores culturais nos municípios pesquisados



Fonte: Dados coletados na entrevista. Elaboração do autor

O desenvolvimento profissional da classe artística e cultural se torna um critério para a promoção da cultura nos municípios pesquisados. As políticas públicas precisam ser trabalhadas em cursos de formação, com o objetivo de conscientizar não só os trabalhadores, mas os moradores destas localidades da importância da profissão do artista, seja em qualquer linguagem artística. A conexão entre gestor público, artista e cidadão é indispensável para a solidificação da economia da cultura nos municípios.

3.4 Resultados apurados

Os indicadores que compõem as dimensões economia e trabalho dos índices de desempenho dos municípios foram testados nos cinco municípios escolhidos para esta pesquisa. Os resultados apurados serviram de comparação e mais também de análises locais e nacionais do ambiente no qual estão inseridas essas localidades. Para que haja um incentivo para estimular o desenvolvimento regional nessas localidades é preciso tratar esta questão numa perspectiva de interação com o seu território e com os atores locais, porém numa escala global do sistema econômico e do mundo do trabalho.

O desenvolvimento territorial segundo Dallabrida e Agostini (2009, p.26) “está condicionado ao desenvolvimento contemporâneo de cada sociedade aos seus aspectos culturais, naturais, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos”. Os resultados apresentados a seguir refletem as particularidades de cada local e a sua inserção geográfica nas mesorregiões, por entender que estes municípios são influenciados por um conjunto de fatores não só locais, mais também se acrescenta os fatores regionais e nacional para compreensão dos resultados apurados.

O município de Alto Paraíso de Goiás se destacou por seu desempenho no IDM Trabalho seguido por Pirenópolis. Mesmo que no IDM economia, estes dois municípios tenham apresentado queda nos seus índices, isto mostra, que no caso deles, com um forte apoio cultural e turístico do poder público e da sociedade, o desempenho nos índices de trabalho são menos suscetíveis aos ciclos econômicos pelo qual o Brasil atravessou nos últimos anos. Ao analisar por segmento econômico as atividades desenvolvidas em cada município, apurou-se que os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Goiás e Pirenópolis apresentaram em 2006, respectivamente, 40%, 51% e 38% de empregos formais no setor de serviços. Após dez anos essa participação cresceu para 70% nos três municípios. O que nos mostra o crescimento da participação do setor cultural e turístico na movimentação da cadeia produtiva das localidades. Em Nova Veneza houve uma redução nesse período de 54% para 33% a participação do setor de serviços na geração de emprego, e Piracanjuba apresentou aumento de 28% para 53%.

Uma variável na qual se destacou foram as taxas de crescimento geométrico populacional dos municípios pesquisados. No estado de Goiás, as taxas em 2010 e 2016, apresentaram índices de 1,84 e 1,83, respectivamente. Uma estabilidade no crescimento populacional acompanhando a média nacional. Entre os municípios pesquisados, Nova Veneza foi o único que apresentou taxa de crescimento geográfico maior que a média do Estado em 2,4. Por estar localizado na RMG, segue uma tendência de alta se comparado com municípios do mesmo porte que estão inseridos igualmente na RMG. Os demais com exceção do município de Goiás mantiveram uma tendência de estabilidade no crescimento populacional na mesma média do estado de Goiás.

O município de Goiás, pelo contrário, apresentou índices negativos nas suas taxas de crescimento. Nos anos de 2010 e 2016, o índice apresentou negativo em 0,31 e 0,92, respectivamente. Esse dado preocupa, pois, o município tem

investimentos robustos em cultura, nos três níveis de governo, um calendário extenso de atividades culturais e artísticas e três *campi* universitários. A possibilidade de acontecer esse fenômeno, pode estar relacionado à migração da sua população para os maiores aglomerados urbanos em razão do alto nível de escolaridade, e por estas universidades pouco dialogarem com as dinâmicas econômicas e sociais do município. E Pirenópolis mesmo tendo se destacado no IDM trabalho, o seu IDH-M está abaixo da faixa de 0,700, o único a apresentar um índice médio de desenvolvimento dentre os municípios pesquisado. O município de Piracanjuba teve o melhor desempenho entre os cinco pesquisados, no IDM economia, em consequência, do aumento das suas receitas próprias e do seu PIB.

Essa constatação retrata a discussão deste trabalho, no qual o crescimento não está vinculado ao desenvolvimento. Para estimular à economia do município, uma das hipóteses é levar para discussão entre os atores sociais, a possibilidade de desenvolver a cultura, como instrumento de desenvolvimento e crescimento local, respeitando as individualidades e as características culturais, sociais e regionais destes municípios.

Castro (1996) explica que numa economia, a incorporação de novas tecnologias e as suas transformações culturais e sociais advindas da modernização global, impõe ao território uma nova dinâmica territorial em decorrência dessas novas relações mercadológicas e sociais frutos da globalização. Aos pequenos municípios é de fundamental importância a união de toda classe política e privada para que juntos consigam pensar em soluções empreendedoras respeitando as suas características locais, porém de forma integrada as novas dinâmicas da economia global.

Nova Veneza, dentre os cinco municípios pesquisados é o único que apresentou um domínio do setor industrial na geração de empregos, ao invés, do segmento de serviços. Em 2006, a porcentagem de empregos formais estava em 25%, e após dez anos subiu para 56%. Esse fenômeno pode ser explicado pela proximidade da capital do estado de Goiás que sofreu um processo de industrialização apoiada pelas políticas de incentivo fiscal. Durand (2013) explica esse crescimento do setor de serviços que atualmente representa a maior produção de riquezas econômicas para o Brasil é fortalecido pelas exportações.

Vive-se em um mundo cuja dinâmica está cada vez mais assentada no setor de serviços. Nesse universo está o Brasil, cuja economia apresenta uma tendência relativa à desindustrialização, com expansão das *commodities* na

pauta de exportações. O processo deve ser invertido, mas não se sabe exatamente como, tendo em vista, entre outros, a concorrência internacional. [...] O Brasil deve ao contrário, fomentar a produção de bens com alto valor agregado, precisa conhecer suas vantagens competitivas, e só pode fazê-lo se conseguir detectar cadeias e arranjos produtivos locais com potencial de crescimento (DURAND, 2013, p.129-130).

Para o autor o desenvolvimento de produtos que gerem um alto valor agregado, ou seja, que possa ser perceptível aos consumidores o seu diferencial e a sua qualidade, são elementos que podem promover às pequenas economias locais com seus produtos e serviços vindos da cultura e do tradicionalismo regional. Observou-se que todos os municípios pesquisados apresentam características que possibilitam o incremento desses produtos e bens de serviços voltados para a economia da cultura. Mas a ausência de uma política de articulação entre os municípios numa escala regional compromete o desenvolvimento econômico local. A criação de uma rede baseada numa economia colaborativa e cooperativa podem ser instrumentos para o surgimento de arranjos produtivos locais, voltados para à criatividade e à inovação cultural.

As políticas públicas na cultura evidenciaram um avanço na formulação e na inserção deste dever do Estado em âmbito municipal. Porém essas políticas ainda são bastante tímidas em nível local para estimular o desenvolvimento do município. Para estimular o desenvolvimento as políticas públicas precisam promover o processo de descentralização da produção, difusão, acessibilidade e distribuição de produtos e serviços culturais, ampliando a sua capacidade de atender os diversos atores sociais reconhecidos pela sua expressão artística de determinada região urbana e regional (CUNHA, 2007).

Com a aprovação do SMC em Alto Paraíso de Goiás, Goiás, Piracanjuba e Pirenópolis, o município traz essa temática da cultura para dentro da administração pública municipal, numa dimensão que vai além do entretenimento e da diversão. Apenas Nova Veneza não foi identificado aprovação do SMC do município pelo MinC e nem leis aprovadas.

Ao se pensar num novo desenvolvimento regional apoiado pelas rápidas e constantes transformações que impactam as relações políticas e sociais, Dallabrida e Zimmermann (2009, p.5) apontam a “cooperação intermunicipal como uma alternativa viável para o desenvolvimento e execução de projetos e ações nos quais, por exemplo, os pequenos e médios municípios, de forma isolada, não teriam estrutura técnica e financeira para viabilizar sua implementação”. A ideia de consórcio

intermunicipal tem na CF federal de 1988 instrumentos necessários para promover à união de municípios em prol de objetivos ou necessidades em comum. Entretanto são necessários o envolvimento e a cobrança pela sociedade na formatação, por exemplo, de um consórcio intermunicipal da cultura, que envolvam municípios da mesma região e com características similares para ações culturais que induzam o desenvolvimento e a economia local e regional.

Por fim, este capítulo pode trazer à tona um panorama dos municípios envolvidos nesta pesquisa, e nos quais apresentaram fenômenos que puderam ser trabalhados para entender as dimensões de economia e trabalho numa relação com o desenvolvimento regional por meio da cultura local. Como dito, as políticas públicas especificamente, as de desenvolvimento regional e cultural precisam ser aperfeiçoadas para que se atinja desde uma escala nacional até local, proporcionando à integração do território e o fortalecimento das economias locais gerando emprego e renda para os seus cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa economia globalizada as dinâmicas culturais, econômicas e territoriais numa escala local e regional disputam espaço e relevância com os mercados globais. A massificação do uso das tecnologias de informação e comunicação proporcionaram à sociedade esse contato com culturas de diversos países. Esse trabalho acadêmico tentou contribuir para uma reflexão dos atores sociais e políticos locais, a fim de valorizar os seus recursos materiais e imateriais oriundos das tradições territoriais e culturais, a favor de um desenvolvimento regional que possa estimular à melhoria da qualidade de vida e do crescimento econômico nesses pequenos municípios.

Essa valorização dos costumes e hábitos culturais locais como instrumento de promoção ao desenvolvimento tem sido gradual e lento nos municípios envolvidos nessa pesquisa. A ausência da profissionalização desses atores sociais locais envolvidos com a economia da cultura é um fator que contribui para esse lento desenvolvimento econômico e social. Atuar nessa atividade como explica Brant (2009) é exigir desse profissional conhecimentos que vão além dos específicos da cultura. É entender o mercado que está inserido, numa visão holística e crítica, que o faça dialogar com todas as partes envolvidas nessa cadeia de produção.

As entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores da cultura nos municípios dessa pesquisa comprovou que falta ao profissional esse entendimento global do mercado no qual ele está inserido. Por meio dos resultados colhidos nas entrevistas percebeu-se à ausência de projetos voltados para a formação e qualificação da classe cultural. Paradoxalmente alguns entrevistados são pessoas com formação superior e alguns até com título *stricto sensu*, mas sem uma formação específica que abarcam conhecimentos de mercado e trabalho que afetam o desenvolvimento cultural.

Outro ponto a ser abordado na profissionalização dos trabalhadores em cultura e que foi identificado nas entrevistas semiestruturadas é o trabalho individual exercido por esses trabalhadores. Essa situação inibe o crescimento da cultura como atividade econômica e social. O investimento na profissionalização desses agentes culturais permitirá à construção de um diálogo político que possibilite à união de forças da sociedade local. Propor alternativas para o desenvolvimento local e regional dentro deste século é um dos desafios que enfrentam os gestores políticos e sociais, principalmente em pequenos municípios.

As políticas públicas culturais estabelecidas na CF de 1988 e posteriormente em estados e municípios é um desses instrumentos capazes de promover o desenvolvimento local de maneira integrada entre as regiões. Seja por meio da promoção da diversidade cultural e da formação de uma identidade local e regional, as políticas públicas implementadas por estados e municípios precisam “ultrapassar os limites da pasta da cultura e envolver o setor privado e a sociedade civil” (REIS, 2007, p. 140) na intenção de aperfeiçoar esse instrumento político num contexto de coletividade e união entre os atores locais.

No cenário trabalhado por esta pesquisa envolvendo as políticas públicas culturais municipais, percebeu-se a ausência dessa união entre os agentes públicos e privados na intenção de propor projetos inovadores para o segmento cultural local. Os planos municipais de cultura seguem um mesmo formato e pouco se relacionam com as especificidades regionais e locais desses municípios. A cultura com todas as suas variáveis envolvidas permite, como afirma Reis (2007), a transversalidade da cultura em outras áreas e atividades englobadas pelas demais políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Sem essa integração não há sustentabilidade para se promover o desenvolvimento em municípios e regiões.

A integração territorial, social e política entre os municípios fortalece o desenvolvimento de atividades culturais e sociais, e como afirma Santos e Silveira (2014) o uso desses serviços, que não necessariamente precisam ser materiais, facilitam à convivência das modernas formas de cultura promovendo verdadeiros círculos de cooperação. O avanço dessa integração além dos limites territoriais dos municípios estimula à troca de experiências, conhecimentos e inovações tornando possível o uso desses territórios combinados com práticas que estimulem à cultura regional.

Ao se levar em consideração os municípios desse trabalho, nenhum deles exercem uma soberania hierárquica regional dentro das suas mesorregiões. Por se tratar de localidades com menos de 30 mil habitantes, existem outros municípios dentro das mesorregiões que exercem o poder de centralidade e influência sob os menores municípios. Porém a criação de um consórcio ou de associações intermunicipais é uma possibilidade para os pequenos municípios saírem de uma escala local para uma microrregional. Além de conservarem os seus interesses locais podem agir de forma colaborativa e cooperativa, especificamente no desenvolvimento da cultura local. De acordo com Durand (2013) os municípios por estarem mais

próximos da realidade do cidadão são considerados as instâncias mais sensíveis às artes e às minorias que compõem a sociedade.

Esse novo papel da cultura como estratégia de desenvolvimento regional permitem aos municípios propor projetos e empreendimentos culturais para alavancarem à economia local. Porém observa-se nesses pequenos municípios uma ausência de infraestrutura institucional e de governança que os inibem propor projetos culturais que contemplem à diversidade cultural e à identidade local. Poucos são os empreendimentos culturais que valorizam à identidade e às características locais. Segundo Reis (2007) esse processo de exclusão das minorias e das suas manifestações culturais é resultado dos privilégios obtidos pelas elites nacionais vindas dos séculos passados. Além disso, a falta de pessoas qualificadas nesses municípios para pensarem e trabalharem alternativas para a promoção do desenvolvimento regional ficou bem evidente, ao constatar que os esforços do poder público e da sociedade ainda continuam na questão industrialização para alcançar uma qualidade de vida e bem-estar social.

Dentre os cinco municípios pesquisados apenas Alto Paraíso de Goiás e Nova Veneza apresentaram empreendimentos culturais que valorizem às suas origens e tradições. Especificamente em Nova Veneza não acontece uma política de valorização contínua do empreendimento cultural ao longo do ano. Ao contrário de Alto Paraíso de Goiás que mantém a tradição e o resgate dos seus bens materiais e principalmente imateriais em contínua atividade e exibição.

Essa situação permitiu verificar através de dados e indicadores que compõem os índices de desempenho dos municípios, particularmente, nas dimensões economia e trabalho, que o município de Alto Paraíso de Goiás apresentou um dos melhores indicadores nessas dimensões no período analisado. Essa valorização da cultura local não acontece de forma isolada. O município de Alto Paraíso de Goiás, por exemplo, recebe vários turistas e visitantes de outros lugares do mundo, e esse hibridismo cultural vindas de outras culturas transforma o município numa referência cultural não somente em escala regional e nacional, mais também global. Para Brant (2009) esse reconhecimento e valorização da herança cultural possibilita uma identificação com outras culturas e modos de vida. Apesar de estar localizada na mesorregião norte do estado de Goiás, com IDH de 0,671 considerado de médio desenvolvimento e com o segundo pior PIB *per capita* entre as demais mesorregiões, Alto Paraíso de Goiás se destaca pelo fortalecimento da cultura como instrumento de desenvolvimento regional.

Como defendem Pimentel e Rocha (2017) os novos paradigmas sociais vem trazendo para o centro do debate a cultura baseada na construção de uma consciência social e no acompanhamento e implantação das políticas públicas como resposta aos anseios da população. O desafio a ser colocado no processo de formulação e compreensão do desenvolvimento, a partir de uma escala local é o de especificar e entender como funcionam as relações entre os atores sociais, as particularidades municipais, os debates e quais os resultados apresentados utilizando o território como espaço para a construção de análises que busquem integrar os diferentes segmentos da sociedade civil e política numa abordagem que contemple a gestão territorial.

Verificou-se ao longo deste trabalho que a cultura fornece estímulos necessários para a promoção do desenvolvimento local. E o mercado de trabalho, principalmente, nos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis mostraram crescimento, e no qual configuram um ambiente propício para o desenvolvimento de novas ocupações específicas para a área cultural, sendo atividade econômica predominante nesses municípios, hipóteses levantadas na introdução.

A problematização da pesquisa questionava qual a relação das atividades culturais desenvolvidas nos municípios pesquisados exercem sobre a economia local e de que modo o mercado de trabalho se comporta na geração de emprego e na profissionalização da classe cultural, e até que ponto a falta de articulação política e cultural entre os entes federativos impedem as políticas públicas de desempenharem o seu papel de formulador e executor dos programas e ações culturais nos pequenos municípios de Goiás. De acordo com Brant (2009) é preciso entender a economia da cultura como um processo de transformação e desenvolvimento numa perspectiva promissora, embora atualmente incipiente. Os impactos das atividades culturais nesses pequenos municípios partiram de duas observações anotadas ao longo do trabalho: i) a ausência de colaboração e cooperação entre os atores sociais e políticos impedindo o estímulo local ou microrregional da cultura na economia; ii) as políticas públicas municipais deveriam promover o desenvolvimento regional, porém o descompromisso dos atores políticos com a execução dessas políticas públicas afeta o desempenho dos trabalhadores culturais, além da não valorização dos recursos materiais e imateriais e das tradições da cultura local.

O poder público municipal apesar de todos os esforços na busca de estratégias para desenvolver a economia local, falha ao não considerar a cultura como uma dimensão econômica e social. Não tem como promover o desenvolvimento sem

dialogar no mínimo numa escala regional com os demais municípios e traduzir esses diálogos em programas e ações articulados com outros locais e na cooperação e articulação com as demais políticas públicas municipais.

Os desafios da economia da cultura para a promoção do desenvolvimento regional ultrapassam a negação da cultura como alternativa para o desenvolvimento. A certeza agora é provocar o debate de como e em que forma essas novas atividades econômicas serão exploradas e utilizadas com o objetivo de gerar renda e emprego no município de maneira sustentável. O papel de estrategista na formulação de planos de desenvolvimento e crescimento local são dos municípios. A importância da integração e da união dos seus *stakeholders* constituem peça fundamental para a elaboração de um planejamento discutido com base nas vocações e nas habilidades dos seus moradores e do seu território.

Afinal, ao propor esse tema buscou-se uma apropriação da cultura além do entretenimento e da diversão. Discutir cultura é aprofundar o debate acerca da profissionalização da classe cultural e das inúmeras possibilidades de se trabalhar a cultura numa perspectiva de desenvolvimento. A preocupação com os pequenos municípios e os seus desafios para o novo século baseou-se no registro de que aproximadamente 80% dos 246 municípios goianos têm população abaixo dos 30 mil habitantes. São economias que, às vezes, dependem de uma única indústria instalada no município ou da administração pública como fomentadora da economia local. Sem perspectivas de empregos nos pequenos municípios é natural o fluxo migratório para os grandes centros urbanos, aumentando a demanda por atendimentos nos serviços públicos.

Essa foi a razão deste trabalho e espero que possa contribuir como fonte de informações e estratégias para os gestores públicos, sociedade, estudantes e profissionais da cultura. Num país multicultural como o Brasil, é importante que estes atores sociais e políticos comecem a perceber que a economia da cultura pode ser uma alternativa para promoverem o desenvolvimento local e também intermunicipal, ao valorizar os municípios vizinhos construindo uma rede de conexões com o objetivo comum de movimentar a economia e o trabalho gerando renda e emprego para seus munícipes.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP; n. 10, p.52, 1997

_____. COUTO, Claudio Gonçalves. **O impasse da federação brasileira**: o cenário político-financeiro e as suas consequências para o processo de descentralização. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 1996.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 99-138, 1985.

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

ARRIEL, Marcos Fernando; CASTRO, Sérgio Duarte. A dinâmica da indústria goiana (1996-2012), **Revista de Conjuntura Econômica Goiana**, Dezembro, nº 31, p. 18-34, 2014.

AVELAR, Rômulo. **O avesso da cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 3.ed. Belo Horizonte (MG): Ed. do Autor, 2013.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, 1999.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; CAVALCANTI, Marcelo Antunes. Ações da SUDECO no desenvolvimento do Centro-Oeste no estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 31, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2011.

BAYARDO, Rubens. A gestão cultural e a questão da formação. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 6, p. 58-65, 2008.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms, trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. Cotia (SP): Ed. Ateliê, 2007.

BOAVENTURA, Maria Eugênia da Gama Alves. **22 por 22**. a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos. São Paulo: EDUSP, 2000.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. 2010.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 107, p. 57-76, 2011.

_____. *et al.* **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. 2004.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. LEI 6.533, de 24 de Maio de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências**. Brasília, DF. Fonte Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm>. Acesso em 30Out2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. **Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. Versão de junho de, 2008.

_____. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Texto para discussão EESP/FGV**, v. 157, 2006.

_____. Do Estado patrimonial ao gerencial. **Letras**, v. 222, p. 259, 2001.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 31, 2003. p.161-181.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Vieira, 2003.

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos econômicos**, v. 15, n. 2, p. 291-306, 1985.

CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, n. 1, 2008.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO. **Distrito Industriais** Fonte disponível em: <http://www.goiasindustrial.com.br/projetos/distritos_industriais/>. Acesso em 11Jan2019.

COSTA, Leonardo Figueiredo. **Profissionalização da organização da cultura no Brasil**: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais. 2011. 239 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. 239 p.

CUNHA, Maria Helena Melo da. **Gestão cultural**: profissão em formação. Belo Horizonte (MG): Duo Ed., 2007.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto **Teoria e prática da gestão cultural**. Fortaleza: UNIFOR, 2002.

DALLABRIDA, Valdir Roque; COVAS, Maria das Mercês Cabrita Mendonça; COVAS, António Manuel Alinho. Inovação, Desenvolvimento e Espaço Urbano: uma relação necessária mas não suficiente. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v. 19, n. 2, p.360-378, 2017.

_____. *et al.* Com erva-mate não se faz só chimarrão! Situação atual e perspectivas de inovação no setor ervateiro do Planalto Norte Catarinense. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 2, p. 247-273, 2016.

_____. FERRÃO, João. Governança territorial em arranjos cooperativos institucionais e organizacionais: aportes teórico-metodológicos e avaliação de experiências brasileiras e portuguesas. **XIII Seminário Internacional RII**, 2014.

_____. Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, 2011.

_____. AGOSTINI, Cíntia. Desenvolvimento local e regional em questão: uma compreensão a partir do enfoque de uma Economia Política Neogramsciana" do desenvolvimento contemporâneo. In: **Desenvolvimento em Questão**. Unijuí, ano 7, n. 14, jul/dez, p. 9-41, 2009.

_____. ZIMERMANN, Viro José. Descentralização na gestão pública e estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios intermunicipais. **Revista brasileira de Gestão e desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, 2009.

_____. RUGARD SIEDENBERG, Dieter; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, v. 2, n. 4, 2004.

DIAS, Patrícia; SANTOS, Janio. Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI/Bahia, 2012. **Série estudos e pesquisas**, v. 94.

_____. Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Estratégia de turistificação de pequenas cidades: Reflexões a partir de alguns estudos de caso Salvador: SEI/Bahia, 2012. **Série estudos e pesquisas**, v. 94.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DURAND, José Carlos. **Política Cultural e Economia da Cultura**. Cotia (SP): Ed. Ateliê; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil (2014)** Fonte Disponível em:

<<http://www.firjan.com.br/economicriativa/download/mapeamento-industria-criativa-sistema-firjan-2016.pdf>> Acesso em: 10Abr2018

FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). **XIX ENGA, São Paulo**, p. 1-27, 2009.

FURTADO, Celso *et al.* Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. **Brasil: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1979.

FREIDSON. Eliot. **Renascimento do Profissionalismo**: teoria, profecia e política. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Ed. USP, 1998.

GALLAS, Juliana Cristina *et al.* O Papel dos Ativos Territoriais e da Inovação no Desenvolvimento de Cidades Criativas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Vozes, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil**. Fonte: Disponível em

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN>. Acesso em: 14Nov2017.

_____. Sistema IBGE de recuperação automática: SIDRA. **Banco de dados agregados**. Fonte Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>, 2015>. Acesso em: 20Out2017

_____. **Estimativas de População 2018**. Fonte Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 14Out2018.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB. **Goiás em Dados 2014**. Fonte Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/viewnot.asp?id_cad=1209&id_not=3>. Acesso em: 05Jan2018

_____. **Índice de desempenho dos municípios**. Fonte Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 22Jun2017

_____. **Painel das Profissões 2018** Fonte Disponível em: <<http://profissoes.imb.go.gov.br/profissoes/view/mercado.php>>. Acesso em: 15 Jun2017

_____. **Caracterização da Economia Criativa em Goiás**. Informe Técnico n.10/2018 Fonte Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2018/10-caracterizacao-da-economia-criativa-em-goias-201806.pdf>>. Acesso em: 30Set2018

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**; tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. 2018.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e debates**, v. 25, p. 12-29, 1988.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, p. 15-41, 2010.

MACHADO, Rosi Marques. Da indústria cultural à economia criativa. **Revista Alceu**, v. 9, n. 18, p. 83-95, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Marcos José. Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa – Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

_____. - MINC. **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma, opção de desenvolvimento. – Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc ; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p

_____. - MINC. **Gestor público britânico defende criatividade na economia** – Fonte disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/gestor-publico-britanico-defende-criatividade-na-economia/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fo-dia-a-dia-da-cultura%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_waaE236Oves2%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1> Acesso em: 30Out2018

MOYSÉS, Aristides. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965, 240 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. S.d. Disponível em:

<nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 02Jan. 2019.

PARADA, Adriana; LOBO, Guilherme Augusto Alcantara. Classificação das Estatísticas e Cifras Culturais em Goiás. In: **VII Seminário Internacional Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro, 2016.

PIETRAFESA, Pedro Araújo. **Engajamento Parlamentar no Processo de Formulação de Políticas Públicas do Executivo: As Políticas Públicas de Clima e Biocombustíveis no Brasil e Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2013.240 p.

PIMENTEL, Nelson Crespo Pinto; ROCHA, Elisabeth Soares. A arte como visão crítica, cultura e políticas públicas: Uma grande “ausência” nas perspectivas de desenvolvimento regional para o Norte Fluminense. In: **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba, v.6, n.1, 2017, p.111-130.

PINHO, José Antônio Gomes de. Reforma do aparelho do Estado: limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo. **Organizações & Sociedade**, v. 5, n. 12, p. 59-79, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS - PNUD. **O que é o Desenvolvimento Humano**. S.d. 2. Disponível em:

<www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em: 22Dez2018.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martin González. **Por una geografía del poder**. El Colegio de Michoacán, 2013.

_____. **Por una geografía del poder**; tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. **Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: **II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, 2006.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 33, p. 151-165, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Editora Vozes, 1979.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, Angela Penalva. Autonomia municipal no contexto federativo brasileiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 120, p. 209-230, 2012.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE GOIÁS - SEDUCE. **Portal da Cultura**. Disponível em <<http://site.seduc.go.gov.br/cultura/>>. Acesso em: 14Jun2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - Sebrae (2014) **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Fonte Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso em: 20Out2018.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**. 2ª Ed. São Paulo; Nova Cultura, 1984

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: **Expressão Popular**, p. 111-130, 2006.

VIEIRA, Jefferson de Castro. Planejamento em Goiás: uma reflexão do Plano Mauro Borges. In: **Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v.39, n. 1, p.3-14, jan/mar, 2012.

ZAMBAM, Neuro José. **Amartya Sen: Liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: IMED, 2012.

ZUIN, Antonio Álvaro Soares. **Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural**. 2001.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **O espaço da diferença**. Campinas: **Papirus**, p. 80-103, 2000.

APÊNDICES

A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sociológica realizado por Juliano de Castro Silvestre (estudante de Mestrado), sob a orientação da professora Doutora Aline Tereza Borghi Leite do Mestrado de Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC-GO. Sua participação neste estudo é inteiramente voluntária. Por favor, leia as informações a seguir, antes de decidir se participará ou não da pesquisa.

Procedimentos

Se você concordar em participar da minha pesquisa, eu farei uma entrevista semiestruturada no local e hora de sua conveniência. A entrevista dura em média 30 minutos. Com sua permissão, a entrevista será gravada e também farei algumas anotações durante nossa conversa. A gravação tem como finalidade registrar precisamente a informação que você fornecer e será usada somente para propósitos de transcrição.

Toda informação transmitida será confidencial e você permanecerá estritamente anônimo. Se os resultados deste estudo forem publicados ou apresentados, os nomes dos entrevistados ou qualquer tipo de informação que identifique pessoalmente não serão usados.

Obrigada por seu tempo!

Eu concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura

Data

B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Data: __/__/__

1) Para começar, gostaria que você me falasse brevemente sobre você: sua idade, estado civil, ocupação do cônjuge, filhos (idade, ocupação):

2) Idade: _____

3) Estado civil: Solteiro/a() Casado/a() Separado/a ou Divorciado/a() Viúvo/a()

4) Qual é a ocupação do(a) cônjuge?

5) Você tem filhos? Não() Sim() Quantos?

6) É natural de qual cidade/estado?

7) Qual é o nível de instrução de seus pais? O que faziam?

8) Qual curso de graduação você se formou?

9) Qual Universidade ou Faculdade? _____

10) É formado(a) há quantos anos?

11) Tem Pós-graduação? Não () Sim ()

Especialização () em _____

Mestrado () Área de Concentração:

Doutorado () Área de Concentração:

12) Há quantos anos trabalha na profissão?

13) Já exercia a profissão antes de obter o diploma? _____

14) Trabalha na profissão como informal? Sim () Não ()
Quanto tempo? _____

15) Tem ou teve registro na CTPS com ocupações ligadas às atividades culturais?
Sim () Não ()
Se sim qual o nome do empregador? _____

16) É formalizado (a) como Microempreendedor (a) Individual (MEI)? Sim () Não ()

17) Você é filiado(a) à SATED-GO? Sim () Não ()

18) Qual é sua faixa de renda?

Até R\$ 2.000,00 ()

R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00 ()

R\$ 4.001,00 a R\$ 7.000,00 ()

R\$ 7.001,00 a R\$ 10.000,00 ()

Mais de R\$ 10.000,00 ()

19) Exerce outra atividade remunerada? Sim () Não ()

Qual? _____

20) Fale um pouco da função desempenha por você no meio artístico e cultural. Pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças desta profissão.

21) Na sua opinião qual o grande entrave para a baixa procura e oferta de cursos voltados ao campo das artes e da produção cultural?

22) Qual é sua opinião a respeito dos trabalhadores culturais que exercem essa função como complemento da sua renda e não como atividade principal?

23) Quais são as habilidades e competências que caracterizam um “bom profissional da cultura”?

24) Você acredita que há funções dentro do campo do saber da produção cultural e artística que só um formado pode executar?

25) Há diferenças entre o trabalho desempenhado pelo homem e pela mulher na carreira cultural? Quais são?

ANEXOS

A - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito



LEI N.º 955/2015

de 08 de dezembro de 2015.

“Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Alto Paraíso de Goiás - GO, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.”

Álan Gonçalves Barbosa, Prefeito Municipal de Alto Paraíso-GO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º. Esta lei regula o Sistema Municipal de Cultura - SMC no município de Alto Paraíso de Goiás – GO, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

Título I Da política municipal de cultura

Art. 2º. A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

Capítulo I Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3º. A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Alto Paraíso de Goiás - GO.



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito



Subseção V
Do Planejamento e do Orçamento

Art. 50. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 51. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Título III
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 52. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 53. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraíso de Goiás - GO, aos 08 dias do mês de dezembro do ano de 2015.


ÁLAN GONÇALVES BARBOSA
Prefeito Municipal

Certidão
Registrado em fls. do
livro próprio. Afixado
no placar de publicidade
Data supra.

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, Processo nº 01400.006488/2013-61, Ministério da Cultura e o Município de **ALTO PARAISO DE GOIAS/GO**, CNPJ nº 01.740.455/0001-06. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 31/03/2012. Assinaturas: MinC: BERNARDO NOVAIS DA MATA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município ALTO PARAISO DE GOIAS/GO: ALAN GONÇALVES BARBOSA, CPF: 273.662.601-00, prefeito.

28/12/2018

Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

Período de Vigência de: 01/2009

Período de Vigência até: 12/2016

Município: ALTO PARAISO DE GOIAS/GO

Dados atualizados até: 21/12/2018 (SIAP), 21/12/2018 (SICONV)

| DETALHAR | NÚMERO | NÚMERO ORIGINAL | UF | MUNICÍPIO | SITUAÇÃO | OBJETO | ÓRGÃO SUPERIOR | UNIDADE/ENTIDADE VINCULADA | CONCORDANTE | COMPLEMENTO | DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA | DATA DE FIM DA VIGÊNCIA | VALOR CELEBRADO |
|----------|--------|-------------------|----|-----------------------|--------------------------------|--|-----------------------|---|--|---|----------------------------|-------------------------|-----------------|
| Detalhar | 748015 | 06411/2010 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA | X ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CERRADA DOS VEADEROS - Trata-se de um evento que proporcion... | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA/FNC | ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA DE SAO JORGE | 21/07/2010 | 31/08/2010 | 396.800,00 |
| Detalhar | 555485 | 340001200500584 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | INADIMPLENTE | Objeto: Apoio ao projeto "PONTO DE CULTURA CAVALERO DE JORGE" | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | SECRETARIA DA DIVERSIDADE CULTURAL/DIVFNC | ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA DE SAO JORGE | 31/12/2005 | 30/09/2011 | 158.986,80 |
| Detalhar | 625912 | 34302657200800018 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | CONCLUIDO | Objeto: Criação do Museu de Memória de Alto Paraíso de Goiás. | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | IPHAN - EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA | MUNICIPIO DE ALTO PARAISO DE GOIAS | 25/06/2008 | 31/12/2008 | 93.314,00 |
| Detalhar | 773000 | 00011/2012 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ANÁLISE | O presente convenio tem como objeto a execucao do registro audiovisual do RITUAL DO KUKAPU POVO YAW... | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | IPHAN - EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA | CASA DE CULTURA CAVALERO DE JORGE | 01/11/2012 | 28/02/2014 | 590.000,00 |
| Detalhar | 551399 | 2005CV000023 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | CONCLUIDO | Mapeamento da Festa da Cachaça da Rainha e Outras Culturas Tradicionais da Cerrada dos Veaderos. | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | IPHAN - EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA | ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA DE SAO JORGE | 30/12/2005 | 30/11/2006 | 75.700,00 |
| Detalhar | 629257 | 42000157200800062 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | ADIMPLENTE | Objeto: Apoio ao projeto "VIII ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CERRADA DOS VEADEROS" | MINISTERIO DA CULTURA | MINISTERIO DA CULTURA - UNIDADES COM VINCULO DIRETO | COORD. GERAL DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIR | ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA DE SAO JORGE | 25/07/2008 | 05/01/2009 | 120.000,00 |
| Detalhar | 704137 | 00154/2009 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ANÁLISE | IX ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CERRADA DOS VEADEROS - Trata-se de um evento que proporcion... | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | COORD. GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC | ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA DE SAO JORGE | 22/07/2009 | 31/08/2009 | 176.500,00 |
| Detalhar | 557894 | 340001200500674 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | ADIMPLENTE | Objeto: Apoio ao projeto "CULTURAS POPULARES DA CERRADA DOS VEADEROS" | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | COORD. GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC | ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA DE SAO JORGE | 27/12/2005 | 28/01/2007 | 50.648,00 |
| Detalhar | 679561 | TC Nº 58/2014 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | CONCLUIDO | EDITAL CURTA ANIMAÇÃO 2013. RESÍDUOS SOLIDOS EM UM MINUTO - EDITAL Nº 09/2013 | MINISTERIO DA CULTURA | MINISTERIO DA CULTURA - UNIDADES COM VINCULO DIRETO | SECRETARIA DO AUDIOVISUAL/MINVC | ERIC FELIPE MAKIBARA | 30/05/2014 | 30/09/2014 | 14.997,00 |
| Detalhar | 629257 | 42000157200800062 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | ADIMPLENTE | Objeto: Apoio ao projeto "VIII ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CERRADA DOS VEADEROS" | MINISTERIO DA CULTURA | MINISTERIO DA CULTURA - UNIDADES COM VINCULO DIRETO | COORD. GERAL DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIR | ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA DE SAO JORGE | 25/07/2008 | 05/01/2009 | 120.000,00 |

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

GOVERNO DE GOIÁS

ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - CULTURA (R\$)

MUNICÍPIO

Alto Paraíso de Goiás

2014

241.979

Definição(s): Despesas decorrentes das ações voltadas para a cultura.

Fonte(s): Tribunal de Contas dos Municípios -TCM

B - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE GOIÁS



Gabinete da Prefeita
Gestão 2013/2016

LEI Nº 032, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que o presente ato foi devidamente publicado na Fica Oficial deste Município.

Goias-GO, 26 de Dezembro de 2013.

Secretaria de Administração

Institui o Sistema Municipal de Cultura de Goiás, cria o Conselho Municipal de Política Cultural e o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Esta lei regula, no Município de Goiás, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil – Constituição Federal, e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC, integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC, e se constitui no principal articulador, no âmbito local, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

**TÍTULO II
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA**

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados aos munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Administração Municipal de Goiás, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

**CAPÍTULO I
Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura**

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Goiás.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz, no Município de



Gabinete da Prefeita
Gestão 2013/2016

programações do Sistema Municipal de Cultura – SMC, e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 70. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura PMC, serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71. A Secretaria Municipal de Cultura poderá instituir o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC, promovendo levantamentos para a realização de mapeamentos culturais visando ao conhecimento da diversidade cultural local e à transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Parágrafo único. Para instituir o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC, o Município de Goiás poderá estabelecer parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam para a gestão das políticas públicas da área e para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Art. 72. Sem prejuízo de outras sanções legais, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315, do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC, em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 73. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, 26 de dezembro de 2013.


Prof. SELMA DE OLIVEIRA BASTOS PIRES
Prefeita



Gabinete da Prefeita
Gestão 2013/2016

DECRETO Nº 17, DE 29 DE ABRIL DE 2014

CERTIDÃO
Certificamos para os devidos fins que o presente ato foi devidamente publicado no Placar Oficial deste Município.
Goiás-GO., 29 de Abril de 2014

Secretaria Municipal de Administração

Edson de Oliveira
Secretário Mul. de Adm. e Finanças
Goiás/GO

Nomeia membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, para um mandato de dois anos.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando o teor da Lei nº 032, de 26 de dezembro de 2013, que "Institui o Sistema Municipal de Cultura de Goiás, cria o Conselho Municipal de Política Cultural e o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências",

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Goiás, representando:

I – o Poder Público Municipal:

a) a Secretaria Municipal de Cultura:

- 1) Titular: Goiandira Ortiz de Camargo;
- 2) Suplente: Auriovane Cardoso D'Ávila Junior;

b) a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer:

- 1) Titular: Ângela Oliveira Barbosa Fonseca;
- 2) Suplente: Mônica Bárbara Santos;

c) a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação:

- 1) Titular: Técia Prudente Camelo Azeredo;
- 2) Suplente: Edna Tereza da Silva Passos;

d) a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico:

- 1) Titular: Flávia de Brito Rabelo;
- 2) Suplente: Neide Rodrigues Siqueira;

e) o Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM:

- 1) Titular: Elenízia da Mata de Jesus;
- 2) Suplente: Iriane Viana Machado;

f) instituições de Educação Básica e de Educação Superior Públicas, localizadas no Município de Goiás:

- 1) Titular: Leandro Carvalho Damascena Neto;
- 2) Suplente: Lídia da Silva Cruz Ribeiro;

g) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN:

- 1) Titular: Salma Saddi Wares de Paiva;
- 2) Suplente: Wanderley de Oliveira Silva;

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.010140/2013-79, Ministério da Cultura e o Município de CIDADE DE GOIÁS/GO, CNPJ nº 02.295.772/0001-23. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 04/06/2013. Assinaturas: MinC: BERNARDO MATA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município CIDADE DE GOIÁS/GO: 387.847.691-49, CPF: Prefeito(a) - 2012, prefeito.

27/12/2018

Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

Período da Última Liberação de Recurso de: 01/2008
 Período da Última Liberação de Recurso até: 12/2018
 Período de Vigência de: 01/2008
 Período de Vigência até: 12/2016
 Órgão Superior: 43000 - MINISTERIO DA CULTURA (Órgão Superior)
 Município: GOIÁS/GO

Dados atualizados até: 14/12/2018 (SIAR), 14/12/2018 (SICONV)

| DETALHAR | NÚMERO | NÚMERO ORIGINAL | UF | MUNICÍPIO | SITUAÇÃO | OBJETO | ÓRGÃO SUPERIOR | ORGANIZADOR/INSTITUIÇÃO VINCULADA | CONCEDENTE | CONVENIENTE | DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA | DATA DE FIM DA VIGÊNCIA | VALOR CELEBRADO |
|----------|--------|-------------------|----|-----------|------------------------------|---|-----------------------|---|--|--|----------------------------|-------------------------|-----------------|
| Detalhar | 683480 | TC PAC 095 | GO | GOIÁS | CONCLUÍDO | RESTAURAÇÃO DO CINE TEATRO S20 (JARDIM, LOCALIZADO A RUA MORETTI FOLGOSA S/N, PRQA DA CRUZ DO ANHANG... | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | SUPERINTENDENCIA DO IPHAN EM GOIAS, IPHAN-GO | MUNICIPIO DE GOIAS | 23/02/2015 | 14/09/2017 | 10.093.334,96 |
| Detalhar | 686145 | TC PAC 096 | GO | GOIÁS | ADIMPLENTE | RESTAURACAO DO CASARAO DA FRESTELA MUNICIPAL DE GOIAS. | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | SUPERINTENDENCIA DO IPHAN EM GOIAS, IPHAN-GO | MUNICIPIO DE GOIAS | 02/11/2015 | 27/02/2018 | 5.693.223,93 |
| Detalhar | 679843 | TC PAC 094 | GO | GOIÁS | CONCLUÍDO | RESTAURACAO DO MERCADO MUNICIPAL. | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | SUPERINTENDENCIA DO IPHAN EM GOIAS, IPHAN-GO | MUNICIPIO DE GOIAS | 10/04/2014 | 17/04/2017 | 10.145.975,68 |
| Detalhar | 750917 | 00674/2010 | GO | GOIÁS | PRESTACAO DE CONTAS APROVADA | Apoio a producao de um DVD autorizado para a Museu Casa de Coralina | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | SECRETARIA DO AUDIOVISUAL/FNC | CASA DE CORA CORALINA | 23/12/2010 | 30/10/2013 | 300.000,00 |
| Detalhar | 619079 | 34802657200700059 | GO | GOIÁS | CONCLUÍDO | Objeto: Montar um centro educacional de incentivo ao audio-visual com acesso da sociedade estuante. | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | IPHAN - EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA | CASA DE CORA CORALINA | 29/01/2008 | 31/12/2008 | 65.063,60 |
| Detalhar | 720576 | 00063/2009 | GO | GOIÁS | PRESTACAO DE CONTAS APROVADA | O projeto Janela para o Cinema II tem como objetivo capacitar estudantes da rede publica de ensino n... | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | IPHAN - EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA | CASA DE CORA CORALINA | 11/01/2010 | 31/12/2010 | 71.235,20 |
| Detalhar | 707930 | 00026/2009 | GO | GOIÁS | PRESTACAO DE CONTAS APROVADA | O Ponto de Cultura Botina Matreira terá espaço físico ao lado da Rádio Via Boa FM tendo como... | MINISTERIO DA CULTURA | INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL | IPHAN - EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA | SOCIEDADE ACAO COMUNITARIA E CIDADANIA DA CIDADE DE GOIAS GO | 17/11/2009 | 31/12/2010 | 121.000,00 |

SEGPLAN
 SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
 DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

GOVERNO DE GOIÁS

ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - CULTURA (R\$)

| MUNICÍPIO | 2014 |
|-----------|---------|
| Goiás | 953.671 |

Definição(s): Despesas decorrentes das ações voltadas para a cultura.

Fonte(s): Tribunal de Contas dos Municípios -TCM

C - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE NOVA VENEZA

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**GOVERNO DE
GOIÁS**

ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - CULTURA (R\$)

| MUNICÍPIO | 2014 |
|-------------|---------|
| Nova Veneza | 593.746 |

Definição(s): Despesas decorrentes das ações voltadas para a cultura.

Fonte(s): Tribunal de Contas dos Municípios -TCM

D - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE
PIRACANJUBA




1

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

LEI Nº 1.641/2014

De 06 de maio de 2014

CERTIFICO que na data 06/05/14 foi publicado no
Placard Oficial deste Município o(a) Lei
de nº 1641 do dia 06/05/14
Piracanjuba 06 de 05 de 14


Secretário(a) da Administração

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura Piracanjuba - GO e seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Piracanjuba APROVA e eu, Prefeito de Piracanjuba, Estado de Goiás SANCIONO a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regula no município de Piracanjuba e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2ª política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Piracanjuba, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3ª cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Piracanjuba.





20

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

§ 1º O Plano Municipal de Cultura será à base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 70 As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71 O Município de Piracanjuba deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 72 Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 73 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIRACANJUBA-GO, aos 06 dias de maio de 2014.


Amauri Ribeiro
Prefeito


André Fernandes Machado
Secretário de Administração

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.019011/2013-46, Ministério da Cultura e o Município de **PIRACANJUBA/GO**, CNPJ nº 01.179.647/0001-95. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 04/09/2013. Assinaturas: MinC: **BERNARDO MATA MACHADO**, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município **PIRACANJUBA/GO**: **AMAURI RIBEIRO**, CPF: 521.400.591-15, prefeito.

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**GOVERNO DE
GOIÁS**

ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - CULTURA (R\$)

| MUNICÍPIO | 2014 |
|-------------|--------|
| Piracanjuba | 91.986 |

Definição(s): Despesas decorrentes das ações voltadas para a cultura.

Fonte(s): Tribunal de Contas dos Municípios -TCM

E - LEIS, DECRETOS, CONVÊNIOS E DESPESAS CULTURAIS DE PIRENÓPOLIS



ESTADO DE GOIÁS
 Prefeitura Municipal de Pirenópolis
 Gabinete

DECRETO Nº 2.950/17.**CERTIDÃO**

Certifico que este ato foi publicado na presente data.

Pirenópolis – GO **04 AGO 2017**

Adriano Gustavo de Oliveira e Silva
 Secretário de Administração e Governo

“DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições Constitucionais, e de conformidade com o Artigo 68, Item VI, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO artigo 270 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei 635/09 e nova redação do artigo 3º trazida pela Lei 694/11 de vinte e seis de setembro de 2011. **RESOLVE:**

Art. 1º – – Fica homologado o **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**, e nomeados membros, na seguinte composição:

I – CONSELHO DO PODER PÚBLICO:

Representando a Universidade Estadual de Goiás:

Titular: VANDERLEI ALCÂNTARA RAMOS SOBRINHO

Suplente: MARIA CRISTINA DE FREITAS BONETTI

Representando a Secretaria Municipal de Educação:

Titular: OOANA YASMINA DE OLIVEIRA GOMES

Suplente: TEREZA CAROLINE LÔBO

Representando a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude:

Titular: CARLOS ALBERTO POJO REGO

Suplente: MELKIA SAMANTHA LOBO NASCIMENTO

Representando a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico:

Titular: MARCOS GOMES VIEIRA

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.030899/2012-97. Ministério da Cultura e o Município de **PIRENÓPOLIS**/GO, CNPJ nº 01.067.941/0001-05. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Data da assinatura: 21/12/2012. Vigência: por tempo indeterminado. Assinaturas: MinC: JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO, CPF nº 046.188.074-15; Município PIRENÓPOLIS/GO: NIVALDO ANTÔNIO DE MELO, CPF: 302.418.391-49, prefeito.

28/12/2018

Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

Período de Vigência de: 01/2003

Período de Vigência até: 12/2016

Município: PIRENÓPOLIS/GO

Dados atualizados até: 21/12/2018 (SIAFI), 21/12/2018 (SICONV)

| | | | | | | | | | | | | | |
|----------|--------|--------------------------|----|-------------|--------------------------------------|---|--------------------------|------------------------------|--|---|------------|------------|------------|
| Detalhar | 522649 | MINIC/CF/PRC 027/2005 | GO | PIRENÓPOLIS | CONCLUÍDO | INTERARTE | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/PRC | COPEI - COMUNIDADE EDUCACIONAL DE PIRENÓPOLIS | 13/04/2005 | 28/02/2009 | 150.672,74 |
| Detalhar | 557958 | 340001200500425 | GO | PIRENÓPOLIS | ADIMPLENTE | Objeto: Apoio ao projeto "MODINHAS DE GOIÁS: REGISTRO DE IMAGEM E SOM". | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/PRC | COPEI - COMUNIDADE EDUCACIONAL DE PIRENÓPOLIS | 30/12/2005 | 29/06/2007 | 73.912,80 |
| Detalhar | 726301 | 00520/2009 | GO | PIRENÓPOLIS | PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ANÁLISE | Criação do Pontão de Articulação ao Conselho Nacional dos Pontos de Cultura | MINISTERIO DA CULTURA | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | SECRETARIA DA DIVERSIDADE CULTURAL/DIV/PRC | COPEI - COMUNIDADE EDUCACIONAL DE PIRENÓPOLIS | 31/12/2009 | 23/10/2013 | 945.000,00 |

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTOIMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOSGOVERNO DE
GOIÁS

ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - CULTURA (R\$)

| MUNICÍPIO | 2014 |
|-------------|--------|
| Piracanjuba | 91.986 |

Definição(s): Despesas decorrentes das ações voltadas para a cultura.

Fonte(s): Tribunal de Contas dos Municípios -TCM